



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
LINHA DE PESQUISA: TEORIA DE GÊNERO E ESTUDOS DA
SEXUALIDADE**

***REFLETINDO SOBRE A AUSÊNCIA: SUB-REPRESENTAÇÃO DE
MULHERES NEGRAS NO PARLAMENTO BRASILEIRO***

MARIA JANILMA PEREIRA NOGUEIRA

**JOÃO PESSOA - P/B
2023**

MARIA JANILMA PEREIRA NOGUEIRA

***REFLETINDO SOBRE A AUSÊNCIA: SUB-REPRESENTAÇÃO DE
MULHERES NEGRAS NO PARLAMENTO BRASILEIRO***

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, da Universidade Federal da Paraíba, como requisito para a obtenção do título de Doutora em Sociologia, sob a orientação do Professor Doutor Charliton José dos Santos Machado.

JOÃO PESSOA - PB

2023

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

N778r Nogueira, Maria Janilma Pereira.

Refletindo sobre a ausência : sub-representação de mulheres negras no parlamento brasileiro / Maria Janilma Pereira Nogueira. - João Pessoa, 2023.
127 f. : il.

Orientação: Charliton José dos Santos Machado.
Tese (Doutorado) - UFPB/CCHLA.

1. Mulheres na política. 2. Feminismo negro. 3. Violência política. 4. Mulheres negras - Representação política. 5. Redes sociais. I. Machado, Charliton José dos Santos. II. Título.

UFPB/BC

CDU 32-055.2(043)

RELATÓRIO FINAL DO(A) ORIENTADOR(A)

Eu, **Charliton José dos Santos Machado**, orientador do trabalho final do(a) aluna **MARIA JANILMA PEREIRA NOGUEIRA**, matrícula **20181011675**, do Programa de Pós-Graduação em Sociologia com área de concentração em Sociologia, da Universidade Federal da Paraíba, após exame da vida acadêmica do mencionado aluno, tenho a relatar:

A integralização do curso foi feita em 60 meses (Prorrogação – 18 meses).

Quanto ao desempenho acadêmico, constata-se que o(a) discente cursou 39 créditos da estrutura curricular a qual está submetido(a) e foi aprovado(a) no exame de verificação da capacidade de leitura em inglês e espanhol.

Já na apresentação da Tese intitulada: **Refletindo sobre a ausência: sub-representação de mulheres negras no parlamento brasileiro**, realizada no dia 25 de agosto de 2023, às 14h, o(a) defendente obteve o conceito **APROVADA** estando a banca examinadora formada pelos especialistas:

Documento assinado digitalmente
gov.br CHARLITON JOSE DOS SANTOS MACHADO
Data: 29/08/2023 17:53:55-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

CHARLITON JOSÉ DOS SANTOS MACHADO
Orientador(a)

Documento assinado digitalmente
gov.br SIMONE MAGALHÃES BRITO
Data: 29/08/2023 15:34:57-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

SIMONE MAGALHÃES BRITO
PPGS/UFPB

Documento assinado digitalmente
gov.br TERESA CRISTINA FURTADO MATOS
Data: 29/08/2023 16:21:34-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

TERESA CRISTINA FURTADO MATOS
PPGS/UFPB



ELIZABETH C. DE ANDRADE LIMA
PPGCS/UFCG

Documento assinado digitalmente
gov.br ESTEVAM DEDALUS PEREIRA DE AGUIAR MENDES
Data: 29/08/2023 14:12:05-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

ESTEVAM DEDALUS PEREIRA DE A. MENDES
(DE/IFCE).

Para Eva Maria

AGRADECIMENTOS

Esta tese representa não apenas o fim de um ciclo acadêmico, mas uma jornada na qual passei por altos e baixos. Minha pequena Eva Maria chegou após o término das disciplinas do curso e durante o processo de pesquisa, representando alegria e contentamento, mas também um esforço maior para conseguir chegar até aqui.

Pelo caminho encontrei apoio em forma de abraços, apertos de mãos e aconselhamentos. Portanto, quero agradecer a todos que de forma direta ou indireta contribuíram para que a minha trajetória no doutorado fosse mais leve e que a pesquisa e escrita da tese não se tornasse um evento tão solitário.

Inicialmente, quero agradecer ao meu professor orientador, Charliton Machado, que sempre foi cuidadoso e atencioso comigo em todos os momentos que estivemos discutindo os caminhos a serem seguidos nesta tese. Charliton é sinônimo de apoio, parceria e presteza, sempre devolvia meus textos em tempo mais que hábil para correções, além de me incentivar e compreender o processo da maternidade, no qual estou imersa. Gratidão, professor.

Quero agradecer às professoras, Cristina Matos, Simone Brito e Elizabeth Lima que, gentilmente, aceitaram participar da minha banca de qualificação, momento em que eu estava com tantos nós para serem desatados. Suas considerações e críticas foram primordiais para que eu seguisse. Também sou grata por terem aceito, mais uma vez, o convite para avaliar o texto final.

Particularmente, agradeço à Simone, que acompanhou o meu trabalho desde o exame do projeto de pesquisa. Sua leitura atenta e apontamentos pertinentes foram essenciais para o meu crescimento enquanto pesquisadora.

À Cristina, sou grata pelas discussões e debates que pude participar nas aulas da disciplina “Intelectuais Negras”. As leituras e questões levantadas em sala de aula foram primordiais para a construção do capítulo dois deste trabalho. Pude ir além de Lélia Gonzalez nos estudos de mulheres negras no Brasil, me deparando com nomes fortes como os de Beatriz Nascimento, Isildinha Nogueira, Cida Bento e Neuza Santos Souza, só para citar algumas. Facilmente poderíamos refletir sobre o pensamento social brasileiro a partir dos escritos dessas autoras. Gratidão, Cris.

Quero agradecer a Estevam Dedalus por, inicialmente, ter me incentivado a tentar o doutorado. Leu meu projeto e apontou onde deveria ter melhorias. E, assim como fez no projeto, continuou durante minha trajetória no curso. Estevam me ouvia quando eu estava mais cansada e lamentosa das inúmeras questões que não estava dando conta, gentilmente, através de suas palavras de incentivo, me acalmava e me mostrava que ainda era possível. Nossos diálogos sempre são atravessados por questões sociológicas, políticas e econômicas, além de pessoais. Enfim, sou grata a Estevam pela amizade, pelo apoio e partilha durante essa trajetória acadêmica e também por ter aceito o convite para participar desta banca de defesa de tese.

Agradeço à Andréa Franco pela amizade que temos construído desde que nos aproximamos nas disciplinas do curso. Andréa é um ser humano ímpar com quem teci muitos diálogos sobre a presença das mulheres negras nos espaços de poder. Às vezes, nos meus momentos de apertado sobre como seguir na escrita, corria para Andréa pedindo palavras de incentivo e força, ela ria, mas me apontava trilhas por onde passar. Por conta de percalços encontrados no nosso caminho e nas nossas pesquisas, combinamos que iríamos todos os dias escrever um pouco até a tese sair e não é que deu certo! Andréa mandava-me e-mails com textos que, possivelmente, pudessem substanciar meu arcabouço teórico, enviava mensagens via *Whatsapp* dizendo que tinha encontrado um livro, artigo ou entrevista que dialogavam com minha pesquisa e, assim, estive presente durante a construção deste trabalho. Compartilhamos angústias e risos. Espero ter Andréa sempre perto.

Sou grata à Sharlene, Joelma e Patrícia por estarem a toda hora prontas para me ouvir e aconselhar durante esse processo de pesquisa e escrita. Os cafés na casa de Sharlene, onde, quase sempre, Joelma estava presente, me deram conforto durante os momentos mais desafiadores deste processo de construção da tese. Boas conversas, risadas, um sopro de ar em meio as angústias.

Aos meus pais e irmãos, agradeço o afeto e o cuidado com meu bem-estar, além da força que emanaram para que eu continuasse essa jornada.

Sou grata a João, pelo incentivo a ir em frente e pelos momentos felizes que partilhamos juntos.

Gratidão a todos os professores que pude encontrar e ter como mestre nessa caminhada.

Às minhas colegas de turma, Marina Blanks e Emannuella Santana, agradeço pelos diálogos não apenas durante as disciplinas, mas na vida.

À CAPES pelo suporte financeiro.

Também agradeço aos funcionários do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPB, pela presteza no atendimento.

À Rosângela, sou grata por ter demonstrado empatia e ter conseguido uma brecha na agenda de Jô Oliveira para que eu pudesse entrevistá-la.

Agradeço a Jô Oliveira que, de modo gentil, se dispôs a conversar comigo se tornando interlocutora desta pesquisa. Nossa entrevista foi realizada à noite, quando Jô tinha chegado do trabalho, ela estava visivelmente cansada, todavia, tinha um entusiasmo contagiante na voz. Obrigada, Jô.

A Alberto Araújo agradeço pela leitura atenta e ajustes de formatação no texto.

Enfim, chego a mais uma etapa concluída e trago na bagagem momentos desafiadores e angustiantes, mas também, conhecimento, afetos e muita partilha. Gratidão a todos que estiveram ao meu lado.

A relação entre mulher negra e poder é um tema praticamente inexistente. Falar dele é, então, como falar do ausente. (Sueli Carneiro, 2009).

RESUMO

A política tal como é compreendida é um domínio ocupado, predominantemente, por indivíduos do sexo masculino, especificamente por homens heterossexuais de ascendência branca. Quando se volta a atenção para as mulheres no contexto político, emerge a discussão da sub-representação. Todavia, ao aprofundarmos o debate e incorporarmos a perspectiva das mulheres negras, a temática se expande para além da mera sub-representação, abrangendo uma crítica aos paradigmas políticos estabelecidos e apresentando uma antítese política na qual a sociedade está habituada. Face ao contexto apresentado, este trabalho aborda a sub-representação de mulheres negras na política brasileira, com foco na interseccionalidade de gênero e raça. Um argumento utilizado é de que são os partidos de esquerda que, na maioria das vezes, viabilizam a entrada das mulheres negras no campo político. E que a violência de gênero e raça, comumente observada no espaço político, transformou-se num significativo obstáculo à participação dessas mulheres. O *lôcus* da pesquisa é o ciberespaço, especificamente a rede social *Twitter*. Neste âmbito, foram selecionadas três mulheres como interlocutoras: Andréa de Jesus (PT), Benedita da Silva (PT) e Talíria Petrone (PSOL). Jô Oliveira (PCdoB) também integra a pesquisa como interlocutora e foi a única a ser entrevistada. Sendo assim, este trabalho ancora-se na metodologia qualitativa, tendo o roteiro de entrevista e a netnografia como instrumentos fundamentais de análise de dados. Nesse processo de análise, foram observados comentários de pessoas que interagiam com os "*posts*" publicados pelas interlocutoras em sua rede social *twitter*, a procura de manifestações de violência política de gênero e raça. Esses dados compõem a primeira parte da pesquisa, sendo a segunda parte organizada a partir do discurso de Jô Oliveira, arregimentado pela entrevista. Servem como arcabouço teórico os argumentos de autores como: Almeida (2019), Davis (1981), Collins (2019), Carneiro (s/d), Gonzalez (2020), Hooks (2018), Kilomba (2019), Recuero (2009), Campos (s/d), dentre outros que refletem sobre as mulheres negras, o feminismo negro, participação política, representação política, redes sociais, mulheres negras na política e, conseqüentemente, uma esfera pública que perceba as mulheres negras como sujeitos capazes de mudar a ordem. Considerando que o caminho até a paridade política está longe de ser alcançado, é crucial discutir sobre a necessidade de que há uma parcela enorme da população que precisa ser inserida de maneira adequada a todas as esferas sociais. Por interseccionarem as opressões de gênero e raça, as mulheres negras são alvo de episódios cada vez mais violentos. O campo político é hostil a essas mulheres e as redes sociais se tornam um campo minado onde se manifestam inúmeras formas de violência política de gênero e raça. Infelizmente, todas essas hostilidades contra as mulheres negras resultam em medo e impacto na saúde mental, algumas até desistem da política institucional e, aquelas que resistem, enfrentam considerável esforço, porque não é fácil lidar com ameaças e xingamentos o tempo todo.

Palavras-chave: mulheres negras; violência política; redes sociais; feminismo negro.

ABSTRACT

Politics as it is understood is a domain occupied predominantly by males, specifically by heterosexual men of white descent. When attention is focused on women in the political context, the discussion of underrepresentation emerges. However, as we deepen the debate and incorporate the perspective of black women, the theme expands beyond of mere under-representation, encompassing a critique of established political paradigms and presenting a political antithesis to which society is accustomed. Given the context presented, this paper addresses the underrepresentation of black women in Brazilian politics with a focus on the intersectionality of gender and race. One argument used is that it is the left-wing parties that, most of the time, enable the entry of black women into the political field. And that gender and racial violence, commonly observed in the political space, has become a significant obstacle to the participation of these women. The locus of the research is social networks (twitter), that is, cyberspace. In this context, three women were selected as interlocutors: Andréa de Jesus (PT), Benedita da Silva (PT) and Talíria Petrone (PSOL). Jô Oliveira (PCdoB) she is also part of the research as an interlocutor and was the only one to be interviewed. Thus, this work is anchored in the qualitative methodology, having the interview script and netnography as fundamental tools of data analysis. In this process of analysis, comments from of people who interacted with the posts published by the interlocutors on their social network Twitter, looking for manifestations of gender and racial political violence. These data make up the first part of the research, and the second part is organized based on the discourse of Jô Oliveira, regimented by the interview. The arguments of authors such as: Almeida (2019), Davis (1981), Collins (2019), Carneiro (undated), Gonzalez (2020), Hooks (2018) Kilomba (2019), serve as a theoretical framework, Recuero (2009), Campos (undated), among others who reflect on black women, Black feminism, political participation, political representation, social networks, black women in politics and, consequently, a public sphere that perceives black women as subjects capable of changing the order. Considering that the path to political parity is far from being achieved, it is crucial to discuss the need for a huge portion of the population that needs to be properly inserted into all social spheres. Because they intersect gender and racial oppressions, black women are the target of increasingly violent episodes. The political field is hostile to these women and social networks become a minefield where countless forms of gender and racial political violence are manifested. Unfortunately, all these hostilities against black women result in fear and impact on mental health, some even give up on institutional politics, and those who resist face considerable effort, because it is not easy to deal with threats and name-calling all the time.

Keywords: Black women; Political violence; social networks; black feminism.

RÉSUMÉ

La politique, telle qu'elle est comprise, est un domaine occupé principalement par des hommes, en particulier des hommes hétérosexuels d'origine blanche. Lorsque l'attention se porte sur les femmes dans le contexte politique, le débat sur la sous-représentation émerge. Cependant, en approfondissant le débat et en intégrant le point de vue des femmes noires, le thème va au-delà de la simple sous-représentation, englobant une critique des paradigmes politiques établis et présentant une antithèse politique à laquelle la société est habituée. Compte tenu du contexte présenté, cet article aborde la sous-représentation des femmes noires dans la politique brésilienne, en mettant l'accent sur l'intersectionnalité du genre et de la race. L'un des arguments utilisé est que ce sont les partis de gauche qui, la plupart du temps, permettent l'entrée des femmes noires dans le champ politique. Et que la violence sexiste et raciale, couramment observée dans l'espace politique, est devenue un obstacle important à la participation de ces femmes. Le lieu de la recherche est constitué par les réseaux sociaux (Twitter), c'est-à-dire le cyberspace. Dans ce contexte, trois femmes ont été choisies comme interlocutrices : Andréa de Jesus (PT), Benedita da Silva (PT) et Talíria Petrone (PSOL). Jô Oliveira (PCdoB) fait également partie de la recherche en tant qu'interlocuteur et a été le seul à être interviewé. Les arguments d'auteurs tels que : Almeida (2019), Davis (1981), Collins (2019), Carneiro (non daté), Gonzalez (2020), Hooks (2018), Kilomba (2019), Recuero (2009), Campos (non daté), entre autres, qui réfléchissent sur les femmes noires, le féminisme noir, la participation politique, la représentation politique, les réseaux sociaux, les femmes noires en politique et, par conséquent, une sphère publique qui perçoit les femmes noires comme des sujets capables de changer l'ordre, servent de cadre théorique. Étant donné que le chemin vers la parité politique est loin d'être atteint, il est crucial de discuter de la nécessité d'une grande partie de la population qui doit être correctement insérée dans toutes les sphères sociales. Et, parce qu'elles croisent les oppressions de genre et raciales, les femmes noires sont la cible d'épisodes de plus en plus violents. Le champ politique est hostile à ces femmes et les réseaux sociaux deviennent un champ de mines où se manifestent d'innombrables formes de violence politique sexiste et raciale. Malheureusement, toutes ces hostilités contre les femmes noires entraînent la peur et ont un impact sur la santé mentale, certaines abandonnent même la politique institutionnelle, et celles qui résistent font face à des efforts considérables, car il n'est pas facile de faire face aux menaces et aux injures tout le temps.

Mots-clés : femmes noires; violence politique; réseaux sociaux; féminisme noir.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
Caminhos metodológicos	18
Desafios e dificuldades na pesquisa de campo	20
2. CAMINHOS DA PESQUISA: A CONSTRUÇÃO DO OBJETO	23
2.1 Problemática, Objetivos e hipóteses levantadas	23
2.2 Partidos políticos e mulheres negras: uma relação assimétrica.....	40
3. SUB-REPRESENTAÇÃO DE MULHERES NEGRAS: RACISMO	
ESTRUTURAL E VIOLÊNCIA POLÍTICA.....	45
3.1 Considerações iniciais	45
3.2 Movimento Negro Brasileiro e o Combate ao Racismo Estrutural? .	47
3.3 Feminismo negro: quando mulheres negras reivindicam seu lugar na	
sociedade	56
3.4 Violência política: de gênero e raça	66
4. ATRAVESSANDO BARREIRAS, CONSTRUINDO CAMINHOS:	
MULHERES NEGRAS EM MOVIMENTO E OS OBSTÁCULOS	
ENFRENTADOS	71
4.1 Perfis das interlocutoras	73
4.2 Sobre pesquisar nas redes sociais: a internet como <i>lócus</i> de	
investigação social	79
4.3 A política tem cor e sexo: mulheres negras e a interseccionalidade	
de opressões no campo político brasileiro.	84
4.3.1 As redes sociais e os episódios de violência política de gênero e raça:	
construindo categorias.....	88
4.4 Jô Oliveira e a política: a mulher negra em movimento	100
CONSIDERAÇÕES FINAIS	111
REFERÊNCIAS.....	119
APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA	127

INTRODUÇÃO

O momento é oportuno para que possamos discutir sobre a participação das mulheres negras no campo político. Acabamos de passar por novas eleições gerais, que aconteceram em 2022. Vivemos um pequeno avanço no que se refere a participação política das mulheres de maneira geral, já que no pleito ocorrido em 2018, houve um percentual significativo de mulheres eleitas para vida pública, quando comparamos ao pleito anterior.

As mulheres alcançaram o percentual de 15% dos eleitos, representando 77 mulheres eleitas para a Câmara Federal em 2018, sendo 43 delas que estão ocupando o cargo pela primeira vez. Apenas os Estados do Maranhão, Sergipe e Amazonas não elegeram mulheres. Vale dizer que o percentual de 15% de mulheres na política não ocorreu apenas no Legislativo Federal, mas também nas Assembleias Estaduais onde elas representam um total 161 deputadas estaduais de um universo de 1059 homens¹.

Os dados acima representam um significativo avanço na história política das mulheres brasileiras, tendo em vista que decorridos mais de oitenta anos da cessão de direito a votar e ser votada, as mulheres ainda têm ocupado de maneira tímida os espaços de poder político no Brasil. Isso decorre historicamente, segundo Lima, de como:

[...] a mulher foi educada para ser esposa e mãe, e sua atividade deveria ser desempenhada sobremaneira, no espaço privado; participar do mundo do trabalho, no espaço público, era uma conquista quase impossível de se realizar e na vida social e política então, era algo totalmente impensado. Os espaços de discussões políticas eram completamente masculinos. (Lima, 2012, p. 97).

Um fato importante que deve ser mencionado é de que enquanto a bancada feminina na Câmara cresceu, os governos dos Estados brasileiros continuaram sendo ocupados majoritariamente por homens. Apenas uma mulher ocupa atualmente a posição de governadora de Estado no Brasil, refiro-me a

¹ Informações disponíveis em: [Brasil tem uma única governadora mulher eleita - greenMe](#) acesso: 19.11.2021.

paraibana Fátima Bezerra, eleita pelo Partido dos Trabalhadores, no Estado do Rio Grande do Norte.

Nos resultados das eleições de 2020, observou-se em relação as prefeituras no Brasil que apenas 11,8% delas são governadas por mulheres o que representa um total de 658 municípios. A proporção de mulheres eleitas para os executivos municipais em 2020 não demonstrou aumento significativo em relação ao pleito anterior. Já o quantitativo de vereadoras cresceu, representando 16%. Contudo ainda é inferior se compararmos aos 84% de homens eleitos vereadores.

Esse cenário tende a demonstrar que as mulheres têm buscado cada vez mais ocupar espaço na política partidária, no entanto, mesmo com a derrubada de algumas barreiras ainda temos um longo caminho até a paridade política como é almejada. E é nesse quadro de sub-representação feminina que surge a necessidade de nos indagarmos acerca das mulheres negras. A política tem dado espaço para essa camada da população? A resposta é que existe muito mais dificuldades desses sujeitos sociais entrarem e se afirmarem no campo político, porque as barreiras tendem a ser maiores já que estamos falando de uma parte da população que precisa lutar mais para conseguir seus direitos.

Não é difícil perceber que política e sociedade brasileira não se espelham. Enquanto a maioria populacional é composta por mulheres, pardos e pretos², o que equivale a cerca de 54% da população, num universo estimado em mais de 213 milhões de habitantes, o campo político é preenchido em sua maioria por homens, brancos, heterossexuais, de meia idade, oriundos de classes mais abastadas. As mulheres negras representam a antítese desse universo. Isto é, são a minoria da minoria no campo político, falar sobre a presença e participação das mulheres negras na política partidária brasileira é refletir sobre a ausência. Ou seja, não há proporcionalidade entre representantes e representados.

As mulheres negras são duplamente estigmatizadas. Carregam o estigma de gênero e o de raça, são sujeitos subalternizados socialmente. Como diria Goffman (1980) possuem uma identidade deteriorada. Sendo assim, como poderiam almejar adentrar num campo onde elas são o inverso do que

² Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) ocorrido em 2010. Em razão da crise sanitária provocada pela pandemia de COVID-19 e suas consequências, até a finalização desta pesquisa, os resultados do Censo 2022, ainda não haviam sido publicados em sua íntegra.

habitualmente é visto? A desigualdade perpetuada pelo longo dos séculos no Brasil demonstra seu impacto no que se refere a representação parlamentar. As mulheres em geral são afetadas por esse impacto e as mulheres negras de maneira específica tendem a senti-lo de forma mais acentuada. Cabe aqui algumas questões, tais como: vivemos de fato uma democracia política no Brasil? Onde estão as mulheres negras neste universo “democrático”? Quais partidos e/ou organizações políticas têm possibilitado o acesso desses sujeitos ao espaço público da política? Quem são as mulheres negras que conseguiram transpor as diversas barreiras que lhes foram impostas socialmente? Uma vez, no espaço político, como têm lidado com a violência de gênero e raça, dispositivo usado para inibir a participação destas mulheres, antes e durante o mandato eletivo?

No intuito de analisar a participação das mulheres negras no campo político nacional, esta pesquisa parte da constatação de que a violência política de gênero e raça, perpetuada tanto na fase da campanha eleitoral como durante o mandato eletivo, funciona como instrumento de propagação de medo, angústia e adoecimento mental de mulheres negras que se propõem a pleitear cargos públicos. Além disso, é sabido que há também outros dispositivos que acabam limitando a participação dessas mulheres, refiro-me ao investimento de campanhas. Mesmo depois do TSE ter aprovado, em 2017, para o pleito de 2018 o percentual mínimo de 30% dos recursos oriundos do Fundo Eleitoral para candidaturas de mulheres nos partidos políticos, ainda assim, é evidente o quanto a política brasileira tem relegado as mulheres negras.

Os dados indicam que apenas 13 mulheres se autodeclararam negras das 77 eleitas em 2018. Deste pequeno quantitativo, Benedita da Silva (PT/RJ), Talíria Petrone (PSOL/RJ) e Andréia de Jesus (PT/MG) são as interlocutoras desta pesquisa. Também compõe a pesquisa como interlocutora a primeira vereadora negra de Campina Grande/PB, Jô Oliveira (PCdoB/PB), eleita em 2020.

O ano de 2020 foi emblemático para algumas cidades do Brasil porque, pela primeira vez, tivemos nesses municípios, mulheres negras eleitas. É o caso de Jô Oliveira, como já mencionei, mas também de Carol Dardota (PT/PR) em Curitiba/PR e Ana Lúcia Martins (PT/SC) em Joinville/SC. No executivo municipal, a cidade de Bauru elegeu a jornalista Suellen Rosim (Patriota/SP) com

mais 89 mil votos, sendo a primeira mulher negra a governar a cidade. Eliana Gonzaga (Republicanos/BA), por sua vez, também foi a primeira negra a ocupar o cargo de prefeita em Cachoeira/BA, obtendo 52,38% dos votos válidos. Em Pelotas/RS, Paula Mascarenhas (PSDB) conseguiu a reeleição com 68,7% dos votos³.

Nessa mesma eleição, também houve mulheres negras conseguindo uma expressiva quantidade de votos, tornando-se a mais votada para a câmara municipal. Uma delas, é Karen Santos (PSOL/RS) em Porto Alegre/RS. Já Érika Hilton (PSOL/SP), tornou-se em 2020, a primeira vereadora transgênero do estado de São Paulo e a vereadora mais votada do país.

No panorama acima descrito, percebe-se que há em comum entre essas mulheres, além da cor da pele o fato de pertencerem a partidos de esquerda. Neste sentido, entende-se que são os partidos de esquerda, ou seja, partidos com viés mais progressista, os principais responsáveis por viabilizar a entrada desses sujeitos no campo político.

Vale dizer que desde a Constituinte de 1988, foram poucas as mulheres negras a ocupar uma cadeira no Congresso, sendo Benedita da Silva um nome que se repete ao longo da história política das mulheres negras e que por isso é expressivo no meio. Saliento que, atualmente, o Brasil ocupa a posição 142º no *ranking* mundial sobre representação feminina no campo político⁴, superando apenas o Haiti, em relação aos demais países da América Latina. A Argentina, por exemplo, ocupa a 20º posição neste mesmo ranking.

Face ao cenário apresentado, esta pesquisa tem como intenção analisar a sub-representação das mulheres negras no campo político, que, ao que tudo indica ancora-se numa hierarquia das competências e teve sua legitimação alicerçada na teoria política ocidental. Bem como, tem na violência de gênero e raça um dispositivo relevante de ameaça a efetiva participação dessas mulheres na política institucional. Portanto, atravessam a pesquisa questões interseccionais⁵ que cruzam gênero e raça como principal ponto de abordagem.

³ Ver <https://noticias.uol.com.br/eleicoes/2020/11/30/52-do-eleitorado-mulheres-sao-eleitas-em- apenas-118-municipios.htm>. Acesso: 10.10.2022

⁴ Conforme dados disponíveis em: <https://claudia.abril.com.br/politica-poder/brasil-politica-mulheres/>. Acesso: 24.11.21

⁵ Segundo Collins, “a interseccionalidade investiga como as relações interseccionais de poder influenciam as relações sociais em sociedades marcadas pela diversidade [como é o caso da sociedade brasileira], bem como as experiências individuais na vida cotidiana. Como ferramenta

Contudo, não podemos deixar de colocar que, por vezes, a categoria classe aparecerá, formando o tripé de análise deste estudo.

Estruturalmente este trabalho possui três partes, nas quais o capítulo um versa sobre a construção do objeto de pesquisa. É neste momento que apresento minha trajetória com o tema até chegar o atual objeto. Discuto, portanto, como a política se construiu território dos homens brancos, a partir da análise sobre a teoria contratualista clássica, a qual é possível perceber que as mulheres tiveram seus direitos políticos cerceados e que alijadas do pacto formador da sociedade civil moderna, ficaram reféns nos espaços destinados à casa e ao doméstico. Uma exclusão alicerçada teoricamente e, por isso, difundida socialmente. Nesse contexto, as mulheres negras que já operavam fora dos espaços privados em posições subalternas de trabalho também são sujeitos que sofreram os impactos desse processo de dominação e exclusão social e política.

O capítulo dois, por sua vez, analisa como mulheres negras foram buscando seu espaço na sociedade através dos movimentos negros e do movimento feminista negro. É possível observar que o movimento negro sempre teve mulheres negras como atuantes e que essas mulheres começaram a refletir sobre seu lugar, tanto dentro do movimento como na sociedade de modo geral. E nesse momento percebem que é preciso um movimento que contemple suas demandas, enquanto mulheres e negras, daí a importância do movimento feminista negro. Nesta seção, ainda discuto sobre a violência política de gênero e raça, conceituando e explicando o que é, e como opera na lógica de coibir a participação e ocupação das mulheres negras nas arenas de poder. Autores como Gonzalez (2020), Carneiro (2003), Recuero (2009), entre outros, ancoram teoricamente as ideias do capítulo.

Já o capítulo três, considero teórico-analítico porque nele apresento os perfis das interlocutoras da pesquisa, quem são e como chegaram a cargos políticos. Objetivando situar o leitor na maneira como a pesquisa se desenvolveu, analiso o processo de pesquisa em redes sociais, pois a primeira parte da análise

analítica, a interseccionalidade considera que a categoria de raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária – entre outras – são inter-relacionadas e moldam-se mutuamente. A interseccionalidade é uma forma de entender e explicar a complexidade do mundo, das pessoas e das experiências humanas” (COLLINS, 2021, p. 15-16 *grifo nosso*).

dos dados se deu por meio de “*prints*” feitos na rede social *Twitter* das parlamentares Andréia de Jesus (PT/MG), Benedita da Silva (PT/RJ) e Talíria Petrone (PSOL/RJ). O intuito é o de investigar, a partir de manifestações/comentários aos “*posts*” feitos pelas interlocutoras, como a violência política de gênero e raça é colocada. Jô Oliveira do PCdoB/PB, por sua vez, foi entrevistada e seu discurso representa a mulher negra em movimento nas instâncias de poder político.

Caminhos metodológicos

Refletir sobre a metodologia a ser empregada numa pesquisa é uma tarefa que requer algumas ponderações, pois é ela que te dará suporte no trajeto até os resultados. É o caminho metodológico que vai te ensinar por onde andar, o que colher, e como analisar tal dado. O pesquisador, por vezes, deve estar preparado, pois, mesmo tendo escolhido um bom método e recursos metodológicos adequados, podem surgir situações inesperadas pelo caminho. O método instiga ao pesquisador, ajuda-o na construção de um novo olhar sobre determinada realidade.

Esta pesquisa nasceu das inquietações da pesquisadora para com o mundo público da política e sua relação com as mulheres. Nesta caminhada houve tropeços e acertos. Ser mulher numa sociedade que há muito tempo privilegia uma parte da população também é motivo de reflexão.

Conforme citado anteriormente, as interlocutoras da pesquisa são as deputadas federais: Benedita da Silva (PT/RJ) e Talíria Petrone (PSOL/RJ), a deputada estadual Andréia de Jesus (PT/MG), eleitas em 2018, e a vereadora Jô Oliveira (PCdoB/PB), eleita em 2020.

Teoricamente, o trabalho se ancora em autores como Almeida (2019), para tratar do racismo estrutural que alicerça a sociedade brasileira. Os argumentos de Domingues (2007) refletem sobre a caminhada do movimento negro no país e, conseqüentemente, auxilia na observação de que as mulheres negras já se movimentavam nessa estrutura. A perspectiva do feminismo negro é discutida a partir dos argumentos de expoentes como Davis (2019/2016), Carneiro (2003), Hooks (2018), Gonzalez (1983/2020), Kilomba (2019), dentre outros. Pinho (2020) reflete sobre a violência política praticada contra as

mulheres na política brasileira. Já Recuero (2009), bem como, Castells (1999) e Levy (1999) são alguns estudiosos que fundamentam a investigação no ciberespaço. Machado (2021), Lima (2019), Miguel (2014), dentre outros estudiosos, subsidiam a reflexão sobre gênero, raça e participação política de mulheres negras.

Metodologicamente, a pesquisa está ancorada no método qualitativo. O principal instrumento metodológico empregado é um roteiro semiestruturado de entrevistas, nele estão questões direcionadas não só a participação das mulheres negras no campo político, como também, sobre suas percepções de si enquanto figuras públicas, ou seja, suas autoimagens. Além de abordar temas como a violência política de gênero e raça dentro e fora das redes sociais, bem como a importância dessas redes para arregimentar votos e construir uma campanha eleitoral.

A entrevista foi feita com a vereadora de Campina Grande/PB, Jô Oliveira. Depois de várias tentativas junto à sua assessoria, consegui a entrevista por meio de plataforma digital. Começamos a entrevista em janeiro de 2023 e já tínhamos concluído o primeiro bloco de questões que versavam sobre aspectos da vida pessoal da entrevistada — tais como: sua trajetória educacional, com quem residia e de onde eram suas origens — quando, ao término desta primeira etapa, ela recebeu a notícia de que alguém próximo havia falecido, o que nos fez interromper o diálogo naquele momento. A outra parte da entrevista, portanto, aconteceu em abril/2023, neste momento, conversamos, dentre outras questões, sobre sua vida na política, como ela se percebia nesse campo e o que representava para a vereadora o fato de ser a primeira mulher negra a ocupar uma cadeira na câmara municipal da sua cidade. No total, foram mais de duas horas de conversa.

A netnografia⁶ subsidiou a análise sobre violência política de gênero e raça desenvolvida em uma rede social específica, o *Twitter*, de Benedita da Silva, Talíria Petrone e Andréia de Jesus. Os recortes de conteúdo no *Twitter* foram feitos a partir do ano da campanha eleitoral de 2018⁷, conjuntura em que as três

⁶ A abordagem metodológica de netnografia, seu conceito e uso nesta pesquisa é apresentada de modo detalhado no capítulo três.

⁷ Saliento que no ano de 2018 as manifestações de violência praticadas contra as mulheres em campanha política ainda não eram entendidas como violência política de gênero. Os termos violência política de gênero foram incorporados a cena pública formalmente a partir do ano de 2021 com a Lei n. 14.192/2021.

mulheres se elegeram. Todavia, contemplo também os anos posteriores⁸ ao pleito por compreender que a violência política praticada contra essas mulheres não se restringe a um único espaço de tempo, mas acompanham sua trajetória na vida pública. O sistema ainda tem dificuldade em aceitar que esses sujeitos políticos podem ocupar espaços de poder. Logo, os dados foram coletados por meio de “prints” (capturas de tela), de comentários com conteúdo agressivo/violento direcionados a essas mulheres. O intuito é de observar como o ódio é disseminado nas redes sociais – o *Twitter*⁹ foi escolhido por ser um espaço utilizado para discussões, diferente do *Instagram*, que por exemplo, se ancora nas postagens de fotos e vídeos.

Desafios e dificuldades na pesquisa de campo

O intuito deste tópico é o de demonstrar que pesquisa e escrita acadêmica não é uma tarefa fácil, tampouco tranquila. O pesquisador precisa ter em mente que o processo de pesquisa e escrita não é algo linear, de modo que, muitas vezes, irão aparecer imprevistos e nesse momento surge a necessidade de reorganizar as ideias e os projetos. Devo acrescentar que ter enfrentado uma pandemia durante o processo de pesquisa resultou não apenas em atraso na investigação científica, como também dificuldade em escrever o texto final.

Todavia, para fins analíticos optei por adotar a categoria de violência política de gênero, mesmo que os episódios de violência política tenham ocorrido anterior a promulgação e vigência da lei.

⁸ As interlocutoras dessa pesquisa são oriundas de dois pleitos diferentes, ou seja, 2018 para as interlocutoras Talíria Petrone, Benedita da Silva e Andréia de Jesus, deputadas federais e estadual, respectivamente. E 2020 é o pleito que elege Jô Oliveira a quarta interlocutora. Desta forma, as imagens que serão colocadas como forma de ilustrar as manifestações de violência política de gênero e raça não se restringem apenas ao pleito de 2018 para as deputadas, mas também aos anos posteriores, tendo em vista que a violência não é algo que se limita apenas ao “tempo da política”.

⁹ O *Twitter* foi criado no ano de 2006 pelo americano Jack Dorsey em colaboração com Evan Williams e Biz Stone. Dorsey imaginava um serviço em troca de status, semelhante ao antigo SMS (mensagens de texto trocadas via celulares), neste caso o *Twitter* seria o “SMS da internet”. O termo em inglês significa gorjear (pios de pássaros), portanto, a ideia é a de que o usuário da rede estaria “piando” no ciberespaço. A rede social se tornou um espaço onde os usuários compartilham informações sobre o que está acontecendo na atualidade, manifestando suas opiniões em relação aos mais variados temas e questões. No ano de 2022 haviam mais de 220 milhões de usuários ativos e está disponível no momento em aproximadamente 49 idiomas. Ainda em 2022, Elon Musk comprou o *Twitter* e mudou o nome jurídico que passou a ser X corp. vale dizer que no Brasil a versão em português do *Twitter* só aconteceu em 2009, sendo a sede do seu escritório em São Paulo.

Informações disponíveis em: <https://canaltech.com.br/empresa/twitter/>. Acesso: 14.05.2023.

Pesquisar em rede social foi um desafio para mim, sobretudo, por que não era essa a proposta inicial de pesquisa. Então, quando esse caminho se descortinou em minha frente, precisei reorganizar todas as ideias anteriores, colocando-me num espaço que não entendia a dinâmica de fazer pesquisa, pois ainda não havia pensado no espaço da internet como um ambiente em que eu pudesse atuar, embora soubesse que muitos estudiosos têm no ciberespaço seu *locus* de análise.

Como a rede social escolhida foi o *Twitter* era necessário criar um perfil com o qual pudesse começar o processo de investigação. Nesse caminho era urgente entender como a rede funcionava, como as interações entre usuários aconteciam e como poderia filtrar as informações de que precisava. Após inteirar-me da dinâmica da rede e começar a seguir os perfis das interlocutoras, utilizei filtros de pesquisa que direcionassem até as mensagens que demonstravam manifestações de violência política de gênero e raça destinadas às parlamentares.

O primeiro filtro utilizado nas buscas foi o ano de 2018, objetivando acompanhar o que as interlocutoras haviam postados àquela época e como isso repercutiu entre os usuários da rede. Os *posts* considerados nesta pesquisa dizem respeito apenas às publicações que apresentam mensagens de caráter agressivo, portanto, contabilizam 12 no total. Em razão dos resultados obtidos nesta etapa inicial, percebeu-se a necessidade de estender a investigação nos anos posteriores ao pleito, não apenas pelo material coletado, mas, sobretudo pelo fato de que a mulher em sua atuação pública não sofre violência política de gênero apenas quando está em campanha, mas as agressões, sejam físicas, verbais, simbólicas (no caso das redes sociais), as acompanham durante a vida pública.

A somatória de todos os “*prints*” feitos no *Twitter* de Talíria Petrone, Andréia de Jesus e Bendita da Silva resultou no total de 135 postagens. Deste universo, foram analisadas as mensagens que se repetiam, objetivando agrupar por tipos e/ou categorias. Logo, o levantamento de dados na rede ocorreu em busca de postagens do ano de 2018 até o primeiro semestre de 2023. As imagens que aparecem no texto representam as escolhas de análises da pesquisadora, tendo em vista o objeto estudado.

Jô Oliveira é a única interlocutora que não houve investigação na sua rede social *Twitter*. Após a qualificação da tese, a pesquisa tomou outro caminho para o processo de análise, se concentrando nas redes sociais das parlamentares mencionadas. A entrevista com Jô Oliveira ocorreu depois do processo de investigação nas redes sociais e, por isso, não há no espaço reservado à análise dos dados levantados no ciberespaço referências à vereadora.

Apesar da gentileza da interlocutora em ceder uma entrevista houve contratempos de agenda e sua entrevista ocorreu em dois momentos como já mencionado. Cabe destacar que, entrevistar Jô Oliveira contribuiu, significativamente, para o processo de análise da singularidade das mulheres negras no espaço político.

2. CAMINHOS DA PESQUISA: A CONSTRUÇÃO DO OBJETO

Neste espaço a discussão será sobre como o objeto de estudo foi se construindo durante a minha trajetória acadêmica. Aqui, abordo os pormenores de uma jornada que tem início na graduação em Ciências Sociais, cursada na Universidade Federal da Paraíba e concluída no ano de 2010. Além de minha andança no mestrado em Sociologia cursado na mesma Universidade, no Programa de pós-Graduação em Sociologia, concluído em 2014. Ambos os momentos acadêmicos serviram de alicerce para pensar sobre meu atual objeto de estudo, a saber: a inserção das mulheres negras no campo político.

Por ser um capítulo introdutório a discussão é acerca da problemática da pesquisa, bem como objetivos e hipóteses levantadas. A intenção neste primeiro momento é a de aproximar o leitor acerca do tema em pauta, bem como esclarecer os caminhos que foram percorridos até chegar aqui. Também abordo como os partidos políticos, sobretudo, os partidos de esquerda têm lidado com candidaturas oriundas do segmento negro.

2.1 Problemática, Objetivos e hipóteses levantadas

Já afirmava Weber (2006) que investigando um determinado tema, o cientista é influenciado por sua concepção de mundo. O pesquisador deve estar devidamente treinado para saber estabelecer uma distinção entre o reconhecer e o julgar. Cabe ao cientista reconhecer até onde vão seus próprios valores, buscando identificar a verdade dos fatos sem que tais valores o influenciem. Os fenômenos sociais, segundo o autor, devem ser observados e compreendidos como eles são e não como deveriam ser. Nesta perspectiva, é preciso que o pesquisador saiba diferenciar os juízos de valor do que é um saber empírico, este último nasce das necessidades práticas que são historicamente postas. Logo, para Weber, é plenamente possível que haja uma objetividade científica nas ciências sociais, para tanto, basta que o pesquisador seja consciente de que seus valores estão incorporados na pesquisa e, que execute através de procedimentos bem rigorosos de análise seu objeto de estudo, sabendo

controlar tais valores, estes devem ser adotados como esquemas de explicação condicional da realidade.

Portanto, é impossível que o interesse e/ou valores inerentes ao pesquisador não seja inserido na pesquisa. Desta forma, considero que meu caminhar na pesquisa das relações de gênero e política tem muito de mim, embora tenha tentado sempre ser a mais objetiva possível, pois entendo que fazer ciência é lidar com a objetividade, mas do que com a subjetividade.

Os primeiros passos nos estudos sobre mulheres e política deram-se na graduação em ciências sociais na Universidade Federal da Paraíba/UFPB, em João Pessoa. À época, participava de um grupo de estudos sobre os clássicos da teoria política ocidental. Lembro bem minhas inquietações sobre o modo como tais autores relegavam a presença das mulheres do pacto formador da sociedade civil moderna ou o Estado civil. Para a teoria do contrato social só participava do pacto formador da sociedade civil moderna os indivíduos que dispusessem da propriedade do próprio corpo e fossem livres e iguais entre si.

Assim, meu trabalho de conclusão do curso de ciências sociais apoiou-se nos argumentos da filósofa britânica Carole Pateman, mais especificamente, em seu trabalho a respeito do “O contrato sexual” (1988) e seu debate com a teoria contratualista¹⁰. O objetivo foi o de compreender a forma como a teoria do contrato supôs a mulher como indivíduo subordinado, excluindo sua participação do contrato original que institui a sociedade civil moderna. Para tanto, a teoria do contrato sexual proposta por Pateman é significativa. Ela radicaliza a teoria contratual dos liberais, evidenciando que há algo ainda a ser contado, isto é, a dominação exercida pelo homem e a sujeição sofrida pela mulher, partes mesmas da lógica do contratualismo. Deste modo, comecei o processo de reflexão acerca da dicotomia entre o público e o privado que alicerça a sociedade civil moderna.

¹⁰ A teoria do Contrato Social, ou simplesmente, Teoria contratualista, é uma metáfora usada pelos pensadores contratualistas para descrever a relação entre os cidadãos/humanos e o Estado. Hobbes, filósofo do século XVII via o Estado como uma instituição necessária, pois ele ajudaria a evitar que as pessoas fizessem mal umas às outras. Assim como Hobbes, Rousseau e Locke acreditavam que o surgimento do Estado Moderno foi feito através de um contrato, por isso, contratualismo. Neste contrato ficava claro que o homem – que vivia em estado de natureza, onde não havia uma organização política – cedia ao Estado seu direito natural. O Estado, por sua vez, estava incumbido de resguardar os direitos dos cidadãos de maneira imparcial, isto é, governando para todos de maneira igual.

Pateman analisa que é por meio do contrato sexual que a mulher se mantém numa lógica de sujeição e de exclusão do âmbito político da esfera pública que é, por definição, masculina. A instauração da política moderna como sociedade do contrato ergueu-se alicerçadas por duas esferas distintas e reciprocamente entrelaçadas: a esfera pública, domínio tipicamente masculino e político, originada no contrato social, e a esfera da vida privada destinada, por oposição, à mulher, espaço apolítico do lar, e originada pelo contrato sexual. A teoria contratualista legitimou a dominação masculina usando a linguagem do indivíduo proprietário. Embora a história teórica do contrato possa ter sido lida como uma história da liberdade humana, tal liberdade, porém, carregam em si mesmas algumas graves restrições.

Historicamente, as mulheres se construíram como sujeitos não detentores das capacidades que dessem a elas a oportunidade de participar da vida pública da política. Os gregos, por exemplo, viam a cidadania como um atributo de homens livres, aptos a participarem das atividades políticas.

Foi desde então, que as identidades de homens e de mulheres vieram se caracterizando a partir da dicotomia entre o público e o privado, uma distinção supostamente assentada na “natureza” dos sexos.

Segundo Barbosa e Machado, ao longo da história ocidental foi de fato se consolidando uma concepção da incapacidade natural das mulheres, sempre tidas como:

[...] emotivas e instáveis, e sob pressão pública não conseguiam tomar decisões racionais [...] supunha que a inaptidão feminina na esfera pública era natural e não cultural ou social. Reforçava, então, que as mulheres eram inferiores aos homens, pois tomava como base princípios formulados no âmbito interpretativo masculino [...] Os homens, ao listarem os atributos biológicos masculinos como superiores e mais fortes, advogavam a tese da incapacidade cultural das mulheres e lhes inferiorizavam nas esferas públicas e sociais. (Barbosa; Machado, 2012, p. 91)

O que é ser o homem e o que é ser mulher? A resposta coube por muito tempo numa equação simples: homem = homem público = homem político. A mulher, por extensão, identificada pelo pertencimento à esfera privada, foi então vista como um ser apolítico. Não à toa, que foi essa “umas das fronteiras mais

difíceis delas cruzarem: a fronteira entre o mundo público e o privado” (Karawejczyk, 2019, p. 14).

As experiências históricas femininas, porém, vieram pouco a pouco questionando tamanho dualismo simplório, abandonando os modelos masculinos da prática política:

[...] o direito positivo (posto) era um obstáculo às mudanças exigidas pelas mulheres dos finais do século XIX e primeiras décadas do século XX; por outro lado, ao mesmo tempo o direito histórico (pressuposto) emergia como dimensão contributiva à capacidade eleitoral ativa das mulheres brasileiras. (Barbosa; Machado, 2012, p. 91)

Porém, com o movimento feminista a partir da década de 1970¹¹ começou-se a questionar tal dicotomia presente na sociedade. O resultado foi a incorporação das mulheres ao espaço público introduzindo efetivamente significativas transformações na sociedade civil.

Nesse contexto, Brito (2001) mostra que cientistas políticas feministas, principalmente nos Estados Unidos, procuraram dirigir suas pesquisas em busca de novos referenciais teóricos mais apropriados para a compreensão do comportamento político feminino. Assim, a questão do gênero passou a frequentar o interesse da teoria política. Entretanto, isso não quer dizer que a interpretação “binária” tenha desaparecido. O dualismo vem se mantendo, reforçando a exclusão das mulheres da esfera pública e dificultando sua participação política: pares como homem/mulher, cultura/natureza, branco/negro, dentre outros, continuam a carregar em seu cerne diferenças tidas como naturalmente estabelecidas.

A questão da natureza feminina é, de fato, assunto tratado por muitas das teorias feministas. Consideram que certa racionalidade, masculina, legitimou a ausência das mulheres do espaço político. É preciso analisar, portanto, a origem da divisão e a maneira como ela esteve constituída e assentada numa base de separação sexual das esferas público/privado segundo o modelo liberal.

¹¹ Vale destacar que a década de 1970 é apenas o saldo histórico de muitas lutas sociais, pois já na virada do século XIX para o século XX, no Brasil e no mundo, já haviam questionamentos de luta pelo voto que colocava como necessidade o direito à educação e participação das mulheres na esfera pública.

Pinheiro (2009) apresenta, a partir da ótica feminista, a crítica à construção habermasiana da esfera pública, marcada, segundo aquela perspectiva, pelos cânones da teoria liberal. Para a autora, tanto o pensamento político liberal quanto a teoria crítica mantiveram-se silenciosos quando se trata da questão de gênero, produzindo dessa forma, como diz Carole Pateman, um tipo de conhecimento do mundo social que engana e esconde algumas experiências componentes da realidade social que procuram descrever.

Se o liberalismo, que Pinheiro define como “patriarcal”, oculta uma situação de submissão das mulheres, também na esfera pública liberal burguesa habermasiana se mostra a perpetuação do mesmo problema, centrado nas dúvidas mostradas pelo uso que se fez das categorias privado e público ao longo da constituição e da consolidação desta esfera, âmago de toda uma teoria crítica da democracia.

Introduzindo a separação entre esfera pública e esfera privada, a sociedade liberal assenta esta distinção sobre bases sexuais, relegando à mulher o âmbito do privado. É, porém na esfera pública que se fundam os direitos liberais. Espaço tipicamente masculino – o homem, aliás, transitando livremente entre as duas esferas –, é fácil concluir que a propagada universalidade dos direitos não é um fato: confinada ao ambiente doméstico, a mulher viu-se logo em dificuldades para construir sua identidade como um sujeito de direito. Haja vista que, “os homens, ao listarem os atributos biológicos masculinos como superiores e mais fortes, advogavam a tese da incapacidade cultural das mulheres e lhes inferiorizavam nas esferas públicas”. (Barbosa; Machado, 2012, p. 91).

A consequência deste processo é evidente: a separação sexual entre as esferas, o que ocultou de fato uma relação de dominação, como afirmou Pateman. Filhos são sujeitados aos pais, esposas a seus maridos. O problema maior, pensa Pateman, é que assim, do interior da teoria liberal fundada na igualdade dos direitos, a “naturalização” (sexual) da sujeição introduz e legitima uma perversa desigualdade.

Quanto aos estudos de Habermas relativos à constituição da esfera pública burguesa, Pinheiro (2009) aponta suas limitações: tal espaço, diz, correspondeu à construção da cidadania como atributo por excelência masculino, dela excluída a participação feminina, coisa que Habermas não

notou. Alguns pressupostos da teoria habermasiana a respeito da esfera pública foram considerados falhos por teóricas feministas como é o caso de Nancy Fraser.

Fraser (2006) mostra que ignorar como irrelevante a situação específica de subalternização de minorias (como, por exemplo, a feminina), mantendo-as em uma posição social de sub-cidadania, é o ponto frágil da teoria proposta por Habermas. Mesmo quando essas minorias aparecem supostamente aptas à participação, ela lhes é de fato negada.

A crítica a Habermas é possível de ser entendida por meio de uma reposição da dicotomia público/privado, herança da teoria liberal. Assim, as mulheres foram construindo sua identidade por oposição ao indivíduo pleno do pensamento liberal. Mesmo se alguns dos direitos formais foram a elas estendidos, uma tenaz ideologia produz e reproduz a tese do espaço privado e doméstico como espaços “naturalmente” femininos. Sobre essa questão também adverte Michelle Perrot sobre duas acepções:

Uma no sentido jurídico e político relativo à existência dos direitos e mais amplamente à ‘publicidade’, no sentido entendido por Jürgen Habermas: a construção de uma esfera pública das mulheres, ou o a sua participação no espaço, na opinião, na comunicação pública. Em segundo lugar, um sentido do especial que toca o espaço urbano. Essa problemática do espaço deve muito a Foucault, este novo ‘cartógrafo’, tão sensível à inscrição dos poderes na materialidade dos lugares e dos olhares, ao ponto de ter suscitado um questionamento. (PERROT, 2005, p. 262).

Com todas as mudanças recentes, ainda há muitas dificuldades em assimilar a mulher como um sujeito detentor de direitos civis e políticos, barrando-lhes o campo, formal e informalmente, do exercício da cidadania. A distinção de papéis relacionados ao gênero colocou o sexo feminino em posição desvantajosa no todo social, dadas as reais diferenças da fruição desigual dos direitos (Avelar, 2001).

Robert Filmer representaria, segundo Pinheiro (2009), o liberalismo de cunho “patriarcal”. O direito político, para Filmer, origina-se no direito do pai. O rei, assim, assumia uma autoridade paterna e divina legitimada e assegurada pelos súditos. Contra Filmer, John Locke (1998) considerou que todos os homens nascem livres e iguais e que cada um tem em sua própria pessoa um

tipo muito especial de propriedade - a propriedade de si mesmo. É ela que dá origem ao direito, oriundo do contrato formador da sociedade civil.

Para Locke, o poder político difere do poder patriarcal. Ele afirma que o poder paterno consiste apenas no poder que os progenitores possuem sobre os filhos, para os governarem visando o bem deles até o momento em que atinjam a maioridade e o uso da razão, sendo capazes de entender a lei sob a qual todos os homens livres vivem. O poder paterno constitui-se assim como um governo natural, sem, todavia, estender-se aos fins e jurisdições do que é propriamente político.

O poder político é, ao contrário, um poder instituído. É o que cada homem tendo no estado de natureza cedeu às mãos da sociedade e dessa forma aos governantes. Esse poder tem origem unicamente no pacto de assentimento, o acordo mútuo dos que formam a comunidade política.

Depende, portanto, do consentimento voluntário dos cidadãos, pois todos os homens são considerados proprietários de si mesmos e de suas vontades. O poder de cada um é então delegado ao soberano e, assim, ninguém está autorizado a dominar outrem nem a proceder a julgamentos ou aplicar penalidades. A finalidade de tal acordo é preservar e assegurar tanto quanto forem possíveis as propriedades de cada indivíduo envolvido no pacto. “Quando qualquer número de homens consentiu desse modo em constituir uma comunidade ou governo, ficam de fato, a ela incorporados e formam um corpo político no qual a maioria tem o direito de agir e concluir o pacto” (Locke, 1998, p.77).

Para as teorias feministas, porém, importa afirmar que o poder político se estabelece a partir da esfera pública e masculina do mundo social. Se Locke contesta a noção patriarcal de Filmer, mantém as mulheres ainda reféns da esfera familiar. No âmbito do espaço privado, a mulher continua sob o jugo daquele poder paternal.

Na teoria lockeana, a mulher aparece como um auxiliar do homem na educação e nos cuidados com os filhos, unida ao marido até quando seus interesses se mantiverem em conformidade com os dele. Importante é sublinhar que tal sujeição é ela também, fruto do consentimento. Originou-se do contrato estabelecido pelo laço de matrimônio. Por outras palavras, ao consentir no casamento, a mulher, “contrata” a entrega de seu corpo ao marido.

Eis aí, para Pateman, todo o problema teórico do contratualismo: como poderia contratar aquela que não se constrói como indivíduo pleno, proprietária de si mesma? Ainda mais enigmático: por que o contrato em que a mulher participa voluntariamente é um contrato que legitima e assegura a sujeição? Está aqui a questão que interessa Carole Pateman: “o contrato sexual é o meio pelo qual os homens transformam seu direito natural sobre as mulheres na segurança do direito patriarcal civil” (Pateman. 1993. p. 21).

A mulher, ao que parece, esteve fadada a permanecer na esfera do privado, ali exercendo atividades únicas e exclusivas do mundo doméstico como o cuidado com o marido, a casa e os filhos. Reclusas ou confinadas ao espaço do lar, à margem do público, viram-se excluídas do mundo da política. O contrato social, aparentemente investindo contra o poder patriarcal, acabou por revelar uma estrutura de cunho masculino que organiza toda a sociedade e, ao fazê-lo, confirma, por um lado, a liberdade dos homens e, por outro, sua dominação sobre as mulheres. A diferença entre liberdade e sujeição transforma-se numa diferença de base sexual, entre homens e mulheres.

De fato, a relação patriarcal instituída pelo contrato encontra no meio familiar seu local de dominação. Isso porque a exclusão da mulher da arena pública se mantém, o que ocasiona um isolamento do debate público dessas relações que se organizam na esfera do privado e que culminam na conservação da exploração direta da mulher pelo patriarca. O que está em debate, portanto, é a dominação oculta na própria doutrina liberal. Trata-se, portanto, de enfrentá-la, reformulando seus conceitos.

Fundamental, nesse percurso, é combater tanto a visão dual do mundo social quanto à tendência a “naturalizar” o fenômeno político da dominação. Com isso, pensam tais críticas, entenderíamos melhor a exclusão da mulher, percebida ao longo dos séculos como a minoria não “representada” da ação e da decisão políticas, do campo da cidadania plena.

Michael Walzer (2003), buscando refletir sobre as múltiplas e complexas esferas da justiça, diz que o casamento, mais que um mero contrato civil, funciona no âmbito das relações de parentesco. De acordo com Walzer, épocas e lugares diferentes mudaram as definições de parentescos, dando formas distintas à política, definindo o status jurídico e as oportunidades ligadas à vida

dos indivíduos. É antiga a oposição, e talvez até primordial, entre política e parentesco.

O casamento era feito por alianças entre famílias e sua base esteve fundada no interesse econômico. Quando finalmente os filhos conseguiram emancipar-se dessa imposição, puderam contratar eles próprios, e baseados no sentimento do afeto mútuo, a união com quem lhes agradasse de fato. O amor passou então a ser o vigor e a garantia da família manter-se unida. Mas também no caso das sociedades modernas, a família continua a ser “uma fonte perene de desigualdade” (WALZER, 2003, p. 314).

Walzer refere-se à submissão feminina no espaço doméstico mantida sob o domínio da supremacia masculina. O problema está, pondera Walzer, nessa circunscrição do ambiente doméstico à figura feminina. A família mudará e será diferente quando não mais for ambiente exclusivo do sexo feminino. O tema é insistentemente retomado nas teses feministas: o patriarcado continua a ser, pensam algumas, a forma de dominação de gênero, além de modo de organização social.

Mas é o gênero – e não a forma patriarcal, que ainda supõe distinções “naturais” – que permite interrogar as relações sociais. Passou-se então a conceber “relações de gênero” como um conceito que abarca as condições sociais da diferença sexual.

Os trabalhos de Carole Pateman, segundo Zanotta, abriram novas vias – e vias críticas – às teorias feministas dos anos sessenta e setenta do século XX, que insistiam no conceito de patriarcado, tratando-o como uma forma tradicional da dominação de gênero. Faltou à percepção feminista, pensa Pateman, notar a nova roupagem que assumia essa forma de dominação nas sociedades modernas.

Por isso, a tese de Pateman guarda originalidade frente às teses feministas mais conhecidas. Foram os contratualistas, afirma, e as revoluções políticas do século XVIII, que, investindo contra a versão tradicional, reintroduziram sob moldes absolutamente diversos a forma moderna do patriarcado. Conforme a versão tradicional, o poder familiar era tido como modelo e origem de todas as relações de poder e autoridade. A ideia parece ter vigorado da Idade Média até a época moderna, o século XVII. Quando Filmer declarou que o poder político tinha origem no poder doméstico do pai, era à

versão clássica que recorria, esta, justamente, que a teoria política contratualista poria em xeque ao final do século XVII.

Os contratualistas, porém, - eis a tese de Pateman - não abandonaram por completo o princípio tradicional, ancorado na natureza dos sexos. Fraternal, para Locke, e oriundo de um pacto original entre indivíduos livres e igualizados, o mundo político estruturante da sociedade civil moderna e capitalista continuava a manter sua forma patriarcal. Assim, o patriarcado moderno instituído pelo contrato original continuou a sustentar o direito natural de cunho conjugal, ou seja, o direito que o homem possui sobre a mulher. O homem como proprietário de sua *própria* pessoa, como Locke argumenta, tem o direito assentado em bases naturais de poder sobre a mulher (esposa).

Observe-se que tal contrato conjugal, em sua essência apolítica, é fundado no direito natural masculino. É um contrato de “naturalização”, que funda, conforme os autores, a desigualdade de poder no âmbito da esfera familiar. O problema maior é que tal desigualdade, porque fundada na subordinação do sujeito do contrato – o de casamento – no interior do espaço privado, traduz, também, a invisibilidade da mulher na esfera pública.

Pensavam os contratualistas que a introdução da ideia de contrato culminaria na queda do patriarcado. Enganaram-se, reflete Pateman: introduziram, pelo contrário, nova forma patriarcal, a do contrato fundado na fraternidade dos laços conjugais.

Com isso, uma nova forma de patriarcado se impôs, como um direito natural *masculino*, excluindo deste espaço público o sexo feminino. O conceito de patriarcado, como insiste Zanotta (2000, p.16), como uma estrutura de forma rígida e fixa, “está sempre a indicar que a autoridade patriarcal se apresenta aos olhos dos outros sujeitos sociais como legítima”. A hierarquia da descendência e a naturalização da diferença sexual ratificam os direitos naturais, paternal e masculino.

Diante disso, Zanotta não acredita que se mantenham inatingíveis na configuração das relações sociais contemporâneas a naturalização e a legitimação desses direitos sexuais e paternais. Como também não acha conveniente encapsular a modernidade - e tampouco a contemporaneidade - sob a referência da persistência do patriarcado, mesmo em sua forma mais atual (moderna). Mais adequado, afirma, seria considerar uma persistência

hegemônica da dominação masculina no mundo contemporâneo, sempre questionada em nome da legitimidade política dos direitos individuais à igualdade e liberdade.

As feministas, conforme a leitura de Adriana Piscitelli vem desenvolvendo o conceito de gênero de maneira a desconstruí-lo. Piscitelli anota que o conceito de gênero é diferente daquele de sexo. O segundo supõe um princípio “naturalizador”, ao passo que o primeiro permitiria questionar certas posições teóricas já existentes.

Categorias que supostamente surgiriam das políticas de diferenças, seriam de acordo com os argumentos de Donna Haraway, escondidas e submetidas à categoria de gênero. Identidades primordiais como ser homem ou ser mulher, se mantiveram intocadas, pois o sexo e a natureza não foram historiados no caráter de construção social do gênero.

Trabalhar com gênero – ao inverso das identidades de sexo – pressupõe dar privilégio, pelo menos de maneira especulativa, a um ponto de vista que insiste sobre algumas diferenças no mesmo passo que negligenciam outras: eis a ambivalência do termo, segundo Piscitelli, presente em algumas das teorias feministas contemporâneas. O gênero, em sua definição, não “naturaliza” relações sociais. Joan W. Scott examina o debate feminista acerca da representação política das mulheres, partindo dos movimentos e das lutas pela igualdade feminina. Aqui entram em cena discursos que investigam oposições como comunitarismo/universalismo, igualdade/diferenças, homem/mulher, dentre outras categorias. Trata-se, então, de propagar, tendo em vista a correção de antigos desvios, inteira igualdade de representação entre homens e mulheres nas instâncias políticas decisórias.

As leis, assim, seriam capazes de corrigir as desigualdades existentes entre homens e mulheres. O movimento confrontou, de maneira direta, o republicanismo e as dificuldades paradoxais que ele evidencia diante das reivindicações paritárias, visando conduzir a uma política igualitária.

Retomemos os argumentos de Pateman: a participação política, pensa a autora, é de cunho educativo porque propicia um processo de capacitação e de tomada de consciência, na forma individual e coletiva, no próprio exercício da cidadania, quesito indispensável e central, do rompimento do ciclo de submissão e injustiças imposto há séculos.

Diante de tudo que já foi dito, entende-se que a distinção entre esfera pública e espaço privado, nascida da sociedade civil, carrega forte analogia com a oposição entre dominados e assujeitados, isto é, a dominação exercida pelo homem e a subordinação sofrida pela mulher. O resultado, como já repetimos, é a segregação radical da política ao espaço público e *masculino*. É disto que continuarei tratando a seguir.

Depois de ter colocado em xeque a legitimação teórica dos contratualistas clássicos que relegou às mulheres ao espaço do privado, através da crítica que dele fez Carole Pateman, foi na especialização em história cultural – na Universidade Estadual da Paraíba, campus Guarabira – que continuei com foco nos estudos sobre a mulher no campo político, desta vez focando numa figura feminina que teve destaque na política da Paraíba durante certo período de tempo. Saliento que a pesquisa se alicerçou em incursões nas páginas impressas do Jornal “O Norte”, durante a década de 1980 e no livro autobiográfico de Lúcia Braga, personagem de minha escrita.

Na análise da trajetória de Lúcia Braga pela política paraibana, diversas questões puderam ser levantadas acerca da maneira como a mulher continuava a manter-se distante dos espaços de poder político. O patriarcado em que se alicerçou a política brasileira e da Paraíba é uma das questões que pude problematizar.

A análise sobre a política da Paraíba que desenvolvi a partir da figura de Lúcia Braga em muito ajuda a pensar sobre a mulher brasileira de maneira geral e seu papel ao adentrar nos espaços político partidário, algo que sempre foi de muita luta e resistência. Neste sentido, o ano de 1932 é especialmente emblemático para a história das mulheres na política do Brasil. Naquele ano foi conquistado o direito ao sufrágio universal. Agora elas poderiam votar e, além disso, haviam adquirido o direito de serem eleitas para o cargo de representante política.

Dois anos depois de sancionado o novo código eleitoral é eleita a primeira mulher para o parlamento brasileiro, Carlota Pereira de Queiroz, eleita em 1933 através do voto popular deputada federal pelo estado de São Paulo. Um marco quando se pensa na figura das mulheres ocupando os espaços de poder político num país como o Brasil. Contudo, é interessante ressaltar que o código eleitoral

de 1932 e a constituinte de 1934 traziam na sua escrita, restrições quanto ao voto feminino.

É apenas com a constituição de 1946 que as mulheres brasileiras conquistam a obrigatoriedade do voto sem restrições, da forma como era estabelecido para os homens. No que pese as contradições históricas inerentes a esse processo do direito ao voto feminino, cabe indagar por que o Brasil foi “um dos primeiros países do continente sul-americano a reconhecer o direito político para as suas cidadãs?” (Karawejczyk, 2019, p. 15).

Mesmo depois de concedido o sufrágio universal às mulheres, ainda vivemos num país onde as mulheres estão distantes de estarem em pé de igualdade com os homens no campo político. O cenário político brasileiro é marcado predominantemente pela presença dos homens, estes se construíram como vimos, anteriormente, em sujeitos universais, referentes, ancorando a concepção de uma diferença sexual, normativa e manifesta.

É neste cenário de desigualdade política que as mulheres brasileiras vão buscando seu espaço na esfera pública. Ser mulher política no Brasil, na maioria das vezes é ocupar posições de “menos” poder. Por outras palavras, a política brasileira destina as mulheres que nela, conseguem entrar, posições ligadas aos papéis considerados femininos, portanto, essas mulheres tendem a lidar com a agenda da assistência e não da economia, por exemplo.

Na trajetória até o doutorado, me debrucei na investigação sobre a construção da imagem pública das mulheres na Paraíba. Tal pesquisa resultou na minha dissertação de mestrado em sociologia no Programa de pós-graduação em sociologia da UFPB.

A política paraibana, assim como a brasileira, tem sua base alicerçada no poder masculino e isso foi muito evidente para mim no processo de investigação de como as deputadas estaduais eleitas em 2010 para a Assembleia Legislativa construíram suas imagens públicas. Nesse processo, várias outras questões que me explicavam que a política na Paraíba é uma política masculina, foram se apresentando. A via de entrada destas mulheres no campo político, por exemplo, se deu por herança familiar, o que quer dizer que quando os homens por algum motivo não podem adentrar na cena pública como candidatos, colocam suas esposas, filhas, mães... O objetivo é claro, manter a supremacia masculina no poder, mesmo que “indiretamente”.

Daniella Ribeiro (PP)¹², é filha do ex-deputado federal pela Paraíba e ex-prefeito de Campina Grande Enivaldo Ribeiro. Foi uma das interlocutoras da pesquisa. Ela, é irmã de Aguinaldo Ribeiro que também é político na família. Na árvore genealógica de Daniella existe sua mãe, Virgínia Borges que foi prefeita do município de Pilar/PB. Oriunda de família política, a deputada Daniella não apresentou nenhuma proposta que de fato contemplasse um rompimento seu com as políticas ancoradas no “patriarcado”. Apesar de seu discurso, a deputada que é de partido de centro direita, não contribuiu, como deveria, para uma maior visibilização das mulheres na política como agentes de transformação deste espaço.

Léa Toscano (PSB) outra interlocutora, carrega em sua caminhada política, de maneira muito forte, a figura de seu esposo, o ex-prefeito Zenóbio Toscano, da cidade de Guarabira/PB, já falecido. A fala de Léa é enfática ao mencionar que seu esposo teve grande importância na sua vida como política, primeiro como prefeita de Guarabira e depois como deputada estadual. É importante mencionar que Léa constrói sua imagem pública alicerçada nos papéis destinados as mulheres, uma de suas falas, inclusive, destaca que gostava de ser reconhecida como a “Tia Léa de Guarabira”, como se a mulher tivesse mesmo que desempenhar um papel de parente, de assistencialismo, apenas. Saliento que, como Léa, tem muitas. As eleições têm demonstrado que a maioria das mulheres que se lançam na política, sobretudo, por herança familiar tende a reforçar os papéis de gênero. Não conseguindo romper com a política masculina que há tanto tempo vem vigorando.

Gilma Germano (PPS) entra na política também por via familiar. A bancária e ex-deputada estadual, é enfática ao mencionar que entrou na política mais por incentivo do seu esposo, Buba Germano (PSB), atual deputado estadual na Paraíba-2018. Toda a sua fala demonstrava que estava na cena pública figurando um papel que lhe foi atribuído pelo homem da família. Aqui, vemos, mais uma vez, um típico exemplo de mulheres que adentram na vida pública por influência e herança familiar.

Iraê Lucena (PSDB), por sua vez, é filha do renomado político brasileiro, Humberto Lucena. Ela é sua herdeira política. Bem articulada, Iraê destacou

¹² Após os exercícios de mandatos de vereadora e deputada estadual, Daniella Ribeiro foi eleita senadora nas eleições de 2018.

sentir “verdadeira paixão” por exercer o cargo de política. A ex-deputada antes de assumir a cadeira no legislativo paraibano havia exercido a função de Secretária do Estado da Mulher e da Diversidade Humana. Uma das propostas de Iraê, enquanto secretária foi a de fazer delegacias regionais que apoiassem às mulheres nas cidades do interior, já que essas, só existem na capital. Contudo, foi um projeto frustrado, tendo em vista que para que a delegacia pudesse acontecer, um dos requisitos era que seria necessário ter um número X de habitantes e, segundo a então parlamentar, nem todos os municípios tinham¹³.

Vale salientar que eram seis mulheres que ocupavam uma cadeira na Assembleia Legislativa, todas eleitas em 2010. Contudo, devo informar que foi preciso lidar com algumas adversidades no processo de investigação, sendo elas, a inacessibilidade à época da pesquisa as deputadas Olenka Maranhão e Eva Gouveia. Foram feitas inúmeras tentativas para conseguir conversar com elas que não foram exitosas.

Após o término do mestrado algo começou a me inquietar acerca de como a política nacional tem mantido distante de suas instâncias certas categorias de indivíduos. Refiro-me as mulheres de uma maneira geral, mas, especificamente, as mulheres negras. Diante de tal inquietação e do cenário político nacional, bem como depois de apresentar um artigo que pensava além de gênero a sua interseccionalidade com raça e classe na Reunião Equatorial de Antropologia (Fortaleza-2013), comecei a construir o projeto de doutorado incluindo ao meu campo de pesquisa a raça e o “racismo político” no qual as mulheres negras estão imersas.

O Brasil vive um verdadeiro apartheid social e é bem da verdade. Nisso, mulheres negras tendem a ter mais dificuldade de acesso as arenas decisórias, pelo fato de historicamente ter se naturalizado uma desigualdade de oportunidades nas estruturas socioeconômica, política e cultural:

Ainda que a igualdade formal esteja devidamente normatizada tanto na legislação pátria como internacionalmente, não sobreveio a efetividade do tratamento isonômico para todos [...]

¹³ Iraê fala deste fato em entrevista ao portal PSDB Mulher, concedida em 05.02.2018. Ver “A força do Nordeste é real e precisa ser vista”, por Iraê Lucena - PSDB - Mulher | PSDB – Mulher acesso em: 10.08.2021.

resultado de herança cultural racista e discriminatória. (Benedito, 2010, p. 335).

De modo que, as mulheres negras ainda são consideradas minoria das minorias, carregam consigo o estigma de gênero e de raça, são duplamente a antítese da figura que massivamente ocupa o campo político brasileiro, isto é, o homem branco. Não à toa que se faz necessário:

[...] refletir sobre como e em que medida fatores de exclusão podem somar-se e afastar, ainda mais, uma determinada população do exercício dos seus direitos [...] revela a maior inacessibilidade do poder às mulheres negras, que enfrentam desafios somados. (Almeida; Machado, 2021, p. 403)

Além de serem constantemente vítimas de violência política de gênero e raça, algo que tem ocorrido com bastante frequência nas últimas eleições e não apenas em período eleitoral, mas no exercício do mandato também. É, portanto, da sub-representação das mulheres negras nos espaços de poder político no Brasil que trata este texto:

[...] a sub-representação política da mulher, como apontado inicialmente [...] se torna ainda maior quando se insere a variável raça em sua análise. Os debates teóricos e o ativismo contribuíram bastante para a visibilização dessas questões nas últimas décadas, pelo que se pode evoluir, enquanto ordenamento, em alguns aspectos protetivos, embora ainda tímidos. (Almeida; Machado, 2021, p. 405).

Assim, mesmo tendo relativamente crescido a participação das mulheres na política desde a conquista do sufrágio universal no Brasil na década de 1930, ainda é possível observar que o cenário político é marcado pelo masculino, neste campo que se constituiu como campo do poder masculino, as mulheres negras estão adentrando ainda muito timidamente. A política brasileira não reflete nem de longe a composição étnico-racial na qual está assentada desde sempre, impossibilitando-as historicamente de atingir uma oportunidade de ascensão política.

Alguns caminhos podem ser apontados para refletirmos sobre o problema. O primeiro deles é o de se questionar se as mulheres negras não estão buscando adentrar e afirmar-se no campo político institucional. O segundo seria o exercício de pensar que os partidos políticos não estão investindo em

candidaturas de mulheres de maneira geral e de mulheres negras, particularmente. A ausência de ajuda financeira para custear uma campanha também entra no rol das questões para reflexão sobre a sub-representação das mulheres e, principalmente, das mulheres negras. Sem ajuda financeira e investimento de partidos políticos, as candidaturas de mulheres negras acabam sendo devoradas pelo sistema eleitoral brasileiro. Outra questão levantada é a de que a violência de gênero e raça tem se mostrado como um dispositivo agressivo na tentativa de afastar esse segmento.

Nesta perspectiva, é possível perceber que, apesar dos avanços nos modelos normativos de proteção à participação política da mulher negra, o ideal democrático não se estabelece de fato neste país¹⁴, já que parte da população tende a esforçar-se mais para adentrar nos espaços de poder.

Não à toa que as mulheres autodeclaradas pretas e pardas ainda possuem baixíssimos índices na representação política, “como decorrência do racismo estrutural que permanece em nossas raízes socioculturais e se reflete nas instituições e no próprio Direito”. (Almeida; Machado, 2021, p. 410)

Dialogando com estas questões, faz-se necessário, portanto, incentivar desde cedo a participação e as candidaturas oriunda da população negras feminina, assim como esclarecer as regras de funcionamento do sistema político eleitoral brasileiro, sem perder de vista à compressão histórica das condições extremamente desiguais e discriminatórias em que este se constituiu.

Diante da real necessidade de questionar as estruturas políticas brasileiras este trabalho se mostra pertinente, pois a intenção é analisar a sub-representação das mulheres negras que me parece alicerçadas numa espécie

¹⁴ Para as eleições de 2018 o TSE impôs que os partidos políticos destinassem pelo menos 30% dos recursos oriundos do Fundo de Financiamento Especial de Campanha ou Fundo Eleitoral para candidaturas de mulheres, o mesmo deveria ser feito em relação a propaganda eleitoral no rádio e na TV. Disponível em: Fundo Eleitoral e tempo de rádio e TV devem reservar o mínimo de 30% para candidaturas femininas, afirma TSE — Tribunal Superior Eleitoral. Acesso em 20.11.2019.

No que diz respeito a candidaturas negras, o TSE rejeitou as cotas partidárias como é o caso das mulheres, mas tornou obrigatório que os partidos políticos garantissem recursos também do Fundo Especial de Financiamento de Campanha para candidatos negros usarem em suas campanhas. A propaganda eleitoral também deve ser garantida de forma proporcional. Essa regra será obrigatória a partir das eleições gerais que ocorrerão em 2022. É importante ressaltar que com a nova regra, as mulheres negras e brancas deverão ter os recursos financeiros e tempo de rádio e TV distribuídos de forma igual, ou seja, 50% para cada, de acordo com a demografia brasileira, segundo o TSE. Disponível em: ConJur - TSE rejeita cota, mas garante verba e propaganda a candidatos negros. Acesso: 10.12.2020.

de hierarquia das competências no campo político. E como já mencionei no início, tem sua legitimação na fundação do pensamento político ocidental de cunho machista e patriarcal. Os privilégios políticos foram construídos socialmente como inerentes ao homem. Ou melhor dizendo, ao homem branco.

De acordo com Silvia Camurça (2008) o Brasil vive ainda formas de dominação assentadas num patriarcalismo de cunho capitalista e racista. Nos sistemas de dominação, as minorias políticas são praticamente excluídas dos espaços de poder justamente por existir um controle desses espaços por parte dos grupos dominantes; as mulheres negras estão aí inseridas.

É preciso, entre outras coisas, repensar a maneira como o sistema político brasileiro foi construído. Ou seja, alicerçado sobre as desigualdades de classe, de gênero, de raça e de tantas outras, só assim, ter-se-á de fato uma democracia.

A seguir, abordo a questão dos partidos políticos de esquerda e sua relação com candidaturas negras, principalmente de mulheres negras.

2.2 Partidos políticos e mulheres negras: uma relação assimétrica

Embora a democracia brasileira esteja assentada em uma “igualdade” entre homens e mulheres e que isso esteja expresso no texto constitucional de 1988, o que percebemos é que há uma profunda desigualdade entre os indivíduos em todas as esferas da sociedade. No âmbito político não é diferente e mesmo com a aprovação de leis que assegurem o acesso de mais mulheres aos espaços de poder, os partidos políticos ainda são compostos em sua maioria por homens (Silva, 2022), evidenciando uma sub-representação das mulheres.

Gênero e raça são, socialmente, categorias subalternizadas, dentro de uma estrutura de dominação que permeia o todo social.

[...] vez que, enquanto estrutura de dominação masculina e brancocêntrica, estes sistemas tem operado, historicamente, através da cultura, das instituições e das diversas relações sociais - sejam elas políticas, econômicas, religiosas, dentre outras - forjando-se - como maquinaria opressiva de gênero e raça que vai se perpetuando a partir do imaginário coletivo [...] (Silva, 2022, p.67).

Falar de mulheres negras e partidos políticos é analisar uma estrutura de relação assimétrica, por que mesmo que essas mulheres estejam cada vez mais pleiteando um lugar nas instâncias de poder, as agremiações políticas, por terem mais homens em sua composição tendem a tê-los em postos de liderança e decisão, defendendo os seus interesses a liderando as agendas. Silva (2022) ratifica:

[...] as agremiações partidárias seguem sendo comandadas majoritariamente por homens, cujas decisões políticas, dentro e fora dos parlamentos, favorecem, inevitavelmente, aos seus interesses de gênero, acomodados e/ou atravessados pelos interesses de classe e raça/etnia e até mesmo regionais, materializando-se por meio dos discursos, articulações, alianças e apoios políticos e econômicos que, não raro, e mediante “acordo de cavalheiros”, definem suas próprias candidaturas, abrindo, quando lhes convém, espaço residual e secundário para as mulheres nas listas proporcionais [...] (SILVA, 2022, p. 69).

Uma vez fortalecidas as assimetrias de gênero e raça, bem como de classe social, caminhamos para a sustentação da sub-representação de mulheres negras no campo político, porque este segmento terá de esforçar-se bem mais para adentrar e se firmar no campo, o que enfraquece o ideal democrático.

Pereira e Campos (2022) enfatizam que não é que as mulheres negras ou os homens negros não estejam requerendo um lugar nas arenas decisórias, o que podemos observar, por exemplo, com o aumento no percentual de candidaturas negras nas últimas eleições, mas “[...] parece ser o partido político – e sua importância na distribuição de financiamento, treinamento, prestígio e visibilidade, etc. – o principal condicionante das chances eleitorais de determinadas categorias sociais” (Pereira; Campos, 2022, p. 89).

Mesmo que numa rápida olhada para a política partidária no Brasil possamos notar que são os partidos de esquerda, os que mais absorvem candidaturas negras, ainda assim, são partidos que, em sua maioria, é liderado por homens brancos o que reflete nas escolhas de candidatos elegíveis. Todavia, de acordo com Pereira e Campos (2022, p. 92) “[...] é via esquerda partidária que grande parte dos políticos negros se consolidaram, eleitoralmente [...]”.

Silva (2018) tece uma crítica:

[...] até mesmo nos partidos mais à esquerda ou menos expressivos, cuja lógica eleitoral é igualmente androcêntrica e patriarcal, dada a ordem de gênero hegemônica em nossa sociedade e os efeitos dos estereótipos e lugares sociais por esta estabelecidos e alimentados (Silva, 2018, p. 96).

A autora coloca que: “[...] as definições de quem pode ou não ser candidato e a posição que ocupará nas chapas tem, sempre e necessariamente, ainda que não assumidas publicamente, um caráter de gênero, assim como de raça/etnia também” (Ibidem). Aqui recaímos no argumento de que a estrutura social e política se ancora nesses marcadores, que além de ratificar a supremacia branca e masculina das esferas de poder, ainda coloca as mulheres negras em lugares subalternos nessa esfera.

Nesse contexto, destaco o caso de desfiliação de Lélia Gonzalez do PT, em 1985. Na carta de desfiliação, Lélia escreve que o partido não abria espaço para uma política que contemplasse as minorias. O que se pode concluir é que já naquele momento e mesmo a agremiação partidária tendo se constituído com uma agenda de luta pelos direitos das minorias, na prática e pela insatisfação de Lélia Gonzalez, não se concretizou. Lélia representava a minoria das minorias, enquanto mulher negra.

Benedita da Silva (PT/RJ) e Ana Lúcia Martins (PT/SC), ambas possuem relatos sobre situações dentro do partido que integram no livro “pesquisa: a violência de gênero e raça”. Um dos relatos aponta que houve tratamento desigual no que se refere a candidaturas de mulheres que são negras e de mulheres brancas. E, segundo Ana Lúcia, essa distinção tende a estimular a competição entre essas mulheres. Se pensarmos que desde sempre mulheres foram ensinadas a competir entre si, o que é a lógica em questão, se não continuar reproduzindo a dominação masculina e promovendo distinção entre as mulheres brancas e não brancas? (Pesquisa Violência de Gênero e Raça, 2021).

Benedita da Silva assinala algumas situações dentro do partido que devem ser entendidas como episódios de violência política. Ela acontece quando os partidos induzem quais cargos eletivos as mulheres negras devem pleitear. Geralmente, essas mulheres são levadas a requerer cargos menos visíveis na agenda política, como por exemplo, de vereadora municipal (Pesquisa Violência de Gênero e Raça, 2021).

Cargos como o de deputada federal e deputada estadual, por exemplo, são cargos de níveis mais elevados e, portanto, são destinados a outro público. Benedita consegue chegar a esses dois cargos na política. Disso, entendo que há dois lados, isto é, uma mulher negra chegar a postos elevados nas arenas decisórias é uma conquista que deve ser aplaudida. Por outro lado, o esforço que esta figura pública precisou desempenhar para adentrar nesses espaços tendem a ser bem mais laboriosos. Pode-se destacar que as dificuldades residem em algumas questões: a primeira, podemos refletir, seria conseguir apoio no interior do partido, já que são os homens que, majoritariamente, lideram o espaço. Após conseguir lançar-se candidata, essa mulher assume um novo desafio, ou seja, o de ser um nome elegível e na tarefa de angariar votos os recursos financeiros são necessários e, infelizmente, a distribuição desses recursos é injusta.

A socióloga e militante, Vilma Reis (PT/BA) também sofreu com boicote dentro do seu partido, em 2019, quando seu nome foi cogitado para prefeita de Salvador/BA. Os dirigentes estaduais argumentaram que ainda não era o momento de uma representante de movimentos sociais lançar-se candidata à prefeitura. No lugar de Vilma, foi colocada Denice Santiago, mulher negra, mas que o partido teria certo domínio sobre ela, tendo em vista que estava chegando naquele momento. Patrícia Valim, historiadora da Universidade Federal da Bahia diz que caberia a Denice rebelar-se contra esse lugar de subordinação, rejeitando o lugar de “candidata de ocasião” em que foi colocada e juntar-se a Vilma e outras mulheres pretas para fortalecer o movimento dessas mulheres.

Nesse cenário, é interessante relatar o que aconteceu com Douglas Belchior, que denunciou em 2021, existir condutas de cunho racistas dentro do partido socialismo e liberdade (PSOL) e ter sofrido represália em vários momentos, além de boicotes, violência política dentre outras violações de direitos¹⁵. Sua denúncia acontece com sua desfiliação do partido. Belchior diz ter sofrido racismo institucional por parte da agremiação partidária e que a mesma não sabia lidar com transformações, como é o caso de candidaturas coletivas. Nas palavras de Belchior, as dificuldades evidenciavam-se “na regulação de candidaturas

¹⁵ Douglas Belchior deixa o psol e aponta racismo institucional. <https://www.metropoles.com/brasil/douglas-belchior-deixa-o-psol-e-aponta-racismo-institucional>. Acesso: 10.01.2022.

coletivas, na proibição de candidaturas apoiadas por iniciativas da sociedade civil e na limitação da possibilidade de busca de recursos fora dos padrões partidários” (Belchior, 2021, p. 02).

Os casos descritos reforçam a noção de que “para a superação do machismo e racismo [nos partidos políticos, se faz necessário] reconhecimento da existência deles e da capacidade de reprodução de comportamentos violentos, mesmo por sujeitos ditos antirracistas ou aliados do movimento negro” (Pesquisa Violência Política de Gênero, 2021). No entanto, temos que reconhecer, que ainda são os partidos com agendas de esquerda que seguem abrindo espaço para esse público estigmatizado socialmente. Mulheres negras seguem lidando com o racismo estrutural e institucional, bem como com um machismo que também afeta sua atuação política sendo a sub-representação dessas mulheres o resultado desse processo que podemos considerar como violento.

3. SUB-REPRESENTAÇÃO DE MULHERES NEGRAS: RACISMO ESTRUTURAL E VIOLÊNCIA POLÍTICA

3.1 Considerações iniciais

Numa sociedade como a brasileira as mulheres negras representam uma camada da população que sempre foi alvo dos mais severos castigos sociais. Mulheres negras, historicamente tiveram seus corpos usurpados, foram escravizadas, mesmo após a Abolição da escravidão (1888), já que foram mantidas nas atividades domésticas e cuidados com os filhos dos seus patrões, muitas vezes com remuneração inferior ao que manda a lei, ou mesmo sem remuneração (sob a falsa alegação de que são parte da família onde trabalham).

Quando falamos sobre mulheres negras ocupando espaços de poder como é o caso do campo político nacional brasileiro, estamos falando de derrubadas de barreiras e resistência. Infelizmente a luta empreendida por esses sujeitos é uma luta duplamente ou triplamente estigmatizada, porque precisam resistir ao preconceito de gênero, de raça e de classe¹⁶. Embora alguns autores destaquem que o Brasil está sob o manto da “democracia racial”, o que é uma falácia, todos os dias mulheres negras são violadas em seus corpos e em seus direitos.

Neste espaço, as discussões serão em torno da violência política de gênero e raça que as mulheres interlocutoras dessa pesquisa sofreram e sofrem estando inseridas no campo de poder político institucional. Infelizmente a política partidária ainda tem resistido a inserção dessa camada da população aos espaços de poder. Embora algumas atitudes já tenham sido tomadas em prol da inclusão das mulheres negras na política¹⁷, essas mulheres ainda são minorias

¹⁶ Infelizmente, a mulher negra é permeada por vários estigmas sociais. Há uma interseccionalidade de opressões que garantem que esses sujeitos sociais enfrentem mais percalços na luta por liberdade e dignidade. Penso aqui, como refletiu Ângela Davis (2011) de que não é possível falar de uma hierarquização de opressões, mas intersecções entre essas formas de opressão. Para ela, não seria dizer que a raça fosse a primeira opressão mais importante, ou o gênero, ou a classe, ou a sexualidade, pois as relações entre elas são mútuas em determinado momento e em outros elas tendem a se cruzarem.

¹⁷ A Lei nº 9.504/97 estabelece que os partidos políticos devem destinar um percentual mínimo de 30% e 70% das candidaturas para cada sexo. Geralmente os 30% são destinados a candidaturas femininas de modo geral. Esse critério também deverá ser observado em se tratando de candidaturas negras, refiro-me ao Projeto de Lei nº 4.041/20 que prevê que os Partidos Políticos reservem cotas mínimas para candidaturas afro-brasileiras destinadas a ocupar o Poder Legislativo, seja no âmbito Nacional/Estadual, como no âmbito Municipal no país.

e, podemos afirmar, minorias das minorias, o que torna a jornada ainda mais árida e cheias de pedregulhos. Mulheres negras são alvo de violência política diariamente, em campanha ou já eleitas, a violência permanece.

A intenção aqui neste estudo é de analisar como a violência política de gênero e raça é um forte obstáculo à inserção das mulheres negras no campo político, haja vista que são essas práticas racistas que estabelecem um processo de inferioridade social dos negros e em especial das mulheres negras atingidas pelo duplo processo de opressão. Assim, a luta das mulheres negras contra essas duas formas de opressão vem desenhando novos contornos para o debate político atual. (Carneiro, 2003).

Elas são alvo de muitas ações violentas quando cogitam adentrar e/ou adentraram no ambiente político nacional brasileiro. Para tanto, o caminho traçado até a análise da violência política de raça e gênero que essas mulheres sofrem, consiste em (i) investigar como o movimento negro brasileiro, enquanto movimento negro organizado, possibilitou às mulheres negras a almejem espaços que lhes foram negados.

Nesse processo investigativo, é feito um apanhado sobre as inquietações que o Movimento Negro trazia e a maneira como a sociedade lidava com isso. Essa análise ajuda a compreender que o Movimento de Mulheres Negras já aparece naqueles primeiros momentos mostrando que elas se interessavam e buscavam mudanças sociais para a população negra brasileira. Concomitante a este momento de investigação da batalha do Movimento Negro (ii) se faz necessário analisar que a resistência da população em conceder direitos a essa camada que sofreu e sofre com as mazelas de uma sociedade racista deve-se ao racismo estrutural que rege as relações sociais que se desenrolam no âmago da sociedade brasileira. Utilizo, portanto, o argumento de Silvio Almeida (2019) de que o racismo não é uma patologia ou um fato que se desenvolve de forma individual, ele estrutura as relações sociais, ou seja, a sociedade brasileira se ergue sobre o racismo.

Após caminhar brevemente por entre as bases e formação do Movimento Negro no Brasil, bem como destacar que a sociedade brasileira é erguida sobre o racismo estrutural, seguimos com o objetivo de compreender e analisar como o movimento feminista negro brasileiro se estruturou (quais questões eram destacadas pelas feministas negras, quais caminhos eram traçados) e qual a influência do Movimento negro organizado neste processo, porque é sabido que as mulheres negras já se organizavam em coletivos à época do Movimento Negro. Em seguida a discussão recai sobre o que é violência política de gênero e como ela funciona como um dispositivo de opressão e até exclusão das mulheres negras da cena pública da política institucional.

3.2 Movimento Negro Brasileiro e o Combate ao Racismo Estrutural?

O Movimento Negro Organizado no Brasil remonta a bem antes de 1930 – quando é criada a Frente Negra Brasileira –, na verdade já existia um Movimento organizado após a Proclamação da República, como destaca Domingues (2007, p. 122): “[...] vale lembrar que o movimento negro forjou um certo nível de organização no Pós Abolição [1888] que não pode ser mais obliterado pela historiografia [...]”, o destaque do autor nos ajuda na tarefa de reflexão sobre como o movimento de mulheres negras no Brasil originou-se, a saber: já existia uma organização de mulheres negras nos primórdios do movimento negro.

Para chegar ao momento de análise do Movimento de Mulheres Negras organizadas e, conseqüentemente compreender como se instituiu o Movimento Feminista Negro brasileiro, é necessário definirmos o que vem a ser movimento social e o que caracteriza o movimento negro de modo geral. Segundo o dicionário de sociologia, “Um movimento social é um esforço coletivo contínuo e organizado que se concentra em algum aspecto de MUDANÇA SOCIAL” (Johnson, 1997, p. 155, *grifo do autor*). Ou como destaca Nunes (2014, p. 144) a noção de movimento social envolve a ideia “de uma identidade partilhada e de uma ação que exige uma certa continuidade e coesão num determinado momento e que vai além do significado de um protesto ou de uma manifestação”.

Após conceituar, brevemente, o que vem a ser movimento social, cabe colocar o que caracteriza o movimento negro. De acordo com Domingues:

Movimento Negro é a luta dos negros na perspectiva de resolver seus problemas na sociedade abrangente, em particular os provenientes dos preconceitos e das discriminações raciais, que os marginalizam no mercado de trabalho, no sistema educacional, político, social e cultural. Para o movimento negro, a raça, e, por conseguinte, a identidade racial, é utilizada não só como elemento de mobilização, mas também de mediação das reivindicações políticas. Em outras palavras, para o movimento negro, a raça é o fator determinante de organização dos negros em torno de um projeto comum de ação (Domingues, 2007, p. 102).

A definição acima sobre o movimento negro nos ajuda na compreensão do movimento enquanto um movimento político e de mobilização racial de pessoas negras (intuito do autor), o que para nossa análise é importante já que a tarefa é a partir dessa análise, pensar o movimento feminista negro como agente de mudança e transformação social, capaz de colocar as mulheres negras na cena pública como sujeitos visíveis¹⁸.

Já no início do período republicano, surgiram no Brasil, dezenas de grupos de mobilização racial, segundo Domingues (2007). Esses grupos se organizavam enquanto clubes, grêmios e associações. Estados brasileiros como São Paulo, Rio de Janeiro, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, são exemplos de regiões onde os grupos de mobilização racial surgiram naquela época:

Em São Paulo, apareceram o Clube 13 de Maio dos Homens Pretos (1902), o Centro Literário dos Homens de Cor (1903), a Sociedade Propugnadora de 13 de Maio (1906), o Centro Cultural Henrique Dias (1908), a Sociedade União Cívica dos Homens de Cor (1915), a Associação Protetora dos Brasileiros Pretos (1917); no Rio de Janeiro o Centro da Federação dos Homens de Cor [em São Paulo, ao que tudo indica também havia um grupo com o mesmo nome em 1914, sendo assim, essa seria a primeira associação a nível interestadual.]; em Pelotas/RS, a sociedade Progresso da Raça Africana (1891); em Lages/SC, o Centro Cívico Cruz e Souza (1918). Em São Paulo, a agremiação negra mais antiga desse período foi o Clube 28 de Setembro, constituído em 1897 (Domingues. 2007, p. 103).

¹⁸ Enquanto sujeitos que foram subalternizados socialmente, grande parte das mulheres negras ocupam na esfera pública os espaços destinados as posições mais inferiores. São sujeitos invisibilizados. O movimento feminista negro tem como proposta colocar a mulher negra numa esfera visível e capaz de transformação da realidade social.

Essas agremiações conseguiram arregimentar, de acordo com Domingues (2007, p. 103), um número considerável de “homens de cor, como se dizia na época”. O autor ainda destaca que alguns desses grupos tinham por base uma mobilização voltada para determinadas classes de trabalhadores, ele pontua que eram ferroviários, portuários, ensacadores, o que denotava a criação de algo que remonta a uma entidade sindical (Domingues, 2007). Essas associações negras foram notadas em São Paulo e Rio Grande do Sul.

Nesse período, o autor apontou que apareceu uma espécie de imprensa negra. Jornais que eram elaborados por pessoas negras e que tinham o objetivo de tratar das questões voltadas a esta parte da população. “A *imprensa negra* conseguia reunir um grupo representativo de pessoas para empreender a batalha contra o preconceito de cor, como se dizia na época” (Domingues, 2007, p. 104-105, *grifo do autor*).

É importante destacar que a este tempo, notou-se que haviam associações formadas estritamente por mulheres negras. A Sociedade Brinco das Princesas (1925), era uma associação situada em São Paulo. Em Pelotas/RS, havia a Sociedade de Socorros Mútuos Princesa do Sul (1908)¹⁹. As mulheres negras também integraram uma parcela considerável de componentes da Frente Negra Brasileira (FNB), esta associação negra teve sua fundação na década de 1930, especificamente em 1931. Vale dizer que o estado de São Paulo sediou nos anos 1930 a primeira associação de trabalhadoras domésticas, onde uma mulher negra foi a fundadora.

Laudelina de Campos Melo (1904-1991), mulher negra, nascida em Minas Gerais, que, como toda mulher negra daquela época, começou a trabalhar cedo, aos sete anos de idade. A mineira largou a escola para cuidar dos irmãos, devido ao trabalho de sua mãe. Com 16 anos, Laudelina começou a juntar-se ao movimento negro organizado. Quando muda para São Paulo, já com 18 anos, ela se casa e um tempo depois se separa, ficando com a tutela de dois filhos. Filiou-se ao Partido Comunista Brasileiro em 1936, pois a militância que a mesma já vinha desenvolvendo tomou um caráter mais político. Ainda em 1936,

¹⁹ Fiz uma busca em sites na internet em busca de mais informações sobre as duas Sociedades de Mulheres negras expostas acima, mas não se encontrou nada consistente.

Laudelina fundou a primeira associação de trabalhadoras domésticas do Brasil. No período do Estado Novo a referida associação foi fechada, mas reaberta no ano de 1946 com a redemocratização do Brasil. A Frente Negra Brasileira – considerada a associação de maior destaque na história do movimento negro no Brasil – também contou com a militância de Laudelina²⁰.

É importante ressaltar que as associações de mulheres mencionadas ainda não possuíam um caráter de movimento feminista negro – no Brasil essa vertente surge na década de 1970, propriamente no final desta década, através do Movimento de Mulheres Negras (MMN)²¹ –, porque estamos falando do início do século XX onde os movimentos sociais ainda eram incipientes.

Voltemos a discussão sobre o Movimento Negro Organizado e a importância da imprensa negra para a propagação das demandas do povo negro na sociedade brasileira. Segundo Domingues (2007), os jornais apareceram em vários estados do país, sendo o *Alvorada*, publicado em Pelotas/RS, o “periódico de maior longevidade” (Domingues, 2007, p. 105), embora tenham acontecido algumas poucas interrupções, houve publicações deste periódico desde 1907 até 1965:

Esses jornais as mais diversas mazelas que afetavam a população negra no âmbito do trabalho, da habitação, da educação e da saúde, tornando-se uma tribuna privilegiada para se pensar em soluções concretas para o problema do racismo na sociedade brasileira. Além disso, as páginas desses periódicos constituíram veículo de denúncia do regime de segregação racial, que incidia em várias cidades do país impedindo o negro de ingressar ou frequentar determinados hotéis, clubes, cinemas, teatros, restaurantes [...] além de algumas escolas, ruas e praças públicas (DOMINGUES, 2007, p. 105).

Embora vejamos um certo nível de organização, essa fase do movimento negro no Brasil ainda não tinha um caráter claramente político. Foi a década de 1930 que apontou na direção de um movimento negro com propostas de um programa mais desenhado política e ideologicamente. Portanto, em 1931 criou-

²⁰ Para mais informações consultar [Laudelina de Campos: Conquista de direitos para domésticas é fruto da luta de mulheres negras \(almapreta.com\)](http://Laudelina.de.Campos:Conquista.de.direitos.para.domesticas.e.fruto.da.luta.de.mulheres.negras(almapreta.com)) acesso: 19.06.2021

²¹ Antes da fundação do Movimento Feminista Negro no Brasil, o Movimento de Mulheres Negras já atuava como organização de mulheres negras no âmbito de comunidades religiosas de matriz africana, bem como do próprio movimento negro organizado.

se, no estado de São Paulo, a Frente Negra Brasileira (FNB), que, de acordo com Domingues (2007, p. 105), “considerada a sucessora do Centro Cívico Palmares, de 1926”.

Saliento que as mulheres negras tinham uma participação importante na Frente Negra Brasileiras²². Havia a Cruzada Feminina, que arregimentava as mulheres negras para desenvolver atividades mais assistencialistas. Já as Rosas Negras, se responsabilizavam pela organização de festivais artísticos e bailes (Domingues, 2007).

Compreendida entre os anos de 1937-1945, a segunda fase do movimento negro organizado foi marcada por agrupamentos importantes para a história do movimento, tais como: a União do Homem de Cor (UHC), fundada em Porto Alegre/RS, no ano de 1943 por João Cabral Alves e o Teatro Experimental do Negro, fundado no Rio de Janeiro, no ano seguinte, por Abdias do Nascimento. Apesar da expansão do UHC em termos territoriais e de pessoas, já que na década de 1940 ele “possuía representantes em pelo menos 10 estados da Federação” (Domingues, 2007, p. 108), foi o TEN que fundou o Instituto Nacional do Negro, bem como o Museu do Negro, organizando o primeiro Congresso do Negro Brasileiro, além do jornal Quilombo, dentre outras medidas tomadas. O TEN defendia os direitos dos negros e propunha que o país criasse uma legislação que combatesse a discriminação racial (Domingues, 2007).

É preciso destacar que durante a segunda fase do movimento negro, além do TEN e do UHC, havia o grupo de mulheres negras, denominado, Conselho Nacional das Mulheres Negras que foi fundado em 1950, no Rio de Janeiro. O Conselho representa um marco importante para o feminismo negro no Brasil. Apesar de já termos observado que as mulheres negras se mostravam importantes dentro do próprio movimento negro brasileiro, elas ainda não possuíam o espaço necessário para que pautas mais específicas dessa parcela da população fossem colocadas. Tanto o movimento negro como o movimento feminista no Brasil, defendiam pautas mais abrangentes, portanto, era urgente que surgisse um movimento que pensasse e defendesse os interesses das mulheres negras, especificamente. Dessa forma, o Conselho Nacional das

²² A Frente Negra Brasileira tornou-se partido político em 1936, objetivando concorrer às eleições seguintes.

Mulheres Negras estimulou e alicerçou as bases do Movimento Feminista Negro no Brasil. Voltaremos a essa discussão logo mais, por ora, fica o registro de que as mulheres negras são agentes de transformação social, mas que tendem a enfrentar mais barreiras do que as outras mulheres.

O movimento negro brasileiro em sua segunda fase, assim como foi na primeira, usava os termos homem de cor, negro e preto como termos de auto identificação. A falta de preparo educacional e cultural foram as principais causas de marginalização do negro nessas duas fases do movimento. Na segunda fase uma possível solução para esse fato era pensada por meio da educação e da cultura, buscando “eliminar o complexo de inferioridade do negro e reeducando racialmente o branco nos marcos do capitalismo ou sociedade burguesa” (Domingues, 2007, p. 118).

Os métodos utilizados pelo movimento para lutar contra o racismo nas duas fases do movimento, dentre outros foram: a criação de agremiações, palestras, atos, teatro, eventos, imprensa, etc. Em ambas as fases o mito da democracia racial foi denunciado. Sobre isso, Fernandes (2017 [1989]), aponta que:

[...] a ideia de democracia racial [...] expressa algo muito claro: um meio de evasão dos estratos dominantes de uma classe social diante de obrigações e responsabilidades intransferíveis e inarredáveis. Daí a necessidade do mito. A falsa consciência oculta a realidade e simplifica as coisas. Todo um complexo de privilégios, padrões de comportamento e valores de uma ordem social arcaica podia manter-se intacto, em proveito dos estratos dominantes da “raça branca”, embora de prejuízo fatal da Nação (Fernandes, 2017, p. 30).

Ele completa:

[...] o mito floresceu sem contestação, até que os próprios negros ganharam condições materiais e intelectuais para erguer o seu protesto. Um protesto que ficou ignorado pelo meio social ambiente, mas que teve enorme significação histórica, humana e política. [...] o principal feito do protesto negro configura-se na elaboração de uma contraideologia racial (Fernandes, 2017, p. 31).

A fala de Fernandes corrobora a reflexão de que é uma fralde sem tamanho falar em termos de democracia racial, já que temos uma parte da população que foi relegada à própria sorte após o período da abolição. A

população negra, simplesmente foi negligenciada, sob o pretexto de serem homens e mulheres “livres”. Uma falácia.

Enquanto Abdias do Nascimento e José Bernardo da Silva são considerados os principais nomes do movimento negro na sua segunda fase, se destacam na terceira fase do mesmo os nomes de Lélia Gonzalez e Hamilton Cardoso. A terceira fase do movimento negro organizado é marcada pelo internacionalismo, segundo Domingues (2007), além de nos anos de 1970 e 1980 pelas forças políticas de esquerda marxistas. O discurso racial empregado era contundente e suas estratégias culturais de inclusão baseava-se nas questões de percepção da diferenciação, ou seja, na existência de igualdade e diferenças entre as pessoas.

Nesta fase do movimento é adotado o termo negro, afro-brasileiro e afrodescendentes. Enquanto as outras duas fases refletiam sobre despreparos morais, culturais e educacionais, além da escravidão como as principais causas da marginalização do negro no país, o discurso da terceira fase recai sobre o sistema capitalista e, claro, também na escravidão. Desta forma, a solução proposta para o fim do racismo é por meio da política. Em outros termos, propunha-se uma sociedade socialista capaz de dirimir as desigualdades e formas de opressões sociais sofridas pela população, sobretudo pela população negra (Domingues, 2007).

O movimento negro organizado em sua terceira fase (1978-2000) denuncia de forma sistemática o mito da democracia racial. Há uma valorização dos símbolos que se relacionam com a cultura dos negros no país, além de conceberem de forma negativa o fenômeno da mestiçagem. Nesta fase surge o Movimento Negro Unificado, sendo a maior entidade negra do período (Domingues, 2007). Como todo movimento social, o movimento negro no Brasil passou por vários estágios, não foi uma evolução histórica que ocorreu de forma reta/linear ou estanque, “ao contrário, foi marcada por contradições, avanços, recuos e estagnações de diversas ordens” (Domingues, 2007, p. 119).

Uma vez que não é fácil lutar contra o racismo, que parece ter raízes profundas na sociedade brasileira, o movimento negro surge como sujeito político, que possui uma trajetória histórica importante e se insere num contexto de luta por uma sociedade mais justa e democrática. Porque no Brasil o racismo se apresenta de forma tangível, são mais de cem anos desde que aconteceu a

abolição, contudo ainda vemos uma sociedade que sofre sistematicamente amarrada as correntes que prendiam os negros aos seus cativeiros.

Há quem pense que atos racistas são ações de cunho individual, enganam-se completamente. O “[...] racismo é a manifestação normal de uma sociedade, e não um fenômeno patológico ou que expressa algum tipo de anormalidade” (Almeida, 2019, p.124). Ao contrário, “o racismo, fornece o sentido, a lógica e a tecnologia para a reprodução das formas de desigualdade e violência que moldam a vida social contemporânea” (Ibidem).

Silvio Almeida (2019) desenvolve a teoria de que o racismo estrutura as relações sociais na sociedade contemporânea. Em sua tese o racismo que se expressa nas relações cotidianas seja na dinâmica interpessoal ou no nível das instituições, são amostras de algo mais denso, “que se desenvolve nas entranhas políticas e econômicas da sociedade” (Almeida, 2019, p. 153).

Raciocinando a partir disso, a raça se apresenta como um elemento político, e por ser um fator político importante é usada para naturalizar as desigualdades “e legitimar a segregação e o genocídio de grupos sociologicamente considerados minoritários” (Almeida, 2019, p. 249). A raça fundamenta o racismo que é “uma forma sistemática de discriminação” (Ibidem) manifestadas em ações e práticas com um grau de consciência ou não. São práticas que resultam em “desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam” (Ibidem).

Almeida (2019) denuncia de forma clara que a sociedade de maneira geral tem no racismo um aspecto de sua engrenagem. Ou seja, ela funciona a partir e por meio desse. Lutar contra o racismo seria lutar contra as estruturas já que estamos falando de algo entranhado nas estruturas que sustentam o meio social. A única maneira de combate ao racismo numa sociedade onde ele está impregnado e capilarizado, onde ele é “um de seus componentes orgânicos”, alerta o autor, seria através de práticas antirracistas. Nesse sentido, ele elabora que não basta a representatividade, isto é, “a mera presença de pessoas negras e outras minorias em espaços de poder e decisão [...] o racismo é estrutural [...] é parte de um processo social que ocorre pelas costas dos indivíduos e lhes parece ligado pela tradição” (Almeida, 2019, p. 426, 447, 464). Portanto, as desigualdades de cunho político, econômico e jurídicos, pode-se inferir, são expressões concretas do racismo para este autor.

Desta forma e pensando no racismo como um processo histórico e político é observável que através dele criou-se as condições sociais, que de maneira direta ou indiretamente, torna grupos racialmente identificados alvos de ações discriminatórias que acontecem sistematicamente no seio da sociedade contemporânea, e aqui, acrescento, a sociedade brasileira como um exemplo latente da sistematização da discriminação racial. Nos termos de Abdias Nascimento, a população negra brasileira sofre não apenas práticas discriminatórias, mas desde a escravidão, ouso dizer, até os dias atuais, “sofrem um genocídio institucionalizado, sistemático, embora silencioso. A abolição por si mesma, não pôs fim, mas agravou o genocídio” (Nascimento, 2016, p. 150).

As questões abordadas por Nascimento (2016) corroboram a argumentação de Almeida (2019) pois numa sociedade onde o racismo é profundamente enraizado, os negros “libertos” após o “fim do período de escravidão” foram condenados a viver à margem da sociedade, ou seja, “à periferia da sociedade de classes, como se não pertencessem a ordem legal”, disso resultando num verdadeiro extermínio de cunho moral e cultural dos povos afro-brasileiros. Nascimento (2016), assim como Fernandes (2017) refutam e desmistificam a democracia racial, porque no mundo dos brancos da sociedade brasileira o que se processa é um genocídio que muitas vezes se apresenta de maneira velada, mas que é e deve ser facilmente percebido.

Abdias Nascimento assevera que o racismo brasileiro se apresenta de modo mutável, polivalente, tornando-o único. As práticas antirracistas e antigenocidas seriam o caminho para o seu enfrentamento. De acordo com o autor, o verdadeiro objetivo do racismo é “a obliteração dos negros como entidade física e cultural” (Nascimento, 2016, p. 136). Nas palavras de Florestan Fernandes:

Uma situação como esta envolve mais do que desigualdade social e pobreza insidiosa. Pressupõe que os indivíduos afetados não estão incluídos como *grupo racial na ordem social existente como se não fossem seres humanos* nem cidadãos normais (Fernandes, 1972, *apud* Nascimento, 2016, p. 136, *grifos do autor*).

Portanto, como sustenta Davis (2019), o desafio do século XXI não será reivindicar oportunidades iguais num mundo dos brancos e sim identificar e

desmistificar as “estruturas nas quais o racismo continua a ser afirmado” (DAVIS, 2019, p. 28).

3.3 Feminismo negro: quando mulheres negras reivindicam seu lugar na sociedade

A desigualdade entre homens e mulheres não é algo recente, porque, historicamente as mulheres se construíram enquanto sujeitos a partir da figura masculina. O homem como ser universal, como o referente. No processo de requerimento e busca pela emancipação dos grilhões masculinos, as mulheres precisaram unir-se em prol dos seus direitos a vida e a cidadania, já que ser cidadão e gozar dos privilégios sociais sempre foi atributo puramente masculino. Privilégios que conseguiriam se justificar, inclusive teoricamente, já que muitos estudiosos (homens em sua maioria) não viam a figura feminina como sendo importante para entender os arranjos sociais.

Neste sentido, o movimento feminista se construiu enquanto um coletivo de mulheres que estavam em busca de seus direitos e, conseqüentemente de uma sociedade mais justa e igual entre os indivíduos. Onde ser mulher não significasse estar a margem e sujeita ao sexo oposto. Ser mulher significaria ter direitos e voz, como assevera Hooks (2018, p. 12) o “feminismo tem a ver com direitos – é sobre mulheres adquirirem direitos iguais”. Sendo assim, e concordando com a autora “o movimento feminista continua sendo uma das frentes mais poderosas de luta por justiça social no mundo de hoje” (Hooks, 2019, p. 19). Em outras palavras, nós mulheres, e também os homens, aprendemos desde a infância que devemos alimentar pensamentos e ações de cunho sexista. Desta forma, existem tanto mulheres quanto homens sexistas, o feminismo, portanto, objetiva eliminar o sexismo, a exploração baseada nele e a opressão sofrida pelas mulheres (Hooks, 2018).

O argumento de Bell Hooks elucida a questão que é difundida pelo senso comum a saber: que o feminismo seria um movimento onde mulheres estariam contra os homens, pelo contrário, o feminismo pode e deve ser um movimento de mulheres com apoio dos homens. A luta é contra a dominação masculina, vigente desde sempre nessa sociedade de sexismo institucionalizado. É o patriarcado o representante da institucionalização do sexismo nas sociedades

ocidentais. Que fique “claro que todos nós participamos da disseminação do sexismo” (Hooks, 2018, p. 13).

Saliento, portanto, que assim como Beauvoir (2009) proclamou que não se nasce mulher, torna-se mulher, deste modo é também sobre ser feminista. “Feministas são formadas, não nascem feministas” (Hooks, 2018, p. 23), ou seja, não é o fato de ter nascido mulher que faz dela uma feminista e/ou defensora de políticas feministas. Elas vão se tornando feministas ao passo que vão conhecendo a si e reconhecendo a opressão sofrida. Mulheres e homens foram criados a partir de pensamentos e ações sexistas, como já mencionado. A diferença é que nesse processo os homens foram os beneficiados pelo sistema de opressão patriarcal, então nem faria sentido para estes pensar em mudar a ordem social, porque esta os favorecem, respaldam a dominação masculina. Caberia as mulheres organizarem-se em grupos capazes de questionar a estrutura que as têm oprimido desde sempre. Bell Hooks assevera que:

[...] mulheres eram tão socializadas para acreditar em pensamentos e valores sexistas quanto os homens. A diferença está apenas no fato de que homens se beneficiaram mais do sexismo do que as mulheres [...] era menos provável que eles quisessem abrir mão dos privilégios do patriarcado (HOOKS, 2018, p. 23).

No entanto para que a ordem pudesse mudar e as mulheres serem capazes de perceber e lutar contra a opressão sofrida seria necessária uma tomada de consciência. Não é possível lutar contra algo se não tenho consciência e reconhecimento de que ele existe. A dominação masculina e o sexismo perpetrado diariamente na vida das mulheres precisava ser reconhecido e, conseqüentemente, compreender como eles se expressavam. Segundo Hooks, essa conscientização da vitimização, exploração e sujeição das mulheres era o primeiro passo para sua libertação. A autora de “O feminismo é para todo mundo”, coloca que os grupos de conscientização onde mulheres se reuniam para exporem a exploração e opressão que sofriam em seus lares e locais de trabalho, bem como na sociedade de maneira geral, foram espaços importantes, em muitos momentos funcionando como um lugar de terapia para essas mulheres, um tanto silenciadas pela vida.

O espaço acadêmico e os estudos sobre mulheres também se configuram como um importante passo para o pensamento feminista se concretizar ainda mais. Contudo, a substituição dos grupos informais de conscientização pela institucionalização dos estudos sobre mulheres, não significou, segundo Hooks (2018) uma mudança “positiva”. Ela destaca que: “quando a sala de aula de Estudos de Mulheres substituiu o grupo de conscientização como principal local para a transmissão de pensamento e estratégias feministas para mudanças sociais, o movimento perdeu seu potencial fundamentado na massa” (Hooks, 2018, p. 25).

Logo, os grupos de conscientização, exerciam um importante papel no que se refere a aprender o que é feminismo, saber e fazer escolhas de modo consciente sobre políticas feministas, tornando-se, portanto, uma pessoa que defende o feminismo. O desmantelamento desses grupos gerou um quase apagamento dessas noções (Hooks, 2018):

Sem o grupo de conscientização como local onde as mulheres confrontavam seu próprio sexismo em relação a outras mulheres, o direcionamento do movimento feminista poderia mudar para um foco de igualdade no mercado de trabalho e o confronto com a dominação masculina. Com o foco reforçado na construção da mulher como vítima de uma igualdade de gênero que precisava ser reparada (através das leis discriminatórias ou de ações afirmativas), a ideia de que as mulheres precisavam primeiro confrontar seu sexismo internalizado como processo para se tornar feminista perdeu o valor. Mulheres de todas as idades agiam como se preocupar com ou ter raiva da dominação masculina ou da igualdade de gênero fosse tudo que era preciso para uma pessoa se tornar “feminista”. Sem confrontar o sexismo internalizado, mulheres que levantaram a bandeira feminista constantemente traíam a causa nas interações com outras mulheres (HOOKS, 2018, p. 26, *grifos da autora*).

Hollanda (2019) destaca que os grupos de reflexão ou grupos de conscientização eram considerados pelas ativistas do feminismo como “um marco, um primeiro momento de reconhecimento estratégico e troca sobre as questões relativas à condição das mulheres” (Hollanda, 2019, p. 08). Hooks (2018), por sua vez, asseverava a importância dos grupos por se tratar de um espaço de questionamento do sexismo internalizado, já que através dos relatos sobre as vivências das mulheres que frequentavam era possível perceber e reconhecer que as próprias mulheres poderiam ser reprodutoras da ordem

patriarcal vigente, onde os homens brancos nascem detentores de privilégios sociais.

Essas autoras nos ajudam na reflexão de que o início do movimento feminista se deu a partir desses grupos de conscientização, mas que eram grupos em sua maioria frequentados por mulheres brancas. Isso porque estamos falando de uma ordem social de supremacia branca²³. As mulheres negras, por sua vez, por mais que tentassem se engajar nessa luta ainda haviam barreiras que deveriam ser transpostas e bandeiras levantadas, na perspectiva de construir uma nova identidade coletiva (Sebastião, 2008).

É preciso enfatizar e como bem disse Hooks, que não se nasce feminista, mas se forma feminista; da mesma maneira, não há uma hegemonia em torno do termo mulher. Existem várias mulheres, e as mulheres negras, podemos alegar, são emolduradas no mundo social na categoria do/a Outro/a.

Quando Grada Kilomba (2019) escreve sua tese de doutorado que se tornou o livro “Memórias da Plantação: episódios de racismo cotidiano”, primeiramente ela informa que “aqui eu não sou a “Outra”, mas sim eu própria. Não sou o objeto, mas o sujeito” (Kilomba, 2019, p. 27-28), a fala da autora nos aponta que, o sujeito negro é sempre inserido numa posição social de subalternidade ocupando um lugar de o/a Outro/a em relação ao branca/o, ou seja, àquela/e que não é a/o branca/o, e que preenche o “lugar de Outridade” (p. 28). Essa posição é a mais pura forma de violência que se alicerça no racismo, enfrentado diariamente por populações negras.

A psicóloga e psicanalista portuguesa observa que o sujeito negro é considerado, ou melhor, é identificado “no mundo conceitual branco, [...] como

²³ Ao referir-me aos termos supremacia branca estou usando-o a partir dos argumentos da autora britânica, Layla Saad (2020). A escritora coloca que a supremacia branca não está vinculada apenas ao modo de agir ou pensar do indivíduo, mas “se estende à forma como as instituições e os sistemas são estruturados para sustentar esse domínio branco” (SAAD, 2020, p. 25). É importante destacar que não é algo que caracteriza apenas aos homens brancos, mas mulheres também, ou seja, a branquitude de maneira geral. Saad (2020) salienta que muitos quando ouvem o termo em questão logo pensam em “radicais de extrema-direita ou neonazistas. [Contudo] A supremacia branca está longe de ser marginal. Nas sociedades e comunidades centradas em brancos, é o paradigma dominante que forma a base a partir da qual são criadas normas, regras e leis” (SAAD, 2020, p. 26). Portanto, de acordo com a autora, a ideologia e o paradigma dominante que rege as sociedades brancas é o da supremacia branca. Neste sentido, a pessoa que carrega consigo o fenótipo da brancura, mesmo que de maneira inconsciente é detentor/a de privilégios, proteção e poder, já àqueles que são fenotipicamente diferentes sofrem as consequências. “O que você recebe por ser branco tem um custo enorme para quem não é branco” (SAAD, 2020, p. 27).

objeto “ruim”” (Kilomba, 2019, p. 37) que tende a atrair o que a sociedade baseada na branquitude reprimiu e transformou em interdição, ou seja, a sexualidade e a agressividade (Kilomba, 2019). Diante disso, o negro é posicionado pelos brancos como sendo violentos, sujos e tantos outros termos pejorativos. Já a branquitude se transforma no ideal de moral que a sociedade obedece. Portanto,

Dentro dessa infeliz dinâmica, o *sujeito negro* torna-se não apenas a/o “Outra/o” – o diferente, em relação ao qual o “eu” da pessoa *branca* é medido, mas também “Outridade” – a personificação de aspectos repressores do “eu” do *sujeito branco*. Em outras palavras, nós nos tornamos a representação mental daquilo com o que o *sujeito branco* não quer se parecer (KILOMBA, 2019, p. 37-38, *grifos da autora*).

Kilomba (2019, p. 38) argumenta que “a negritude serve como forma primária de Outridade, pela qual a branquitude é construída. A/O “Outra/o” não é “outra/o” *per se*; ela/ele torna-se através de um processo de absoluta negação”. A autora reproduz a fala de Fanon (1967) quando este escreve que “O que é frequentemente chamado de alma *negra* é uma construção do homem *branco*” (Fanon. 1967, p. 110 *apud* Kilomba, 2019, p. 38, *grifos da autora*). Sendo assim, e de acordo com a psicanalista, é a branquitude que fantasia como os negros devem ser. “[...] no racismo, [portanto] o indivíduo é cirurgicamente retirado e violentamente separado de qualquer identidade que ela/ele possa realmente ter” (KILOMBA, 2019, p. 39). Então, quando a autora se coloca na posição de sujeito, ela está refutando aquele lugar de subalternidade que lhes foi direcionado por ser uma pessoa negra.

Kilomba, na verdade, está tomando posse de um espaço que sempre foi destinado ao branco/a. Ela está negando ser descrita, mas escrevendo sua história; a escrita, neste sentido, “[...] emerge como um ato político” (Kilomba, 2019, p. 28), a autora assevera com isso que o fato de poder escrever sua própria realidade, tornando-se autora e narradora da mesma, ela rejeita a realidade criada para os negros pelo projeto colonial, por conseguinte, torna-se sua absoluta oposição (Kilomba, 2019).

Embora Simone de Beauvoir (2009) já enfatizasse que a mulher ocupava a posição de Outra em relação ao homem, que este sempre foi pensado como

“[...] um tipo humano absoluto” (Beauvoir, 2009, p. 190) são os argumentos da portuguesa, Grada Kilomba (2019), sua noção de Outridade, que reforça a reflexão acerca da posição das mulheres negras nos espaços sociais e no movimento de mulheres e feminista de maneira geral. Ser mulher negra representa ser a Outra da Outra, é ser Outridade. Ou seja: “olham para si mesmas, com o objetivo de construir o temário sobre a mulher afrodescendente contemporânea”. (Sebastião, 2008, p. 117).

A luta das mulheres negras, portanto, é interseccional e “resultado de uma prática política”. (Sebastião, 2008, p. 120) Mulheres negras representam a síntese do que comumente tem dificuldade de afirmação social, a saber: por ser mulher, carrega o estereótipo e todas as opressões ligadas ao gênero; por ser negra, representa uma categoria da população (os negros/as) que, no Brasil, de modo mais específico, sofreu e sofre com as mazelas sociais, desde o tempo da escravidão. E vivendo num sistema capitalista de produção as opressões vinculadas à classe social também faz parte.

Diante disso, Collins (2019) assevera que o poder da autodefinição é sem dúvidas uma arma muito importante na busca por justiça social. Na concepção da autora a autodefinição restitui a humanidade, que no caso das mulheres negras seria exatamente lutar contra as imagens de controle que há muito foram lhes impostas socialmente. É importante salientar que as imagens de controle são definições redutoras dos sujeitos e que quando se referem as mulheres negras tendem a ser diferentes das imagens de controle vinculadas as mulheres brancas. Autodefinição, portanto, é um poder.

Infelizmente, as mulheres negras foram incorporadas desigualmente na sociedade e quando Patrícia Hill Collins (2019) aponta que as mulheres afro-americanas estão envoltas numa rede, onde cada uma vai apresentar “combinações variadas de imagens de controle e autodefinição” (Collins, 2019, p. 186), pode-se inferir tal afirmação também a sociedade brasileira e as afro-brasileiras. Algumas diferenças, porém, podem existir no que se refere aos tipos e formas de imagens de controles que são destinadas as afrodescendentes a depender no contexto social em que estão inseridas. No entanto, serão imagens pejorativas com o intuito de diminuir e, deste modo, inferiorizar as mulheres negras.

Collins (2019) ressalta:

Raça, gênero e sexualidade convergem nesta questão da valorização da beleza. [...] Independentemente da realidade subjetiva de qualquer mulher, esse é o sistema de ideias com o qual ela se depara. Como as imagens de controle são hegemônicas e pressupostas, é praticamente impossível contorná-las” (Collins, 2019, p. 167).

Logo, as imagens de controle – que são intensamente reproduzidas pelas instituições sociais, como é o caso da mídia, universidades e agências governamentais – exercem uma forte influência nas relações que se processam entre as mulheres negras com os homens brancos, os homens negros, as mulheres brancas e outros grupos raciais e até mesmo entre elas, ainda que haja uma resistência por partes destas mulheres negras a sua “objetificação como o Outro” (Collins, 2019, p. 166). “Os padrões dominantes de beleza – em particular a cor da pele, as características faciais e a textura do cabelo – são um exemplo específico de como as imagens de controle depreciam as afro-americanas – e as *afro-brasileiras*” (Ibidem, *grifo meu*).

Lélia Gonzalez (2020), por seu turno, denuncia que na sociedade brasileira as mulheres negras são vistas “a partir de dois tipos de qualificação “profissional”: doméstica e mulata” (Gonzalez, 2020, 59). Imagens de controle que atravessa o corpo da mulher negra. A mulata representa um produto de exportação, nos termos de Gonzalez. O sistema dominante aliena jovens mulheres negras, submetendo-as a exporem seus corpos, rebolando para o prazer de turistas e daqueles que representam a classe dominante nacional (Ibidem). Neste sentido, essas jovens são manipuladas e como marionetes de um sistema que exclui e oprime as mulheres negras da maneira mais vil, elas representam o que um dia chamaram de democracia racial (o mito da democracia racial é o que acaba invisibilizando o racismo, como bem aponta Gonzalez). Desnecessário falar da imagem da doméstica, já que é sabido de todos que este lugar carrega uma forte opressão social e racial que recai sobre os ombros das mulheres negras.

Diante disso, o poder de autodefinição é reconhecer-se, saber quem é. É resgatar a si própria enquanto mulher negra, negando e rechaçando as imagens de controle que há tempos ditam seus comportamentos e modos de viver em sociedade. O feminismo negro, por conseguinte, é fruto deste processo, onde a mulher negra se apresenta como sujeito de sua história. Contudo, não posso

deixar de mencionar que a busca por autodefinição demanda muito dos sujeitos envolvidos, não é uma tarefa fácil porque o racismo opera como ideologia e prática em sociedades como é o caso da brasileira.

Após essa breve análise sobre como as mulheres negras foram cavando em busca de seus direitos e interesses, cabe colocar como elas se organizaram enquanto movimento no cerne das disputas políticas, “para impedir a manutenção das formas que perpetuam a raça como um fator determinante na estruturação da desigualdade social”. (Sebastião, 2008, p. 121).

O movimento feminista se construiu de maneira geral assentado nas demandas oriundas das mulheres brancas. Questões relacionadas ao direito destas mulheres em relação a sociedade, mercado de trabalho, espaço político, etc., às mulheres negras, embora tenham apoiado o movimento e suas projeções, se viram alijadas deste espaço que não as beneficiava, mesmo que pregasse uma igualdade entre as mulheres. Lélia Gonzalez (2020) expõe a existências de contradições no interior do feminismo latino-americano, o que ela está apontando, é que há a necessidade de observar a dimensão racial da luta feminista que “dentro do movimento de mulheres, as negras e indígenas são o testemunho vivo desta exclusão” (Gonzalez, 2020, p. 139).

Como teoria e prática não se pode negar que o movimento feminista desempenhou um papel de suma importância nas lutas e conquistas das mulheres, que possibilitou o surgimento de grupos e redes, de novas questões a serem investigadas, bem como permitiu que as mulheres pudessem pleitear seu lugar no meio social como um todo. Um capitalismo patriarcal foi denunciado, tornando visível as bases materiais e simbólicas que subjagam as mulheres (Gonzalez, 2020). “Mas, apesar de suas contribuições fundamentais para a discussão da discriminação com base na orientação sexual, o mesmo não ocorreu diante de outro tipo de discriminação, tão grave quanto a sofrida pela mulher: a de caráter racial” (Gonzalez, 2020, p. 140). Gonzalez esclarece que tanto o sexismo quanto o racismo partem de um mesmo lugar, ou seja, se caracterizam como diferenças biológicas e assim se constituem como ideologias que fundamentam a dominação. Então, a autora assevera que o esquecimento da categoria racial, dentro do feminismo, direciona-se ao fato de estarmos imersos numa visão de mundo cuja base é neocolonialista e eurocêntrica.

Não posso esquecer que tal análise é colocada por Lélia Gonzalez acerca do feminismo que se construiu na sociedade latino-americana e neste contexto refletir sobre a sociedade brasileira. A autora destaca que por terem sido sociedades que se construíram alicerçadas em ideologias da classificação social e administradas pelas técnicas das metrópoles ibéricas, elas não poderiam fugir do peso da estratificação racial. Ela denuncia que há uma sofisticação no racismo latino-americano, justamente por que ele se insere na ideologia do branqueamento, mantendo os negros e índios em condições de segmento subordinado.

Neste sentido, a mídia é uma forte reprodutora da ideologia do branqueamento, ela perpetua a crença de que os valores oriundos da cultura ocidental branca são os únicos verdadeiros (Gonzalez, 2020). Gonzalez acredita que as mulheres negras precisavam se organizar como grupos étnicos. “E, na medida em que lutamos em duas frentes, estamos contribuindo para o avanço dos movimentos étnicos e do movimento de mulheres (e vice-versa, obviamente)” (Gonzalez, 2020, p. 148).

A verdade é que as denúncias de Lélia Gonzalez acerca da posição social das mulheres negras em sociedades como a brasileira corrobora a relevância que o movimento feminista negro tem, ou seja, um movimento que capaz de considerar as demandas oriundas não só do gênero, mas também da raça, opressões interseccionais que, como já foi dito, atravessam os corpos das mulheres negras.

Sueli Carneiro (2019) coloca que:

O discurso feminista sobre a opressão da mulher oriunda das relações de gênero que estabelece a ideologia patriarcal não dá conta da diferença qualitativa que esse tipo de opressão teve e ainda tem na construção da identidade feminina da mulher negra. [...] as mulheres negras advêm de uma experiência histórica diferenciada, marcada pela perda de poder de dominação do homem negro por sua situação de escravo, pela sua sujeição ao homem branco opressor e pelo exercício de diferentes estratégias de resistência e sobrevivência (Carneiro, 2019, p. 41-42).

O que a autora responde é que se pensarmos a opressão baseada apenas no gênero, de forma a universalizá-la, acabamos deixando passar a existência de diferenças sociais que atinge outros segmentos da sociedade.

Desta forma, a atribuição de um caráter antifeminista vinculado às mulheres negras brasileiras, segundo Sueli Carneiro, é resultado “fundamentalmente da incapacidade do Movimento Feminista em contemplar este elenco de questões geradores de diferenças de oportunidades efetivas que existem entre brancas e negras em todos os setores da vida social [...]” (Carneiro, 2019, p. 42-43).

Embora a denúncia que as mulheres brancas fizeram acerca dos estereótipos que estigmatizam socialmente as mulheres seja importante, esqueceram-se da “denúncia contundente sobre os aspectos em que tais estereótipos mantêm elementos de privilegiamento racial” (Ibidem). Carneiro aponta com isso que o feminismo brasileiro em consonância com outros movimentos de cunho progressista, “esteve, também, por longo tempo, prisioneiro da visão eurocêntrica e universalizantes das mulheres” (Carneiro, 2019, p. 179).

O movimento feminista brasileiro, portanto, omitiu “a centralidade da questão de raça nas hierarquias de gênero presentes na sociedade” (Gonzalez, 2000, *apud* Carneiro, 2019, p. 181) afastando-se da realidade protagonizada pelas mulheres negras, uma realidade de luta e resistência ao sistema que as exclui diariamente. Neste sentido, de acordo com Carneiro, não há uma “solidariedade racial intragênero” (Ibidem) e as mulheres negras foram dirigidas a “enfrentar, no interior do próprio movimento feminista, as contradições e as desigualdades que o racismo e a discriminação racial produzem entre as mulheres, particularmente entre negras e brancas no Brasil” (Carneiro, 2019, p. 182). Sueli Carneiro assinala, que as mulheres negras dentro do próprio Movimento Negro Brasileiro, colocaram como exigência para que a “dimensão de gênero se instituísse como elemento estruturante das desigualdades raciais na agenda do Movimento” (Ibidem).

As questões aqui levantadas tiveram o importante papel de apresentar as inquietações vivenciadas pelas mulheres negras dentro do movimento feminista, o que respaldou a organização dessas mulheres em torno de um movimento que contemplasse suas demandas, ou seja, o movimento feminista negro.

Neste processo, observamos a relevância de se autodefinir a fim de refutar uma realidade social que colocou as mulheres negras em lugares subalternos, assujeitadas, onde seus corpos são atravessados por uma interseccionalidade de opressões. Ser sujeito de si e não objeto, como bem

mencionou Kilomba, é o que muitas mulheres negras estão buscando. Saliento, contudo, que o intuito não foi de discorrer sobre a história do movimento feminista negro, mas destacar a importância deste movimento para a identidade das mulheres negras e suas lutas por lugares que há tempos lhes foram negados, portanto, empenhadas em legitimar a mulher negra como sujeito histórico na luta política.

3.4 Violência política: de gênero e raça

Gostaria de começar a reflexão explicando, o conceito de violência. Para o dicionário, “Didático de Português”, violência está associado a ação, ato ou fato onde há um emprego de força ou abuso para se conseguir algo (Biderman, 1998). A violência é ainda um exercício injusto ou discriminatório, ilegal, de poder ou de força. Também está associada a intimidação moral, podendo manifestar-se de inúmeras maneiras: em preconceitos, discriminação, guerras, conflitos étnicos, tortura, palavras de baixo calão, de forma simbólica, enfim, são várias as maneiras em que a violência pode aparecer. “[...] a violência é vista como um processo dirigido a certos fins, tendo diferentes causas, assumindo formas variadas e produzindo certos danos, alterações e consequências imediatas ou a longo prazo” (Agudelo, 1989 *apud* Ristum, 2001, p. 21). Ela, “[...] consiste em ações humanas de indivíduos, grupos, classes, nações que ocasionam a morte de outros seres humanos ou que afetam sua integridade física, moral, mental ou espiritual” (Minayo e Souza, 1997/1998 *apud* Ristum, 2001, p. 21).

Quando a violência acontece no campo político, configura-se em violência política. Em se tratando de violência neste campo, interessa-me aquela perpetrada contra as mulheres, especificamente, as mulheres negras, portanto, violência política de gênero e raça. É importante salientar que no Brasil a violência política tem raízes profundas e estruturais que afetam toda a sociedade, além de ser um fenômeno histórico (Cartilha Violência Política, 2020). Ela acontece das seguintes formas: “[...] uma ação, conduta ou omissão realizada de forma direta ou por meio de terceiros, podendo se materializar por meio de agressões físicas, psicológicas, morais, sexuais, virtuais, institucionais, raciais, de gênero, LGBTQIA+fóbicas, entre outras” (Cartilha Violência Política, 2020, p. 05). Esse tipo de violência pode acometer candidatas que já foram

eleitas, nomeadas, que estão no exercício da sua função ou aquelas que pleiteiam sua entrada na vida pública.

Um exemplo forte de violência política de gênero foi o que aconteceu com a ex-presidente Dilma Rousseff, no exercício de seu mandato, bem como durante seu período de campanha. Dilma foi duramente estigmatizada, rotulada e desqualificada rotineiramente. Seu modo de se comportar, sua história política, religiosidade e até sua sexualidade foram alvos, utilizados no intuito de humilha-la. Como destacou Lima: “guerrilheira, agitadora e assassina [...] defensora do aborto [...] homossexual; ateia [...] isso só para citar alguns temas que acompanharam toda a campanha da candidata” (Lima, 2010, 96).

Não entrarei aqui profundamente nesse conteúdo e a forma como a violência política de gênero se perpetrou contra Dilma Rousseff, mas quero salientar que quando uma mulher intenciona adentrar na vida pública no Brasil, ela é constantemente intimidada, pois o espaço político brasileiro é o quintal dos homens. Não é à toa que até hoje apenas uma mulher conseguiu subir a rampa do Palácio do Planalto para ocupar o mais alto cargo do Executivo no país. (Lima, 2010).

A violência política de gênero, portanto, é utilizada como forma de amedrontar, intimidar e impedir que mulheres tentem se afirmar no campo político. Geralmente a violência política de gênero não ocorre apenas em espaços comumente considerado político, como casas parlamentares e campanhas eleitorais, “todos os ramos da administração pública direta e indireta, formulação de políticas públicas. Sindicatos, partidos políticos, associações profissionais, organizações comunitárias e governamentais” (Cartilha Violência Política, 2020, 2020, p. 02), enfim, a violência política de gênero não se limita à apenas o ambiente do parlamento ou as campanhas eleitorais, contudo, o interesse aqui recai sobretudo nestes espaços.

É importante destacar que no Brasil, a violência política contra as mulheres, “segue sendo naturalizada e, tal como antes ocorria com a violência doméstica, não é sequer reconhecida como tal” (Pinho, 2020, p. 03). Pinho (2020) exhibe uma definição importante de como a violência política de gênero se apresenta. Ancorada nos argumentos das estudiosas Krook e Sanin (2016), ela expõe que a violência política de gênero para essas autoras pode se manifestar das seguintes maneiras: violência física, psicológica, simbólica e econômica.

[...] a violência física corresponderia a atos que afetam a integridade física de uma mulher ou de membros de sua família visando atacá-la, e, [...] abrange a violência sexual. A violência psicológica é aquela que causa danos no estado mental ou emocional, incluindo ameaças de violência física., bem como atos destinados a prejudicar a mulher em questão. A violência econômica na política é definida como atos que buscam controlar o acesso ou o comportamento das mulheres na esfera política, restringindo sistematicamente o acesso a recursos econômicos que, de outra forma, estão disponíveis para os homens. O objetivo é tornar o trabalho político tão difícil ou frustrante que as mulheres sejam levadas a se retirar por conota própria ou a reduzir as chances de que elas possam realizar seu trabalho de maneira eficaz, afetando assim suas futuras carreiras políticas. [Já] a violência simbólica contra as mulheres na política procuraria deslegitima-las por meio de estereótipos de gênero que lhes negam competência na esfera política. [...] o tratamento negativo se converte em violência quando se converte em desrespeito fundamental à dignidade humana, como produzir e distribuir imagens altamente sexualizadas e pejorativas, usar as mídias sociais para incitar atos violentos, ou não reconhecer ou negar explicitamente a existência de uma mulher nos espaços políticos pelo simples fato de ser mulher (Pinho, 2020, p. 04).

Esta longa citação nos ajuda na tarefa de melhor compreender como a violência política de gênero se manifesta e como atinge as mulheres que ousam arrancar as paredes do campo político, que tem nos homens seus principais protagonistas. É importante destacar que tais formas de manifestações da violência política de gênero podem interseccionar-se, ou seja, é possível que uma mulher sofra não apenas um tipo, mas todos ou alguns de uma única vez.

É importante ressaltar que a violência política de gênero é diferente da violência eleitoral, pois tanto homem, quanto mulheres são passíveis de sofrerem violência na época de campanha eleitoral e nem sempre a ação estará orientada pelo gênero da vítima. Até por que os atos de violência política de gênero não se limitam a apenas o período eleitoral. (Pinho, 2020). Desta forma, quando mulheres são agredidas em função de seus posicionamentos políticos, não se configuraria em violência política de gênero. No entanto, quando o ataque é direcionado ao “corpo da mulher, ou relacionado a estereótipos de gênero tal como questionamento a papéis sociais tradicionais, ou outros meios com vias a negar sua competência na esfera política [...] podem vir a enquadrá-la como violência política de gênero” (Pinho, 2020, p. 4-5).

Ouso afirmar que a violência política de gênero tem crescido absurdamente quando o alvo são as mulheres negras. Uma mulher negra intersecciona dois sistemas de dominação e opressão do indivíduo que dificulta ainda mais a entrada desses agentes no campo político. O Brasil, infelizmente possui um Parlamento ocupado por legisladores homens e brancos em sua maioria, sendo as mulheres negras alijadas desses espaços durante muito tempo. Arriscando-se a adentrar no campo político, essas mulheres são, frequentemente, alvos de violência política de gênero e raça.

Segundo Gonzalez (1983) quando o racismo se manifesta, mesmo que seja por omissão, tem a capacidade de fazer com que a política institucional tome outros nortes. A violência política quando orientadas para as mulheres negras, segundo Silva (2019): “se torna um problema para o debate das mulheres negras e o poder quando não apenas sustenta as barreiras que impedem que estas ascendam à política, como também as limita, ou mata, quando chegam a esses espaços – onde já são absolutamente sub-representadas” (Silva, 2019, *apud* Violência Política Gênero e Raça, 2021, p. 12). Logo, a violência política baseada em gênero e raça é alicerçada sobre as disparidades existentes nas relações de poder que se processam entre homens e mulheres, negros e brancos, configurando a lógica patriarcal e racista do que é fazer política, num país como o Brasil, que se estruturou social e politicamente no mito da democracia racial.

A violência política, portanto, é uma prática que se naturalizou historicamente, o que resultou numa profunda desigualdade entre homens e mulheres no âmbito da política institucional “que, em certos contextos políticos e culturais pode resultar em feminicídio” (Violência Política Gênero e Raça, 2021, p. 16), como foi o caso da vereadora carioca, Marielle Franco, em 2018.

É importante ressaltar que a internet tem se mostrado como um espaço de propagação de informações e ideias. No entanto, também é um espaço de disseminação de preconceito, misoginia, xenofobia e tantas outras formas de estigmatizar e discriminar uma pessoa, tudo isso sob falsos perfis ou mesmo mostrando a cara. Portanto, é o meio virtual um dos terrenos mais férteis para plantar a violência política de gênero e raça sofrida pelas mulheres negras que ousaram pleitear ocupar um espaço na política, no momento atual. Neste sentido, é percebível que as relações na cena pública, são sexuadas que tendem a determinar as posições e lugares que mulheres e homens devem ocupar.

As últimas eleições (2018, 2020, 2022) tiveram um viés muito marcado pelo uso das redes sociais e através delas, a violência política de gênero e raça foi amplamente difundida. Mulheres negras se viram atacadas por meio de perfis falsos ou não, ameaças de morte, xingamentos dos mais variados, e tantas outras manifestações de ódio que tinham como intenção desqualificar e mesmo tentar desequilibrar as mulheres em corrida eleitoral.

A violência política de gênero e raça vai além de um problema, meramente “criminal ou de violação dos direitos fundamentais das mulheres” (Matos, 2022, p. 211), ela está emaranhada aos sistemas políticos, bem como às democracias. A estudiosa, Marlise Matos (2022) defende que a “repatriarcalização racial colonial e neoconservadora, vivenciada atualmente na América Latina” (idem), também é fator favorável a disseminação da violência política de gênero e raça.

A maneira como o Estado lida com os direitos humanos e, a imprescindível busca por equidade de gênero, de raça, justiça e igualdade, são resultados do impacto que a violência política de gênero e raça pode causar nos sistemas políticos. “[...] a violência política é uma ferida aberta no coração de todo projeto democrático” (Matos, 2022, p. 209).

Portanto, a opressão posta a partir da violência política de gênero e raça objetiva desumanizar àqueles que não se enquadram no que é comumente aceito, ou seja, homens, heterossexuais, brancos e, podemos acrescentar, de classes sociais elevadas. As mulheres negras, no meio político, restam os estereótipos e estigmas de gênero e raça “fortemente associados a relações vividas, experimentadas de um modo historicamente tradicional – leia-se: colonial, racista e patriarcal” (Ibidem).

Sendo assim, para alcançar uma sociedade mais justa e, de fato, democrática, deve-se investir não apenas em leis (na legislação), mas lutar para que mulheres se sintam confortáveis nas instituições políticas, estas necessitam dirimir a violência e discriminação propagadas contra o público feminino e não só, também é importante suprimir a discriminação e violência direcionadas para as pessoas negras, transexuais e indígena. Não é possível falar de democracia plena quando esses indivíduos se encontram a margem do sistema político/social.

4. ATRAVESSANDO BARREIRAS, CONSTRUINDO CAMINHOS: MULHERES NEGRAS EM MOVIMENTO E OS OBSTÁCULOS ENFRENTADOS

A presença das mulheres negras no campo político de maneira geral é uma quebra de barreiras que há muito foi imposta e firmada pelo lado dominante. Neste capítulo, a discussão é sobre como essas mulheres tendem a enfrentar mais desafios do que as outras mulheres para se assegurar nos espaços de poder. Não à toa que o feminismo negro tem pauta mais abrangente, dada a preocupação com questões coletivas que desvelam a lenta inserção da mulher na política, como produto do patriarcado, do capitalismo e das heranças escravocratas nacionais.

Dentre os obstáculos, o racismo é um de muita significância, pois é ele que sustenta as relações sociais que estamos acostumados a presenciar sem nem ao menos nos indagar sobre elas. Então, dentro deste arcabouço que o racismo impera, está a violência política. A mulher negra enfrenta a violência política de gênero e raça, resultando assim, em uma dupla opressão social e política.

O espaço virtual das redes sociais, por exemplo, tem sido um terreno fértil para difundir opiniões e achismo, muitas vezes sem fundamento, colocados ali por meio das *fake news*²⁴, que são notícias falsas sobre determinados assuntos e que se apresentam no intuito de difamar e caluniar a imagem pública de qualquer pessoa.

A internet tem se apresentado como território fértil para o fenômeno das *fake news* que são frequentemente utilizados em período de campanhas eleitorais. Lima salienta que esse espaço:

[...] ressignifica a cultura política, ou seja, a forma de imprimir sentidos e significados ao cotidiano da política, tanto por parte do eleitor, quanto por parte do candidato, particularmente em períodos de campanha eleitoral (Lima, 2010, p. 94).

²⁴ *Fake News* significa notícia falsa e em tempos de campanhas eleitorais tem sido uma arma para difusão de informações falseadas. Apresenta-se como uma notícia jornalística e se difunde, principalmente, entre os usuários de plataformas sociais, atingindo um número significativo de pessoas.

Estudiosos estão atentos a esse fato, de modo que, as redes sociais e o espaço virtual da rede mundial de computadores têm sido alvo de análises minuciosas sobre como esses espaços criam as relações entre os usuários e são capazes de alavancar a imagem de uns e destruir a imagem de outros.

O Ciberespaço, para utilizar um termo utilizado por Pierre Lévy (1999) é percebido como uma possibilidade infinita onde as informações circulam de maneira virtual. Aqui se colocam a dimensão do que é intangível e imensurável porque estamos diante de uma nova forma de se comunicar e interagir socialmente, ou melhor dizendo, virtualmente. Ao mesmo tempo em que perpetua muitas possibilidades no universo do conhecimento e das informações, também é capaz de destruir e arrasar a imagem de qualquer pessoa. Lima destaca essa questão em relação as eleições presidenciais de 2010:

[...] o papel desempenhado pelas redes sociais na difusão de propaganda política com vistas a construir e desconstruir candidaturas; temas considerados “tabu” como aborto, filiação religiosa e união civil de pessoas do mesmo sexo, foram difundidos através de diversificadas redes sociais. O papel desempenhado pelas redes sociais na difusão de propaganda política com vistas a construir e desconstruir candidaturas; temas considerados “tabu” como aborto, filiação religiosa e união civil de pessoas do mesmo sexo, foram difundidos através de diversificadas redes sociais (Lima, 2010, p. 95).

Sendo assim, a primeira parte deste capítulo mapeou e construiu um breve perfil das mulheres negras que são interlocutoras da pesquisa. Saliento que das quatro mulheres escolhidas: Andréia de Jesus (PT), Benedita da Silva (PT), Jô Oliveira (PCdoB) e Talíria Petrone (PSOL), apenas a vereadora campinense, Jô Oliveira, foi entrevistada e, portanto, sua narrativa é o principal foco de análise.

Em seguida, analiso as redes sociais enquanto *lócus* de investigação social. O objetivo é o de demonstrar que, com o advento da internet e das redes sociais como algo inerente ao meio virtual, esse espaço se tornou também um espaço de pesquisa, porque o ciberespaço é também espaço de sociabilidade e de relações sociais.

No ciberespaço, me detive nos comentários que manifestam violência política de gênero e raça. Os perfis são os de Andréia de Jesus, Benedita da Silva e Talíria Petrone, na rede social *Twitter*. A escolha do *Twitter* se deu por

entender que é um espaço para discussões, diferente da rede social *Instagram*, por exemplo, que tem um viés de postagens voltadas mais para fotografias, vídeos e imagens.

Após debruçar-me sobre o ciberespaço e os episódios de violência de gênero e raça cometidos contra as mulheres negras no mundo virtual, a última parte deste capítulo versa sobre Jô Oliveira e a política. Por ser a primeira mulher negra a ocupar uma cadeira na câmara municipal de Campina Grande/PB, ela abre caminhos para que o tema da mulher negra na política da Paraíba possa ser analisado e discutido. Somos um estado, como muitos outros estados brasileiros, que está assentado em bases políticas oligárquicas, onde famílias lideram e ocupam o espaço da política institucional desde muito tempo. Nesse sentido, a vitória de Jô Oliveira nas urnas em 2020, representa não apenas a oportunidade de a mulher negra ocupar esse lugar na política, mas que a estrutura social tende a mover-se em direção à mudança.

4.1 Perfis das interlocutoras

Esta pesquisa versa sobre mulheres negras que ousaram enfrentar os grilhões sociais e adentraram no campo político. Nesse processo, elas estão construindo seu legado e abrindo as portas para que outras venham a ocupar os espaços de poder que, por muito tempo, esteve sob o domínio masculino branco. Escolhi algumas dessas mulheres para ilustrar as lutas e os percalços que enfrentaram e enfrentam todos os dias, seja durante a disputa eleitoral, propriamente dita, ou após terem conquistado as eleições.

Minha escolha se deu por considerar que são figuras importantes e significativas nesse universo. Outro pesquisador, entretanto, poderia ter escolhido outras, mas para mim, faz total sentido tê-las como objeto de estudo. São elas: Jô Oliveira (PC do B), Benedita da Silva (PT), Talíria Petrone (PSOL) e Andréia de Jesus (PSOL/PT). O recorte temporal, portanto, são os pleitos de 2018 e 2020, eleições proporcionais nos níveis estadual e municipal, respectivamente.

Saliento que destas, entrevistei a vereadora campinense, Jô Oliveira. As demais foram perscrutadas através das suas redes sociais, sendo escolhido o *Twitter* como espaço da análise. Procurei por posts/mensagens que

evidenciassem a violência de gênero e raça sofrida por essas mulheres, principalmente durante os processos políticos eleitorais. Por ora, apresento seus perfis, objetivando demonstrar quem são e o que representam no meio político.

Começo, portanto, com uma mulher negra que é ícone e figura pública de peso no meio político e entre as mulheres, sobretudo, as mulheres negras. Refiro-me à **BENEDITA SOUZA DA SILVA SAMPAIO**. Ela nasceu em 26 de abril de 1942, no Rio de Janeiro. Conhecida como *Bené*. Filha de mãe lavadeira e pai pedreiro, a favela da praia do pinto, no Leblon, foi seu local de nascimento, contudo, mudou-se ainda criança para o Chapéu Mangueira. Trabalhou como vendedora ambulante, empregada doméstica, auxiliar de enfermagem, professora. Seu primeiro casamento ocorreu quando Benedita tinha a idade de 16 anos, dessa união nasceram quatro filhos, porém dois morreram ainda pequenos.

Penso que sua trajetória política teve início quando se elegeu em 1976, presidente da Associação de Moradores do Morro do Chapéu Mangueira, onde ela também teve contato com o movimento de mulheres o que resultou na fundação do “departamento feminino da Federação das Associações de Favelas do Estado do Rio de Janeiro (Faferj) e do Centro de Mulheres de Favelas e Periferia (Cemuf)”²⁵. Benedita entrou para o partido dos trabalhadores (PT) em 1980, tornando-se vereadora dois anos depois e levantando bandeiras que denotavam de onde vinha. O *slogan* de campanha: “negra, mulher e favelada”, com isso ela conseguiu trazer à baila questões importantes que denotavam urgência em ser debatida. Casou-se a segunda vez em 1983, com um líder comunitário do Morro do Chapéu Mangueira, que por sinal, também era militante do Partido dos Trabalhadores. Quando ficou viúva pela segunda vez, Benedita se casou pela terceira vez com o ator Antônio Pitanga, em 1993, com quem vive atualmente.

Benedita da Silva formou-se em serviço social no ano de 1984 e anos depois participou da Constituinte, 1987-1991, RJ, PT, tomou posse em: 01/02/1987; foi deputada federal - (Congresso Revisor), 1991-1995, RJ, PT, tomando posse: 01/02/1991; Deputada Federal - 2011-2015, RJ, PT, sua posse ocorreu em: 01/02/2011; Deputada Federal - 2015-2019, RJ, PT, empossada

²⁵ https://www.ebiografia.com/benedita_da_silva/ acesso: 10.01.2023.

em: 01/02/2015; Deputada Federal - 2019-2023, RJ, PT, a posse aconteceu em: 01/02/2019.

Chegou ao Senado Federal, e atuou durante o período de 1995 a 1998; foi Vice-Governadora do Rio de Janeiro, durante 1999 a 2002; foi Governadora/RJ, de abril de 2002 a janeiro de 2003. Benedita trabalhou como professora na Escolinha Comunitária da Favela Chapéu Mangueira, no Rio de Janeiro. Nos anos de 2003 a 2004, durante o governo Lula, Benedita atuou como Ministra de Estado/Secretaria Especial da Assistência e Promoção Social, em Brasília. Foi também Secretária de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos, durante o governo de Sergio Cabral Filho, no estado do Rio de Janeiro, de 2007 a 2010. Uma vida pública marcada por lutas em prol dos direitos das mulheres negras e das classes sociais mais vulneráveis.

Sua atuação pública não se resume apenas ao campo político, mas ao social e cultural também. Refiro-me a uma Benedita autora que escreve sobre temas de significativa relevância social tais como: trabalho doméstico, o papel das mulheres nas comunidades e discriminação racial. São alguns deles: A cartilha do Trabalho Doméstico; O papel da mulher na ação comunitária nos segmentos carentes da população. Rio de Janeiro: CBCISS, 1986; Em Defesa dos Trabalhadores e Movimentos Populares, 1988; Cidadania: uma questão a ser resolvida, 1992; A situação de crianças e adolescentes brasileiros, 1995; Dia Internacional pela Eliminação da Discriminação Racial, 1995; Nação da Discriminação Racial, 1995; Direitos e Deveres de Empregados e Empregadores, 1996.

Diante do exposto, penso que Benedita da Silva veio para mostrar que a fissura no meio político e social causada por mulheres como: Antonieta de Barros, Lélia Gonzalez, Laudelina de Campos e Melo e outras mulheres negras, era possível. Ou seja, a política também é um lugar onde mulheres negras como elas podem e devem participar. Mesmo o poder sendo algo que sempre lhes foi negado. A conquista política de Benedita da Silva seria, a meu ver, a continuação de que é possível as mulheres negras almejem e buscarem posições de poder dentro de espaços que se organizou de maneira hostil as mulheres de modo geral. Benedita representa ruptura e possibilidades. Embora ainda caminhando a passos lentos, mas graduais, as mulheres negras estão lutando e conquistando os seus espaços.

TALÍRIA PETRONE SOARES, por sua vez, faz parte da nova geração de mulheres negras que conseguiram adentrar no espaço político brasileiro. Ela nasceu em Niterói no Rio de Janeiro, em 9 de abril de 1985. Com 38 anos, Talíria está no seu segundo mandato como deputada federal pelo RJ. Sua mãe, Patrícia Petrone Soares é professora e seu pai, Carmo José de Lima Soares, músico. Professora como a mãe, Talíria graduou-se em história pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) em 2009. Seu mestrado foi em serviço social pela Universidade Federal Fluminense (2019). Atuou como professora de história nas cidades de Niterói/RJ e São Gonçalo/RJ.

Assim como Benedita da Silva, Talíria Petrone também se afiliou a um partido de esquerda, isto é, ao Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) no ano de 2010. Se elegeu vereadora em Niterói no ano de 2016 e permaneceu por um tempo sendo a única mulher a ocupar uma cadeira naquela casa legislativa. Suas bandeiras de luta giram em torno do feminismo, defesa das comunidades LGBTQIAPN+ comunidades negras. Vale salientar que Talíria teve um percentual de voto expressivo (5.121 votos).

Correligionária de Marielle Franco, seu modo de atuar politicamente se assemelha ao modo que Marielle tecia a política. Dentre seus feitos durante o mandato como vereadora, Talíria conseguiu que fosse aprovada a Lei n. 3.321, de 2017, que prevê a “prevenção e combate ao assédio sexual de mulheres nos meios de transporte de Niterói/RJ”²⁶.

Como todas as mulheres que ousam enfrentar as barreiras que cercam o campo político, Talíria sofreu violência política de gênero quando em 2017 começou a receber ameaças de forma anônima. Ela se utiliza de escolta policial à época no intuito de se proteger. Elegeu-se deputada federal pela primeira vez em 2018, sendo a segunda mais votada de seu partido. Em 2022 conquistou seu segundo mandato como deputada federal, obteve mais votos do que na primeira campanha²⁷. Além de Niterói/RJ, outras cidades fluminenses depositaram em Talíria sua confiança, levando-a mais uma vez a Brasília. Vale salientar que na sua segunda campanha para a câmara dos deputados federais, Talíria estava

²⁶ <https://taliriapetrone.com.br/quem-somos/>. Acesso: 10.11.22.

²⁷ Informações disponíveis em: <https://aseguirnitroioi.com.br/noticias/taliria-petrone-niteroiense-se-reelege-deputada-federal-com-o-dobro-da-votacao-anterior/>. Acesso: 10.11.22. **TALÍRIA PETRONE** — Portal da Câmara dos Deputados (camara.leg.br). Acesso: 03.02.23.

também em sua segunda gestação. Suas pautas e militância organizada foram cruciais para sua vitória, ela representa a nova geração de mulheres negras que estão abrindo espaço para as próximas passarem.

“A preta voz de vidas negras” é essa a frase (*slogan*) que abre o site²⁸ oficial da deputada estadual mineira, **ANDREIA DE JESUS**. Nascida em Belo Horizonte, em 28 de junho de 1978, Andreia é advogada popular, funcionária pública, educadora infantil e deputada estadual pelo Partido dos Trabalhadores. Sua mãe dedicou-se a investir na sua educação e de suas irmãs. Aos 12 anos de idade, Andreia começa a trabalhar como empregada doméstica. Casando-se aos 19 anos e tornando-se mãe de um menino. É interessante ressaltar que Andreia de Jesus tornou-se funcionária pública por meio de concurso público, onde foi inscrita por sua patroa à época. Ela, então começou a trabalhar como educadora infantil, vinculada à prefeitura de Ribeirão das Neves/MG.

Andreia de Jesus ingressou na faculdade de direito aos 35 anos de idade, obtendo bolsa ProUni – Programa Universidade para Todos – integral. Nesse período seu casamento se dissolveu e ela ficou com o filho, que na época tinha apenas nove anos de idade. Mãe solo, Andreia estudava e cuidava do filho pequeno. Na universidade, começou a acompanhar discussões sobre temas como relações raciais, de gênero e também de classe, pautas que integram seus projetos enquanto política. Andreia também trabalhou qualificando professores na implementação que obriga a inserção no currículo escolar “o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena” (Brasil, 2008, p. 01), Lei n. 11.645/2008.

Convidada a integrar a “Gabinetona”, projeto criado pelas vereadoras mineiras à época: Áurea Carolina e Cida Falabella. O trabalho executado junto às parlamentares rendeu frutos a Andreia, pois em 2018 ela resolve adentrar no meio político como candidata a um cargo público, a saber: deputada estadual. Filiou-se ao PSOL – partido socialismo e liberdade – conquistando uma cadeira na ALMG. Andreia de Jesus faz parte da primeira legislatura a eleger mulheres negras no estado de Minas Gerais. Um marco para a história das mulheres negras que almejam ocupar esses espaços nos quais sempre foram alijadas²⁹.

²⁸ Informações disponíveis em: <https://andreiadejesus.com.br/> acesso: 10.01.23.

²⁹ Informações disponíveis em: [Andréia de Jesus – Wikipédia, a enciclopédia livre \(wikipedia.org\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Andr%C3%A9ia_de_Jesus) acesso: 10.01.23.

Vale salientar que Andréia, atualmente é filiada ao Partido dos Trabalhadores (PT). Ela esteve filiada ao PSOL de 2017 a 2022. Sua militância por abolicionismo penal e moradia continuam sendo pautas de destaque em seu mandato que também trabalha com a luta à violência contra as mulheres, com o combate a eliminação do machismo, racismo e as mais variadas formas de preconceito, dentre outras. “De empregada doméstica a deputada estadual”, Andreia de Jesus é mais uma semente plantada por Marielle Franco e Benedita da Silva, mulheres pretas, periféricas em busca de uma sociedade mais justa.

“A cor de Campina” foi o *slogan* de campanha da vereadora Jô Oliveira, da cidade de Campina Grande/PB. **JOSILENE MARIA DE OLIVEIRA**, nasceu em 11 de junho de 1981 é filha de dona Sebastiana, trabalhadora doméstica, conhecida como dona Basta. Cria da escola pública, como ela mesma diz, Jô Oliveira também foi para uma faculdade pública onde cursou Serviço Social e fez mestrado na área, inclusive na época da sua primeira campanha para vereadora em Campina Grande no ano de 2016, ela qualifica sua dissertação no mesmo dia em que lança a campanha rumo à câmara legislativa municipal.

A trajetória política de Jô Oliveira tem início no movimento estudantil, onde ela atuou como integrante do Centro Acadêmico do seu curso na Universidade Estadual da Paraíba. Também chegou a concorrer às eleições para o DCE/UEPB. Coordenou espaços ligados à juventude em Campinha Grande/PB, trabalhou na secretaria estadual do MST, estagiou como assistente social na Prefeitura de Campina Grande na pasta do Orçamento Participativo. Dirigiu o Sine – Sistema estadual de emprego. No ano de 2015, ela participou da Marcha Nacional das Mulheres Negras.

Em 2016 Jô Oliveira colocou seu nome como candidata a vereadora em Campinha Grande/PB, na época ela obteve 1.544 votos³⁰, ficando assim na primeira suplência, contudo, não chegou a assumir. Em 2020, Jô torna-se a primeira mulher negra a conquistar uma cadeira no legislativo municipal de Campina Grande/PB. Recebeu 3.050 votos sendo a sexta na lista de parlamentares eleito/as e uma das sete mulheres que adentraram na Casa de Felix Araújo. Ela abre espaço e faz história mostrando que mulheres pretas e periféricas também podem ocupar esses espaços.

³⁰ Informações Jô Oliveira - PCdoB. Acesso: 10.01.23.

Jô resolve pleitear no ano de 2022 uma das trinta e seis cadeiras que compõe a Assembleia Legislativa da Paraíba e, mais um vez, obtém votação expressiva, 20.785 votos³¹, destes, 11 mil foram apenas em Campina Grande/PB. Ela está na suplência atualmente. A votação de Jô Oliveira para deputada estadual, inclusive ultrapassou nomes como o de Eva Gouveia (PSD)³² que já exerceu mandato de deputada estadual em pleitos anteriores e foi a vereadora mais votada em 2020 na cidade de Campina Grande/PB³³.

As principais bandeiras levantadas por Jô Oliveira giram em torno dos direitos das mulheres, das pessoas com deficiência, da população LGBTQIAPN+, e da população idosa. Ela direciona o foco da luta política que desenvolve para as mulheres negras e, também, para a juventude. Jô intersecciona esses segmentos sociais com as áreas de educação, saúde, cultural, assistência social e direitos.

Retomo neste ponto da discussão ao *slogan* usado por Benedita da Silva em sua primeira campanha eleitoral, ou seja, “negra, mulher e favelada” para explicitar que essas mulheres negras ousaram almejar uma cadeira no campo político brasileiro – espaço cujo perfil se construiu no masculino, branco, de classe social abastada e heterossexual – em sua maioria elas são de origem humilde, moradoras de bairros periféricos e que carregam o peso de ser mulher preta numa sociedade estruturada pelo racismo e pelo patriarcado.

4.2 Sobre pesquisar nas redes sociais: a internet como *lócus* de investigação social

Atualmente, vivemos a experiência de um mundo fluido, dinâmico, complexo, criativo, onde o que entendemos como sólido hoje, pode não ter a mesma solidez amanhã. Neste sentido, a frase de Marx (1998): “tudo que é sólido desmancha no ar”, nunca foi tão atual. Dinamismo e fluidez, além de caracterizarem o mundo contemporâneo, são também características inerentes

³¹ Com votação surpreendente para deputada, Jô Oliveira avalia eleições 2022 - Blog do Max Silva acesso: 05.10.22.

³² Eleições 2022 Paraíba: Siga Apuração do 1º Turno e Resultados (uol.com.br) acesso: 23.11.22.

³³ Veja os 23 vereadores eleitos em 2020 e composição da Câmara Municipal de Campina Grande | Eleições 2020 na Paraíba | G1 (globo.com) acesso: 23.11.22.

ao meio virtual, ao fenômeno chamado internet. Como dito anteriormente, o espaço virtual é um leque de possibilidades nas mais diversas áreas.

O sociólogo espanhol Manuel Castells (1999) já apontava anos atrás para uma sociedade em rede que mudou de forma significativa como a informação é difundida e assimilada pelos indivíduos. “Uma revolução tecnológica concentrada nas tecnologias da informação começou a remodelar a base material da sociedade em ritmo acelerado” (Castells, 1999, p. 39). Castells estava asseverando que uma nova forma de difusão da informação atingia diretamente a economia global, o Estado e a sociedade, ou seja, no intuito de analisar “a complexidade da nova economia, sociedade e cultura em formação” (Castells, 1999, p. 43), ele buscou compreender o que chamou de revolução das tecnologias de informações. Para o autor, sociedade e tecnologias não poderiam ser entendidas separadamente, elas estão imbricadas uma na outra (Castells, 1999).

Tendo o pensamento de Castells como âncora, passemos a desenvolver a ideia de redes sociais. Inicialmente é importante destacar que quando falamos em redes sociais na atualidade, de maneira quase automática as pessoas tenderão a pensar em internet e as conexões sociais que estabelecem estando inseridos nela. Porém, é bom lembrar que antes de termos redes sociais virtuais já tínhamos redes sociais na relação face-a-face, no cotidiano, as relações de amizades, trabalho, parentesco, entre outras.

Sociologicamente, a rede social é o resultado das relações sociais que se processam entre os indivíduos/pessoas condicionando suas ações dentro dessa rede ou tecido social. Dito de outra forma, o indivíduo é levado a agir e se comportar de maneira coerente com o que o grupo social ao qual pertence aceita e legitima. Destaca-se que uma rede social é marcada por interesses, ideias e valores que são compartilhados entre os membros.

E, se quando falamos de rede social numa relação tête-à-tête já é possível vislumbrar várias conexões e ligações entre os indivíduos, quando a análise recai sobre as redes sociais em ambiente virtual, essas conexões são ainda mais vastas. No ciberespaço, como assegura Pierre Levy (1999), é possível conectar-se com pessoas que estão a quilômetros, em outra cidade, estado, país, continente, tudo isso a um clique de distância. Uma relação pendular, ou seja, geograficamente longe, mas virtualmente perto.

Raquel Recuero (2009, p. 16) afirma que a comunicação mediada pelo uso do computador ampliou a conexão entre os indivíduos ao ponto de “permitir que redes fossem criadas e expressas nesses espaços [virtuais]”, as redes sociais. A autora comenta que essas redes são responsáveis por difundir a informação alcançando o maior número de pessoas em pouco tempo. Elas conectam não apenas os computadores, *smartphones*³⁴, *tablets*³⁵, mas, sobretudo, conecta pessoas.

Assim sendo, as redes sociais na internet podem ser definidas “como um conjunto de dois elementos: *atores* (pessoas, instituições ou grupos; os nós da rede) e suas *conexões* (interações ou laços sociais)” (Wasserman e Faust, 1994; Degenne e Forse, 1999 *apud* Recuero, 2009, p. 24, grifos da autora).

Estamos falando, portanto, que uma rede social se estrutura de tal modo que não é possível isolar os autores sociais e as conexões que se estabelecem entre eles, pois ali estão não apenas informações, mas trocas sociais. É importante destacar que os atores envolvidos nas redes sociais mediadas pela internet “não são imediatamente discerníveis [...] trabalha-se com representações dos atores sociais, ou com construções identitárias do ciberespaço. Um ator, assim, pode ser representado por um *weblog*, por um *fotolog*, por um *Twitter*” (Recuero, 2009, p. 25) ou um perfil no *Instagram*. Os espaços são personalizados pelos atores porque é um campo onde expressam aspectos de sua individualidade construindo espaços de fala e interação social.

Esses espaços construídos pelas redes sociais podem ser denominados de imperativos da visibilidade inerentes a sociedade atual, que nada mais é do que essa crescente necessidade que as pessoas têm demonstrado de se expor (Sibilia, 2003 *apud* Recuero, 2009). As esferas pública e privada da vida do indivíduo são expostas como em uma prateleira, porque no ciberespaço há a necessidade de ser visto. “É preciso constituir-se parte dessa sociedade em rede, apropriando-se do ciberespaço e constituindo um “eu” ali” (Efimova, 2005

³⁴ *Smartphones* são celulares com um grau de tecnologia avançado o que permite ao usuário utilizar programas que se assemelham aos que são usados em computadores, os chamados de sistema operacional.

³⁵ O Tablet também possui sistema operacional e é um dispositivo de uso pessoal, assim como os smartphones. No tablet o usuário pode acessar fotos, planilhas, vídeos, leituras de livros, dentre outras funções, tudo isso é mediado pela internet. Uma diferença entre *tablets* e *smartphones* é que o primeiro tende a ser um pouco maior em tamanho e largura em relação ao segundo.

apud Recuero, 2009, p. 27). Como no espaço virtual o que existe são representações dos atores, é preciso que imagens e informações que conduzam a individualidade de cada ator sejam expressas. A comunicação necessita de rostos, além de palavras, construindo assim, uma estrutura que possibilite a identificação do usuário por trás daquele perfil online, o resultado é um processo de interação social entre usuários da rede.

O *Instagram*, o *Facebook* e o antigo *Orkut* são exemplos de redes sociais nas quais há o uso de imagens e palavras que pessoalizam a página do usuário. Ali estão colocados os gostos e preferências dos indivíduos, além daquilo que para eles representem ódio, repulsa ou amor e paixão. Uma vitrine, onde o indivíduo se coloca como quer ser visto e/ou percebido pelos demais atores sociais conectados à sua rede. Recuero (2009) salienta que “essas ferramentas, portanto, são apropriadas como forma de expressões do *self*, espaços do ator social e percebidas pelos demais como tal. É unicamente por conta dessa percepção que as redes sociais vão emergir nesses espaços” (Recuero, 2009, p. 28). É importante ressaltar que quando o usuário, por algum motivo não quer ser reconhecido na rede, ele pode se esconder por trás de um perfil falso.

Portanto, observar e analisar as formas de interação e conexão entre os atores sociais no ciberespaço permite ao pesquisador compreender processos que não estariam visíveis de outra maneira. Toda pessoa existente na rede representa um “nó” desta rede. O ciberespaço é também um espaço de construção de impressões. O que o outro pode ou não saber sobre o “eu” que é mostrado. Ribeiro (2005) certifica que é “através da comunicação dos atores no ciberespaço, [...] que a identidade desses é estabelecida e reconhecida pelos demais” (Ribeiro, 2005 *apud* Recuero, 2009, p. 29). Deste modo, observa-se que perfis em redes sociais como *Instagram*, *Twitter*, *Facebook*, dentre outros, apontam para o *self* do ator envolvido e a maneira como ele pode ser percebido pelos demais usuários da rede. Construções plurais do sujeito, apontando para as várias facetas de uma identidade (Recuero, 2009), sempre ligada a vida em aspectos físicos e virtuais mediados por tecnologias da internet (Lankshear; Leander; Knobel, 2015).

O ciberespaço das redes sociais: *Instagram* e *Twitter*, são *lócus* desta pesquisa. Objetivando analisar como a violência política de gênero e raça é expressa nos perfis pesquisados, fez-se necessário o uso da netnografia que:

[...] é uma forma especializada de etnografia e utiliza comunicações mediadas por computador como fonte de dados para chegar à compreensão e à representação etnográfica de um fenômeno cultural na internet. Sua abordagem é adaptada para estudar fóruns, grupos de notícias, blogs, redes sociais, etc. (Kozinets, 2014 *apud* Silva, 2015, p. 339).

Segundo Kozinets (2014) a netnografia possibilita ao pesquisador uma melhor compreensão de conversas, postagens dentre outras formas de se comunicar no ambiente virtual. De acordo com o autor, tal abordagem é recomendada para estudos que só podem ser realizados online. Sendo assim, a análise gira em torno dos perfis de Benedita da Silva, Talíria Petrone, Andreia de Jesus: na rede social *Twitter*. Como já mencionado anteriormente, a escolha pelo *Twitter* deu-se pelo fato de ser um espaço de discussão onde a interação com o público é mais rápida. O interesse reside nas postagens que contenham de forma explícita conteúdo de violência política de gênero e raça praticados contra as interlocutoras em pauta.

As interlocutoras escolhidas para compor essa pesquisa, com exceção de Jô Oliveira, se deram, justamente, por apresentarem em seus perfis um significativo número de comentários violentos, agressivos e racistas, configurando a violência política de gênero e raça que elas sofreram e sofrem no meio virtual. Saliento que a violência política de gênero e raça (VPGR) não ocorre apenas no período de campanha eleitoral, mas acompanha essas mulheres antes, durante e depois do pleito.

Vale dizer que não foi criado perfil alternativo pela pesquisadora, a coleta de dados se deu pelo seu perfil pessoal. Inicialmente, as postagens observadas foram do período eleitoral do ano de 2018 para as parlamentares desta época que pleiteavam uma vaga de deputada federal e de deputada estadual: Benedita (PT), Talíria (PSOL) e Andreia de Jesus (PT). Jô Oliveira (PCdoB), por sua vez, foi a única entrevistada, de modo virtual, por meio da plataforma digital *Zoom*. Nesta última a análise recai sobre a sua fala durante a entrevista. Utilizou-se um roteiro de entrevista semiestruturado³⁶. Foram alguns meses até que a entrevista pudesse ser agendada e concluída.

³⁶ A entrevista semiestruturada consiste em um roteiro com perguntas em que o entrevistado pode discorrer sobre o tema em pauta sem que isso o prenda a indagação inicial. Possibilita ao entrevistador/pesquisador elaborar novas questões ao passo que a conversa/entrevista flui.

Metodologicamente a presente pesquisa ancora-se no método qualitativo, pois para estudar o fenômeno da violência política de gênero e raça, bem como a sub-representação das mulheres negras no campo político brasileiro é preciso lidar com categorias que trabalham as subjetividades dos sujeitos. Nesse aspecto, Chantler e Burns (2015) ressaltam também a relevância na pesquisa qualitativa de lançar um olhar investigativo sobre as condições vividas pelas mulheres nas relações de gênero desiguais, a exemplo das questões raciais e de classe, historicamente silenciadas na produção do conhecimento (Chantler; Burns, 2015).

Dessa forma, essa investigação incide na influência do gênero e da raça, marcadores sociais da diferença, como motivadores de episódios de violência política cometidos contra mulheres negras na internet e fora dela, por meio da ideologia que reforça sua condição de inferioridade. Não à toa essa pesquisa se propôs a lançar um olhar crítico sobre um modelo político institucional no Brasil profundamente conectado com o funcionamento e a manutenção do patriarcalismo e do racismo estrutural (Davis, 2019).

É importante lembrar que além do gênero e da raça, os financiamentos de campanha também operam nos resultados dos pleitos eleitorais, já que continuamos vendo e vivendo uma política composta por homens, que em sua maioria são brancos e oriundos de classes sociais abastadas, sendo raras as exceções nessa arena de luta pelo poder político no Brasil.

4.3 A política tem cor e sexo: mulheres negras e a interseccionalidade de opressões no campo político brasileiro.

É sabido que o território político representa uma extensão do que a sociedade é como um todo, ou seja, misógina, racista e patriarcal. A política é um espaço de disputa violento e hostil as candidatas mulheres. A violência política de gênero e raça começa, portanto, desde o momento em que as mulheres negras entram na disputa dentro dos partidos e é algo que se estende até o próprio financiamento de campanha que, diga-se de passagem, é bem menor do que os destinados aos outros candidatos. Nesse sentido, a violência

Nesse sentido, as informações e respostas não estariam condicionadas apenas a perguntas padronizadas (MANZINI, 1990/1991).

não aparece de forma velada, mas é escancarada. Mulheres negras têm pago altos preços por ousarem romper o silêncio, sair dos bastidores e entrar na cena pública da política brasileira.

Como já venho discorrendo, um dos custos que é pleitear ocupar um lugar na política como representante é a violência política de gênero e raça em que mulheres negras são, constantemente, alvos. Esse tipo de violência não ocorre apenas durante as campanhas eleitorais, mas é algo que se estende para além dela.

Estar na condição de representante política em um corpo de mulher e negro é estar na mira de ataques que vêm de todos os lados. Ataques contra essas mulheres políticas objetivam desencorajá-las ao ponto de não se sentirem à vontade num espaço que deveria ser de todos, pois vivemos numa democracia, ou seria melhor intitular de pseudodemocracia? O que torna o campo político em lugar desconfortável, injusto e inseguro para as mulheres negras, impedindo, portanto, “o alcance de um lugar de poder institucionalizado e a consequente explicitação de suas necessidades” (Almeida; Machado, 2021, p. 399).

Sendo assim, as campanhas eleitorais de 2018 e 2020, para eleições gerais e eleições municipais, respectivamente, foram marcadas por ataques violentos tanto no meio virtual (redes sociais) como fora dele. Em 2020, principalmente, pois estávamos vivendo um momento de crise na saúde mundial³⁷ e nesse período a internet passou a ser um dos principais meios de comunicação das pessoas que estavam na clausura domiciliar. Logo, uma das alternativas para fazer campanha política estava no uso das ferramentas virtuais, tais como *Instagram*, *Whatsapp*, *Facebook* e *Twitter*, para exemplificar as mais famosas e difundidas.

Embora o número de mulheres disputando campanhas eleitorais tenha aumentado ano após ano, ainda temos um longo caminho a percorrer até a conquista da paridade política entre homens e mulheres e esse número se apresenta mais desigual quando a análise recai sobre a questão da raça. Mulheres negras representam um percentual menor dentre os eleitos em todos os pleitos eleitorais há tempos. As eleições de 2018 foram expressivas no quantitativo de mulheres eleitas para a Câmara de Deputados Federais,

³⁷ Refiro-me a pandemia do Coronavírus que causou terror e muitas mortes por todo o globo.

elevando para 50% o número de eleitas quando comparado as eleições do pleito anterior. Em 2014 foram 51 mulheres eleitas e nas eleições 2018, 77 mulheres.

Adicionando a categoria cor da pele, observa-se que em 2014 tínhamos na Câmara dos Deputados Federais 10 mulheres negras e nas eleições seguintes o número aumentou para 13. Embora a representatividade de mulheres negras tenha crescido, o Brasil ainda está muito aquém do ideal de uma sociedade justa e igual.

Nas eleições de 2020 o percentual de mulheres negras que concorreram ao pleito também foi relevante o que denota que essas mulheres almejam e buscam um lugar no campo político; “mulheres negras configuram cerca de 48% das vereadoras eleitas nas capitais”³⁸, o que denota um avanço histórico, considerando a herança brasileira de uma política patriarcal e escravocrata. Faz-se necessário também considerar que, como resultado de lutas sociais, houve de uma evolução no ordenamento jurídico nas últimas décadas, com vista da proteção de mulheres e da comunidade negra na vida política nacional. (Almeida; Machado, 2021).

Em 2020, ganha destaque neste cenário a presença de mulheres negras e trans, como a candidata mais votada em uma cidade como São Paulo/SP – Erika Hilton (PSOL); Curitiba/PR elege a primeira mulher negra para o legislativo municipal – Carol Dartora (PT); defendendo pautas com propostas para a população autista e com deficiência. Dani Portela do PSOL, elege-se a vereadora mais votada do Recife/PE; Tainá de Paula (PT), também obteve votação relevante na capital do Rio de Janeiro; Camila Valadão do PSOL elegeu-se em Vitória/ES com pautas que defendem a juventude e direitos da população negra; Jô Oliveira do PCdoB é eleita a primeira mulher negra na cidade de Campina Grande/PB, com propostas que se ancoram na defesa dos direitos da população jovem, das mulheres negras.

Diante do exposto, observa-se que são os partidos de esquerda, os que mais absorvem ou abrem brechas para a participação das mulheres negras no campo político, a visibilidade e destaque dos partidos tendem a condicionar mais

³⁸ Informações disponíveis em: [Mais mulheres negras na política: conheça oito vereadoras recém eleitas | Comportamento | iG](#) acesso 05.05.2022

ou menos chances de algumas categorias sociais terem chances reais de se eleger (Campos; Pereira, 2022), pois,

[...] é via esquerda partidária que grande parte dos/das políticos/as negros/as se consolidaram eleitoralmente, a despeito da forma ambígua como diferentes agremiações dessa cor ideológica lidam com a questão racial” (Soares, 2009; Rios, 2014 apud Campos; Pereira, 2022, p. 92).

Torna-se mais recorrente a figura de mulheres que defendem pautas progressistas e antirracistas, que demonstram querer uma sociedade mais igualitária, na qual homens e mulheres independentemente da cor de pele possam ter a liberdade de gozar de direitos. Contudo, só o fato de serem mulheres negras, representam boa parte da violência que é perpetuada todos os dias nos espaços sociais e se estendem para o espaço político e, conseqüentemente, nas redes sociais. Isto é, mulheres negras são alvo de episódios violentos e agressivos.

A revista AzMina e o InternetLab elaboraram o projeto MonitorA para acompanhar, à época da campanha eleitoral de 2020, as mais de 20 candidatas baianas que disputavam as eleições, com o intuito de coletar e analisar comentários que eram dirigidos as candidatas durante pleito. Detectaram que oito, dessas mulheres, receberam mensagens ofensivas por meio da plataforma *Twitter*, isso já no primeiro mês de campanha. Outro ponto interessante é que das oito candidatas, seis eram vinculadas a partidos de esquerdas e cinco delas mulheres negras³⁹.

É bom lembrar que os ataques contra mulheres em campanhas eleitorais são sempre direcionados a algum aspecto estigmatizante vinculado ao corpo, à beleza, à sexualidade ou à estética. O curioso e revoltante é que, enquanto mulheres são alvos de ataques estereotipados, homens, quando sofrem algum tipo de ofensa, essas direcionam ao que eles falam e não ao que eles são ou como se comportam⁴⁰. O machismo é um imperativo que deve ser combatido

³⁹ Informações disponíveis em: Candidatas negras são principal alvo da violência política nas redes sociais | Política | iG acesso 05.05.2022

⁴⁰ Ver AzMina vai monitorar violência política contra mulheres nas eleições - AzMina Acesso: 25.07.2022

todos os dias e isso chega a cansar as mulheres, porque não é fácil ter que lidar com tamanha desigualdade dentro dos espaços com a dinamicidade que envolve o debate político.

4.3.1 As redes sociais e os episódios de violência política de gênero e raça: construindo categorias.

A mera presença das mulheres negras no campo político denota uma subversão a invisibilização deste grupo nos espaços de poder (Lima; Silva, 2019). Construir espaços nos quais os vários segmentos sociais possam ter oportunidades iguais de falar e expressar o que desejam ainda é uma realidade distante. O que se observou e observa é que com o passar dos séculos uma parte da população, diria uma parte pequena se levarmos em conta dados numéricos de acordo com o IBGE, é quem detém o poder de falar em nome dos demais. Diante disso, tanto tem-se comentado sobre o lugar de fala de cada indivíduo.

O campo político brasileiro como já venho discorrendo ainda é terra arenosa e hostil ao segmento negro da população do país. Esse segmento não tem de maneira equânime o mesmo espaço de fala que o segmento branco e dentre os fatores que poderíamos elencar aqui está o fato de que o passado de escravidão que ancora a história do Brasil, somado a forma como essa escravidão foi “abolida formalmente” são questões de peso relevante nesta temática. Ter um lugar de fala no campo político é uma ideia que se origina da crítica da representação como foi imposta e da “epistemologia dos subordinados, isto é, da defesa da ideia de que os atores sociais devem falar por si mesmos e de que há diferentes efeitos e verdade a depender de quem fala” (Lima; Silva, 2019, p. 49).

Quando mulheres negras falam é preciso, quase sempre, elevar o tom de voz, no intuito de ser de fato ouvida. E aumentar o tom da voz, objetivando a escuta dos outros significa, dentre outras coisas no campo político, mas um episódio de violência política praticado contra mulheres negras. Estar representante política também tem a ver com está a todo tempo buscando firmar os pés em areia movediça, porque espaço não se construiu como terreno propício a esse segmento.

A violência política de gênero e raça, no entanto, não apenas estão destinadas ao espaço da tribuna e do Parlamento, propriamente dito, ela começa bem antes, nas campanhas eleitorais.

Fiz um apanhado das formas de xingamentos que mais aparecem nos perfis das redes sociais das interlocutoras desta pesquisa. Saliento que não me restringi apenas ao período eleitoral, a saber: as campanhas de 2018 e 2020, por entender que a violência política de gênero e raça vai além destes períodos de acirramento político. Portanto, colocarei aqui mais adiante alguns “prints” das interações dos internautas com postagens nas páginas das mulheres pesquisadas.

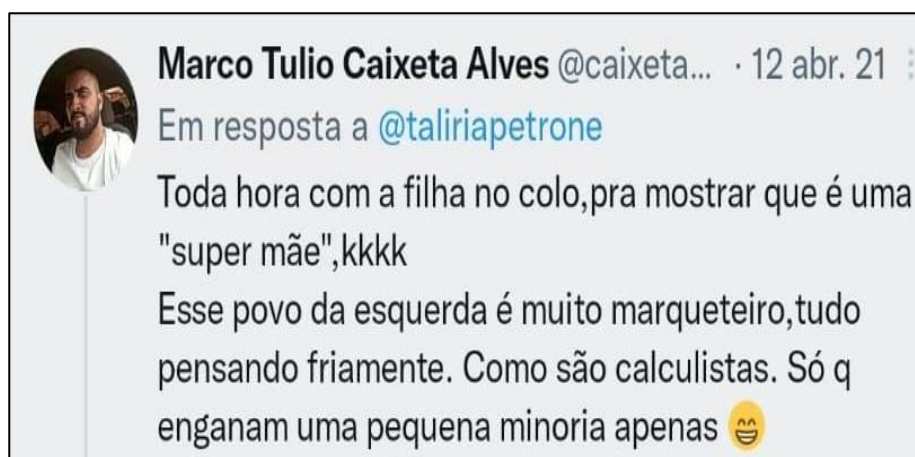
Como se sabe, o cartão de visita de qualquer rede social é uma breve apresentação do dono da página, ou seja, em poucas palavras (já que tudo é contabilizado em caracteres) a pessoa descreve como quer ser vista pelo visitante. Nos perfis de Benedita, Talíria, Andréia de Jesus e de Jô Oliveira há pontos em comum, na forma como elas se apresentam. Todas, enfatizam o fato de serem mulheres negras, com exceção apenas de Andréia de Jesus, que deixa subentendido. Ao afirmarem ser mulheres negras reivindicam um lugar que sempre esteve nas mãos da sua antítese populacional. Talíria Petrone e Andréia de Jesus apresentam seus filhos pelo nome, a política, portanto, também deve ser ocupada por mulheres que são mães.



Fonte: twitter das parlamentares.

É sabido que a maternidade é uma tarefa laboriosa e que, por vezes, impossibilita muitas mulheres de saírem de casa para trabalhar fora. Ser uma mãe no fazer político é denunciar que os papéis sociais não devem ser condicionantes do indivíduo, embora saibamos que conjugar maternidade e trabalho (seja ele em qualquer esfera social) se torna uma carga muito maior para as mulheres. Ou seja, ser mãe impacta de forma negativa na carreira de mulheres, podendo, inclusive, impedir seu progresso nas relações de poder (Vasconcelos; Fialho; Machado, 2017).

Nesse sentido, os estereótipos de gênero tendem a aumentar os atributos relacionados ao homem e seu sucesso no campo do trabalho (Heilman; Okimoto, 2008 *apud* Beltrame; Donelli, 2012). Ou seja, enquanto os homens são percebidos como mais responsáveis para o mundo do trabalho após a paternidade, mulheres, por sua vez, são estigmatizadas, pois considera-se que terão menos compromisso no trabalho.



Fonte: Twitter da Parlamentar.

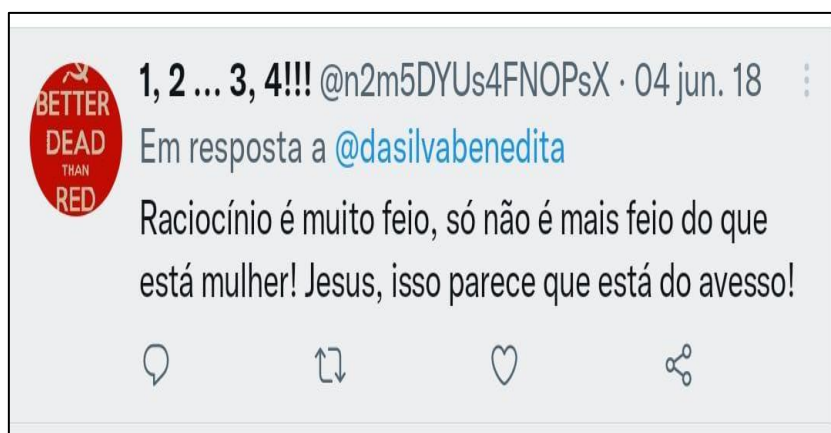
O Twitter acima foi deixado na página de Talíria Petrone, fazendo referência a uma imagem que ela postou junto de outras mulheres e na qual estava com sua filha Moana no colo. A maternidade da parlamentar é questionada como marketing ou estratégia política o que, dificilmente aconteceria se a mesma imagem tivesse sido postada por um homem. Para este último, a paternidade gera engajamento político. Em última instância, trata-se de

uma forma de desqualificar a parlamentar como sujeito político por sua condição materna.

Mulheres de origem humilde, as interlocutoras levantam bandeiras em seus perfis que intentam uma sociedade mais justa e igual, o feminismo e o antirracismo são algumas delas. É fato que essas mulheres representam o resultado da tripla opressão social: gênero, raça e classe. Estar no campo político é uma possibilidade de buscar mudanças para o todo social, consequentemente, para a realidade de outras mulheres negras que almejem um lugar ali. Ou seja, numa

[...] construção que contraria a invisibilidade das mulheres política [...] posicionando-a num lugar de desafio e resistência aos padrões normativos do espaço público e político. (Simões; Amaral, 2020, p. 147).

Diante disso e para a análise dos dados coletados ficar mais didática, organizei os comentários ofensivos nas redes sociais das informantes por categorias em que aparecem no intuito de refletir como essas mulheres são agredidas e violentadas através das redes. Sendo assim, uma primeira forma de violência cometida contra elas gira em torno de aspectos relacionados à beleza e a estética da mulher.



Fonte: Twitter da parlamentar Benedita da Silva

O comentário acima foi postado no *Twitter* de Benedita da Silva, em 2018, ano em que ela se preparava para mais uma campanha para deputada federal. Vemos que traços da beleza da candidata à época são enfatizados como não

estando nos padrões que são considerados como belo e aceitável socialmente. A pessoa discorda do que Bendita fala, mas faz questão de destacar que a falta de beleza não está só no que a candidata havia dito, mas faltava beleza nela. Ao meio político padrões de beleza não deveriam importar, mas, infelizmente, estamos falando de uma sociedade que rotula e estigmatiza mulheres, atacando sua aparência física, modos de se comportar e agir. Isto é algo que tem se potencializado no espaço político brasileiro.

Em um post de Talíria Petrone, um internauta que discorda de sua posição em questões relacionadas à política, ao invés de questionar o posicionamento com argumentos que acrescentem, desfere comentário que faz menção à sua aparência física quando comparando-a a um gorila.



Fonte: Twitter da parlamentar Talíria Petrone



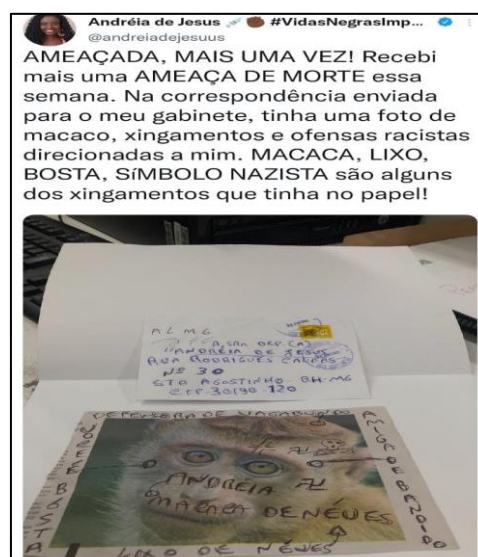
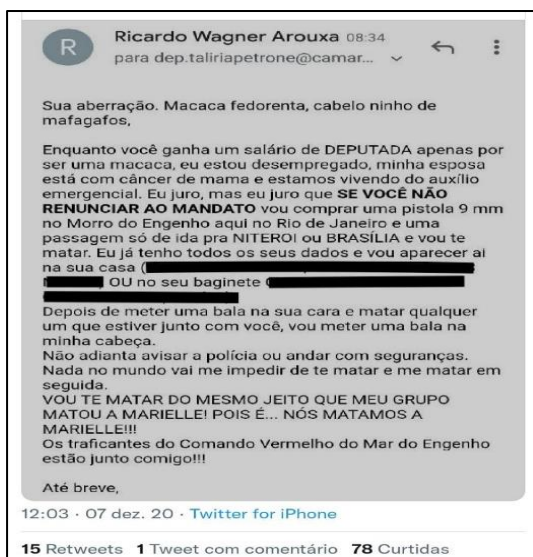
Fonte: Twitter da Parlamentar Talíria Petrone

Há vários posts e comentários no *Twitter* de Talíria onde aparece esse meme⁴¹ que compara a imagem dela a imagem do personagem “Coalhada”, interpretado pelo ator Chico Anysio. Coalhada é um futebolista estrábico, com cabelos cacheados e volumosos. Aqui, observa-se, mais uma vez, que uma forma de ataque a mulher tanto em campanhas eleitorais quanto depois de eleitas direciona-se à sua aparência, ou seja, à beleza, estereotipando e rotulando mulheres de acordo com padrões sociais impostos. Este tipo de violência política de gênero está inserido no campo da violência sexual.

A violência política de gênero e raça tornou-se um dos principais entraves para a vida política de uma mulher preta. Não é à toa que algumas desistem desse mundo público por querer preservar sua saúde mental e integridade física. Temos um caso, ainda não solucionado de violência política de gênero e raça que tomou destaque nacional, refiro-me ao assassinato da vereadora do Rio de Janeiro, Marielle Franco (PSOL), em março de 2018. Uma tragédia que segue sem resolução, mas que representa até onde a violência política de gênero e raça pode ir.

As ameaças de morte são constantes para parlamentares como Talíria Petrone e Andreia de Jesus. Ambas receberam “recados” cujo intuito era de intimidar e ameaçar suas vidas. O recado destinado a Talíria Petrone veio através de um *e-mail*, já o que se dirigiu a Andréia de Jesus, num envelope que foi entregue em seu gabinete na Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Abaixo, o conteúdo das mensagens que foram publicadas nas redes sociais das parlamentares, sendo inclusive, um deles postado pela ex-deputada federal Áurea Carolina (PSOL/MG) em apoio à Talíria.

⁴¹ O termo meme se originou na Grécia e significa imitação. Na internet, ele é bem difundido e tende a “viralizar” informações que circulam no ciberespaço. O meme pode ser uma imagem, um vídeo, música, frase. Geralmente os memes são usados para fazer piada de algo ou alguém, caracterizando um aspecto negativo do mesmo, porém, já existem campanhas publicitárias que utilizam memes como forma de atingir o seu público alvo. <https://brasilecola.uol.com.br/curiosidades/memes.htm> acesso: 12.04.23.



Fonte: Twitter das parlamentares Talíria Petrone e Andréia de Jesus.

O conteúdo dessas mensagens não deixa dúvida sobre as perseguições políticas sofridas por essas mulheres. Na mensagem enviada para Andreia de Jesus, além da ameaça de morte, observa-se também comentários racistas, xingamentos e o símbolo do nazismo. Ela, inclusive, por um tempo precisou de escoltas policiais objetivando preservar sua vida. Para Talíria, a mensagem parece ter vindo de uma pessoa que passava por alguns problemas e que aponta para a deputada como causadora dos mesmos. Relata que vai matá-la e a forma como o fará, detalhando com frieza o que irá acontecer. Ao término assinala que foi o seu grupo que matou Marielle Franco.

A deputada Andréia de Jesus comentou sobre essas ameaças sofridas em matéria publicada no site “O Tempo”⁴²:

Nossa presença na política incomoda. O sistema reage, de forma violenta, a essa presença. A grande maioria da população não se vê representada nos espaços de poder, que continuam clubes privados de uns tantos homens brancos, de umas poucas famílias. Mas, aos poucos, vamos encontrando brechas, ocupando espaços e buscando ampliar as frestas para que mais de nós passem também. [...] Também na política, a violência de gênero tem um pressuposto – homens não reconhecem mulheres como seres iguais, o que faz com que elas fiquem mais expostas a ofensas e humilhações – e um sentido – o de nos atirar para fora dos espaços públicos e nos devolver para o âmbito estritamente doméstico. No fundamento dessas ofensas, em mais de um terço dos casos analisados, está presente o

⁴² [subscription-required](#) | O TEMPO acesso: 20.03.23.

racismo, fazendo com que políticas mulheres negras sejam o alvo principal dessa forma de violência. No contexto da pandemia, com muitas atividades realizadas de forma online, temos visto o crescimento de ataques virtuais, com ofensas racistas em comentários, invasões de reuniões, tentativas de roubo de contas. Mesmo no exercício de um mandato parlamentar, me deparo cotidianamente com essas situações, com insinuações e questionamentos sobre a minha legitimidade para atuar nesse espaço, tentativas de me intimidar. Sabemos que a institucionalidade por si mesma não nos protege, inclusive porque, em muitos casos, os autores dessas violências também estão nos espaços de poder (Andréia de Jesus, O Tempo, 2020).

O discurso da deputada estadual corrobora a denúncia feita por outras mulheres negras, a saber: o alastramento da violência política de gênero e raça é usado, sobretudo, para impedir que mulheres consigam entrar e se firmar no campo político institucional, silenciando essas mulheres e destruindo a democracia.

A fala, dependendo de quem a proferir, será ou não tolerada. Para as mulheres políticas, falar é um ato puramente político, pois o que mais se observa são parlamentares homens tentando calar essas vozes nas sessões e nas plenárias. Nas redes sociais não é diferente, as agressões, intimidações, ameaças, ou seja, as várias formas de violência simbólica, pela qual mulheres parlamentares passam, muitas tecem comentários agressivos sobre o modo de falar dessas mulheres.





Fonte: Twitter da parlamentar Talíria Petrone

Talíria Petrone, junto com mais algumas parlamentares de esquerda foram acionadas à investigação no Comitê de Ética da Câmara Federal. No post, Talíria aparece com as parlamentares e chove de comentários que deslegitimam a fala dessas mulheres, afirmando que elas “tagarelam muito”, “só gritam feito desesperadas”, “tumultuam as sessões”. Além dos comentários que volta e meia tocam em estereótipos estigmatizantes ligados ao corpo ou a aparência, como: “tudo desprovida de beleza”, “horríveis, feias, sem classe”. A cultura ocidental, infelizmente, ainda não está preparada para ouvir as vozes das mulheres em espaços de poder e teima em manda-las calar a boca, algo que contribui para desqualificar as suas qualidades como sujeitos na arena política (Simões; Amaral, 2020).



Fonte: Twitter da parlamentar Talíria Petrone

Infelizmente a violência política permeada por marcadores de gênero e raça é uma barreira à participação política de mulheres, em face do histórico tratamento diferenciado e negligente direcionado à mulher negra nas instituições de poder na sociedade brasileira (Assis, 2008)

Intimidações e as mais variadas formas de desacreditar e minimizar os fatos, pelos quais essas mulheres passam, tem um único objetivo: impedir que mais mulheres almejem fazer parte dos espaços decisórios do poder político.

Benedita da Silva, quando escreve sobre “As violências estruturais na trajetória de uma mulher negra”, texto que compõe a obra organizada por Manuela D’avilla e que versa sobre relatos de violência política de gênero no Brasil, afirma que “o ódio, o machismo, o racismo, eles sempre existiram em nossa sociedade. E, também, sempre cruzaram meu caminho” (Silva, 2022, p. 33). A parlamentar conclui que na contemporaneidade essa “tríade de violência” conseguiu mais um aliado, que seria as redes sociais. Segundo Benedita, a internet facilitou muitas coisas, mas da mesma forma que trouxe coisas positivas, também trouxe questões negativas porque:

[...] encorajou muitas [pessoas] a dar transparência a seus pensamentos preconceituosos. E, nesse processo de violência, as mulheres são o alvo principal. As mulheres negras, por exemplo, são as maiores vítimas de feminicídio. [...] Mulher, preta, vinda da favela, infelizmente fui e continuo sendo alvo do ódio alheio (Silva, 2022, p. 34)

A parlamentar comenta que o racismo, o preconceito, a intolerância, geralmente são incubados e na primeira oportunidade são expressos, mesmo um país inteiro afirmando que não existe tais formas de exclusão e discriminação social. Ela narra um episódio no qual ao entrar na Câmara dos Deputados e dirigir-se aos elevadores, o funcionário informa que aquele espaço era só para deputados, então ela responde: “Que bom, aqui é o meu lugar” (Silva, 2022, p. 38). A fala de Benedita em relação ao funcionário diz muito sobre o preconceito e as barreiras que são impostas as mulheres pretas no meio público da política, pois numa sociedade onde o racismo está arraigado nas instituições e estruturas, elas precisam estar (re) afirmando que também pertencem ao lugar.

Fato semelhante ao que aconteceu com Benedita da Silva, ocorreu com a vereadora campinense, Jô Oliveira, que ao chegar à Câmara de Vereadores

de Campina Grande/PB foi interceptada por um funcionário da segurança que era novato no trabalho. Ele indagou quem seria ela e para onde iria e Jô responde: “Sou vereadora, querido, e estou devidamente identificada, então, como assim, para onde eu vou?” (Jô Oliveira, entrevista 20.04.2023).

Talíria comenta em seu texto “Até que todo corpo de mulher seja livre”, que a política institucional no Brasil é algo perigoso de fazer, ainda mais enfrentando as elites, que estão acostumadas ao poder. Ela fala que no seu mandato de vereadora em Niterói, em sua primeira reunião era a única mulher em meio a vinte homens na sala. Na ocasião, teve que aguentar em silêncio, comentários misóginos dos parlamentares que lá estavam. Segundo ela, não teve forças para pedir respeito. Observa-se que a figura da parlamentar, assim como de tantas outras mulheres, incomoda. Não à toa que, além do preconceito racial, é comum se criar um ambiente no parlamento de “normalização” da desqualificação da mulher negra.

Sendo minoria das minorias, Talíria Petrone é vítima constante de ataques racistas, muitos deles, como já coloquei, oriundos das redes sociais. Ela coloca alguns dos insultos que recebeu por meio da rede social *Facebook*, desde os primeiros meses de mandato como vereadora: “negra nojenta”, “volta para senzala”, “puta”, “vagabunda”, “se encontro na rua dou paulada”, “merece uma 9 mm na nuca, essa safada”, “tem que morrer, desgraçada”, “precisa de um pau grosso e que doa muito” (Petrone, 2022, p. 191), são alguns exemplos de xingamentos que ela recebeu. Com a morte de Marielle, ela diz, “as mensagens que passaram a chegar extrapolaram ainda mais o tom”: “essa é a próxima a ter a cara furada”; “você merece morrer com um tiro na cara para estragar o velório, macaca fedorenta”. “O nível de violência só piorou de lá para cá” (Petrone, 2022, p. 191), enfatiza.

São inúmeros os episódios de violência política de gênero e raça pelo qual mulheres negras passaram e passam. Um sistema violento cujo objetivo é de enfraquecer essas mulheres até que elas desistam de competir e buscar representar o seu segmento social. Para ilustrar, temos o exemplo da ex-deputada federal, Áurea Carolina (PSOL), que optou por se afastar desse universo hostil e de aniquilação simbólica das mulheres negras.

Áurea comenta em um texto publicado no livro “Sempre foi sobre nós” (2022) um episódio de assédio sexual pelo qual passou na Câmara dos

Deputados Federais, na ocasião um parlamentar senta-se ao seu lado e põe a mão em sua coxa. Ele falava como se nada estivesse acontecendo, “com aquela mão nojenta no meu corpo. Fiquei paralisada por alguns segundos, incrédula, e tive a reação de empurrar a mão dele” (Áurea Carolina, 2022, p. 29). Áurea reage afirmando que ele não pode fazer aquilo e informa que o parlamentar se faz de desentendido chegando até a questionar: “Isso o quê?” (Áurea Carolina, 2022, p. 29) e de forma dissimulada dizia não entender porque ela estava tão chateada, chegando ao ponto de chamá-la de louca. A parlamentar não denunciou o ocorrido à época, pois previa um enorme desgaste.

A saída de Áurea Carolina do parlamento, corrobora o argumento de que a política institucional no Brasil é violenta, sobretudo para as mulheres negras. Ela comenta que permanecer no cargo era muito mais difícil do que conseguir eleger-se. Seu adoecimento mental veio com sentimento de culpa de ser a mulher negra que não estava conseguindo ultrapassar os impedimentos à sua representação. Depois percebeu sua desistência não como fracasso, mas como missão cumprida e ninguém é obrigado a se violentar⁴³. Como ela, existem inúmeras outras mulheres que adoecem todos os dias por conta de um sistema que tenta a todo momento coibir sua presença e participação política.

Neste espaço mostrei como a violência política de gênero e raça é crucial para o afastamento das mulheres negras do campo político, se tornando uma das principais causas desse distanciamento e que o meio virtual, isto é, o ciberespaço é terreno fértil de disseminação do medo e do ódio perpetrado contra essas mulheres. O discurso de ódio consiste em “prática social que reutiliza da linguagem e da comunicação para promover violência aos grupos, classes e categorias, ou ainda, a sujeitos que pertencem a estas coletividades, [...] (Santos; Silva, 2016, p. 05).

E como tudo na internet é potencializado, o discurso de ódio nas redes sociais “realiza-se pautado em estereótipos e estigmas sociais como se fosse uma disputa na qual quanto mais odioso o discurso, mais aceito e prestigiado é o emissor por grupos de pessoas que compartilham de suas ideias” (Quadrado; Ferreira, 2020, p. 422). Como vimos, os comentários carregados de ameaças, xingamentos, agressões verbais e etc., não eram feitos por uma só pessoa, mas

⁴³ Como a violência impacta saúde mental e afasta mulheres da política - Mina (uol.com.br) acesso: 20.01.23

por muitas outras que compactuam com essa postura hostil e violenta, o que ratifica o argumento acima.

Diante disso, é possível afirmar que a violência política praticada contra as mulheres negras analisadas aqui nesta pesquisa, manifesta-se em sua forma simbólica, no meio virtual, podendo ser distribuída em tipo e/ou categorias, são elas: as que atacam aspectos ligados ao corpo, à beleza e/ou aparência; as que se vinculam a posição partidária e ideológica; as que são ligadas a competências e comportamento e as de cunho eminentemente racista. No primeiro caso, um dos comentários que mais se destaca é o “feia”. “Esquerdopata”, “comunista”, “jumenta militante”, “petralha”, “ladra”, “apoiadora de bandido”, “lixo”, são os mais citados no segundo caso.

Na tentativa de silenciar essas mulheres e desacreditá-las, o xingamento mais colocado é o de que elas são “burras”, “éguas”, “vagabundas”, “barraqueiras”, “incompetentes”, “problemáticas e mal resolvidas”, “retardadas”, “falsa, dissimulada”. Enfim, são alguns exemplos de xingamentos que giram em torno da competência e do comportamento das interlocutoras.

Termos como “gorila” e “escrava fedorenta”, são os que mais se destacam quando classificamos como racismo. Vale destacar que em muitos episódios esses xingamentos se cruzam, enquanto um perfil chama de “gorila”, no mesmo post, outro xinga de “burra” e/ou “vagabunda”, etc. O que concluímos disso? Que mulheres negras em espaços de poder incomoda a estrutura vigente e para se combater uma ameaça o caminho encontrado é ameaçar de volta.

Infelizmente, enquanto o ambiente da política institucional não proporcionar equidade e, conseqüentemente, uma maior abertura à participação política das mulheres negras, estaremos fadados a incompletude do sistema democrático brasileiro, dada a sua lenta inserção na política, impedindo o acesso, o alcance e a permanência nos espaços de poder institucionalizado (Almeida; Machado, 2021).

4.4 Jô Oliveira e a política: a mulher negra em movimento

Depois de ter me debruçado sobre as formas com que a violência política de gênero e raça tem se manifestado nas redes sociais, reservei este espaço para tratar de assuntos que perpassam o corpo da mulher negra em movimento

no campo político. Aqui, o debate gira em torno do discurso da vereadora campinense, Jô Oliveira.

Dentre as interlocutoras desta pesquisa, a análise sobre a presença de Jô Oliveira no campo político, se deu através de uma entrevista que aconteceu em dois momentos. O primeiro momento ocorreu em meados de janeiro de 2023 e a segundo aconteceu em abril do mesmo ano.

Abordarei alguns temas que estão ligados ao mundo público da política e em como a mulher negra se movimenta neste campo. Temas como: a construção da imagem pública enquanto uma das principais ferramentas para angariar votos; violência política de gênero e raça e a importância das redes sociais em campanhas eleitorais estão no roteiro.

É sabido de todos que a imagem pública é algo primordial para a vida política de um parlamentar depois de eleito, mas que esse processo tem início bem antes da sua chegada ao parlamento. Construir uma imagem passível de ser eleita é o objetivo de todos que pleiteiam a vitória nas urnas. Uma imagem pública “é construída a partir de um conjunto de propriedades estáveis capazes de identificar aquilo que [o] sujeito representa” (Barbosa, 2006, p. 04). Não é somente os aspectos visuais que compõem a imagem pública, porque no geral, é o discurso e as ações que são cruciais a formação de uma imagem pública aceitável (Barbosa, 2006).

No caso de Jô Oliveira, sua imagem pública foi atrelada, inicialmente a escolha do nome. Isto é, de como ela seria conhecida pelos possíveis eleitores em dimensões discursivas na conjuntura de disputa de poder e por reconhecimento político.

Ela informa que cogitou-se chamar de Jô Maria, mas que depois acabou ficando o Jô Oliveira. Foi algo que começou na primeira campanha para vereadora disputada no ano de 2016. Jô trabalhava na assessoria da deputada estadual à época, Estela Bezerra (PT/PB), quando seu nome começou a ser pensado para concorrer a campanha municipal em Campina Grande/PB.

Segundo a interlocutora, já havia tempo que fazia militância junto à população, sobretudo a população jovem. Então ela destaca: “[...] a imagem pública foi gestada a partir do nome. E é bacana, porque é muito dessa coisa da identidade, né?” (Jô Oliveira, entrevista 20.04.23). Como pode inicialmente compreender, a condição de ativista política de Jô Oliveira nos meios sociais

juvenis foi fundamental como ponto de partida para se apresentar à ocupação de espaço no legislativo municipal.

A parlamentar salienta ainda que também trouxe a identidade racial para compor sua imagem pública,

Depois a gente entendeu que precisava explorar essa coisa da identidade racial, mas ao mesmo tempo também fazer uma crítica em torno dessa questão, né? Do quanto a gente não desperta *pra* isso. Então, a segunda coisa que eu tenho memória que a gente fez e também foi de forma coletiva. Foi essa questão, por exemplo, do slogan de campanha que é o que a gente usa inclusive até hoje. [...] agora é a cor de Campina ou a cor da Paraíba, né? Uma coisa assim porque tem a história do acorde que remete às questões culturais. Tem a questão do acorde no sentido, mesmo despertar, de refletir sobre e tem a história mesmo, a cor de Campina, que aí foi muito bacana (Jô Oliveira, entrevista 20.04.23).

Observa-se que o *slogan* de campanha usado por Jô Oliveira problematiza o espaço da mulher negra e do corpo negro como condição necessária do processo de disputa política. As bandeiras levantas direcionam-se para a criação de uma identidade. “Agora é a cor de Campina ou a cor da Paraíba” traz como pano de fundo também chamar a atenção para a assimetria no acesso e no exercício do poder político, a partir de critérios de classe, gênero e, sobretudo, raça. Sobre essa questão Miguel reforça que, faz-se necessário reconhecer a existência de um:

[...] ciclo de realimentação, em que os prejudicados pelos padrões de desigualdade têm maior dificuldade de se fazer representar [...] e, ao mesmo tempo, sua ausência nos processos decisórios contribui para a reprodução desses padrões” (Miguel, 2014, p. 301).

É clara a intersecção de classe, gênero e raça quando ela fala que é uma mulher, preta, filha de trabalhadora doméstica e que se politizou e teve noção do racismo que já sofreu quando entrou na universidade. Para as mulheres negras, que pertencem, ao mesmo tempo, a três categorias alvo de opressões sistemáticas ao longo dos séculos, exige-se uma articulação constante entre mecanismos de inclusão, a partir da intersecção entre, classe, gênero e raça. (Almeida; Machado, 2021).

Nesse sentido, é importante destacar essa questão da universidade como espaço de politização dos indivíduos, por que de fato muitos só tomam consciência de quem são e do lugar que ocupam socialmente após a entrada em cursos de nível superior, principalmente naqueles que se voltam aos estudos do social e o humano, com amplas discussões sociais sobre pobreza e violência que afetam de maneira desproporcional as mulheres.

Quando indaguei sobre a violência política perpetrada nas redes sociais, Jô Oliveira menciona que sempre vai haver os “*haters*”⁴⁴ e que já houve momentos em que sua fala foi desdenhada com mensagens do tipo: “já chegou ela para falar que é preta”, “lá vem o mimimi” (Jô Oliveira, entrevista 20.04.2023).

Essa questão só corrobora o argumento de que a sociedade ainda é resistente a discutir temáticas como o racismo estrutural que alicerça o preconceito e a discriminação de pessoas pretas e que o destaque de uma mulher negra no meio público tende a incomodar ao ponto de tentarem deslegitimar sua fala, postura e convicções. Contudo, mesmo com episódios como esses, Jô enfatiza que sofreu menos violência política nos meios virtuais do que no dia a dia da campanha e/ou de mandato:

Foi um ambiente que a gente menos sofreu. Inclusive eu acho que, do ponto de vista mais da abordagem, dessa relação com outros candidatos que não querem que você ocupe, por exemplo, mesmo palanque, que vão criando estratégias para você não ser essa figura que apareça, sabe” (Jô Oliveira, entrevista 20.04.23).

O relato da interlocutora ratifica o argumento de que mulheres negras em espaços hegemônicos de poder incomoda porque não é algo que a sociedade esteja acostumada, pois “as mulheres negras foram historicamente alijadas dos espaços fundamentais de decisão política” (Costa, 2021, p. 34), haja vista que no

⁴⁴ *Haters* vincula-se as pessoas que se escondem por traz de perfis nas redes sociais para destilar ódio que sentem em relação a outra pessoa. Todo esse ódio manifesta-se em forma de comentários depreciativos, *memes* e etc. em inglês a palavra quer dizer “odiador”. Disponível <https://www.dicionarioinformal.com.br/hater/> acesso: 20.05.23.

[...] modelo normativo atual, não foi encontrada disposição específica para fomentar a participação política da mulher negra, o que pode gerar assimetrias nas esferas da igualdade de gênero e racial. (Almeida; Machado, 2021, p. 416).

Apesar disso, Jô Oliveira vê como um avanço ter sido sancionada a Lei 14.192/2021, que estabelece normas direcionadas a prevenção, combate e repressão da violência política praticada contra as mulheres. Ela menciona que antes não se tinha tanta discussão sobre o assunto e que ter um dispositivo que coíba a prática da violência política é um ganho para as mulheres, embora saibamos que o caminho ainda é longo e, por vezes, doloroso.

A violência política de gênero é, na verdade, uma extensão da violência de gênero praticada nas outras esferas sociais e que se estenderam para o campo político, uma vez instalada neste campo, ela se manifesta das mais variadas formas. O artigo 3º da Lei 14.192/2021 define a violência política de gênero.

Considera-se violência política contra a mulher toda ação, conduta ou omissão com a finalidade de impedir, obstaculizar ou restringir os direitos políticos da mulher. Parágrafo único. Constituem igualmente atos de violência política contra a mulher qualquer distinção, exclusão ou restrição no reconhecimento, gozo ou exercício de seus direitos e de suas liberdades políticas fundamentais, em virtude do sexo (Brasil, 2021, p. 01).

A forma de manifestação de violência política de gênero mais difundida, a meu ver, é tentar impedir as mulheres de falarem, de se expressarem, numa clara tentativa de silenciamento. Isso acontece quando outro parlamentar aumenta o tom de voz, no intuito de sua fala se sobressair a fala da mulher que discursa, ou debochar quando essa mulher está com a palavra.

Enfim, manifestações que objetivam impedir que uma mulher exerça seu mandato com dignidade e com voz. Jô Oliveira relata que já sofreu esse tipo de violência. Ela comenta que, num primeiro momento, quando ainda não tinha noção que seria violência política de gênero, entendia os episódios como amostras de machismo e racismos. Talvez tivesse sido interrompida porque o fulano não concordava com sua posição política, ou isso foi o machismo estrutural. O fato é que a violência política de gênero e raça atinge mulheres

negras em seu corpo e em seu psicológico também. Sobre isso enfatiza a parlamentar que quando uma mulher negra fala:

[...] querem ridicularizar a nossa ação, querem desmerecer o que a gente está dizendo. Querem obstruir, inclusive a nossa mobilidade no espaço. E o racismo que a gente enfrenta [...] faz parte desse processo de violência política, de gênero [...] eu digo que é muito importante a gente ter uma legislação como essa. Até para que a gente vá, é, se não reduzindo a hostilidade que há nesse espaço, mas que de algum modo possamos ficar amparadas” (Jô Oliveira, entrevista 20.04.2023). [...]

Vale salientar que “no mercado de disputas eleitorais, [as mulheres negras] são as que apresentam maiores dificuldades para converterem suas campanhas em votos efetivos, sendo eleitas” (Costa, 2021, pp. 13-14). E a violência de gênero e raça contribuem significativamente para isso, como decorrência do racismo estrutural que permanece em nossas raízes socioculturais e se reflete nas instituições políticas. (Almeida; Machado, 2021).

A reflexão sobre as mulheres negras na cena pública também passa pela questão de que mulheres ainda não são enxergadas como sujeitos políticos em potencial. Ou seja, o corpo feminino não foi pensado para o exercício da política. É um corpo que se destinou ao espaço privado, resultado de uma sociedade que se sustenta nos alicerces do racismo estrutural e do patriarcado.

Em outras palavras, a cultura ocidental ensinou as mulheres a executarem tarefas que em nada se liguem a vida pública, obrigando-as a permanecerem nesse lugar durante muito tempo, numa estrutura marcada pela restrição ao ambiente doméstico, ao casamento, aos filhos e as atividades do lar. (Porpino; Machado, 2020). Desse modo, romper os grilhões que aprisionavam mulheres ao espaço privado não tem sido tarefa fácil, mas já é um progresso termos uma legislação que objetive amparar essas mulheres na vida pública.

No entanto, é bom destacar que mulheres negras já frequentavam os espaços fora da casa, mas como sujeitos invisíveis na maioria das vezes, já que as funções que lhes cabiam eram consideradas inferiores perante o todo social, como resquícios deixados pela escravidão no Brasil.

Enquanto o movimento feminista hegemônico, a partir do século XX, organizava-se para a reivindicação do direito à ocupação do mercado de trabalho, as mulheres negras sempre estiveram

presentes como força laboral ativa. Na realidade, a condição principal delegada à mulher negra, escravizada ou livre, foi a de trabalhadora (Loureiro, 2021, p. 14).

Nesse sentido, não é estranho quando Jô Oliveira comenta que mulheres só entram na política, geralmente para substituir alguém que não pôde candidatar-se, principalmente quando falamos de famílias oligárquicas, o que se tornou prática comum. “[...] no caso das mulheres pertencentes às oligarquias, para substituir os seus, quando eles estão impossibilitados por algum processo, quando eles não podem concorrer, para não perder outro mandato” (Jô Oliveira, entrevista 20.04.2023).

O fato é que essa cultura política onde apenas uma parcela da população é percebida como integrante dos espaços de poder gera um déficit nas próprias mulheres negras que são propensas a não se enxergar como sujeitos políticos:

A gente nunca é pensada como possibilidade e no meu lugar de mulher preta, filha de uma mulher negra, trabalhadora doméstica [...]. Então nunca passou pela minha cabeça [...] (Jô Oliveira, entrevista 20.04.2023).

E é nesse momento que ela justifica ter resistido inicialmente a se lançar candidata, mas que depois e, devido sua experiência com grupos de jovens e movimentos sociais, aceitou o desafio de enfrentar a histórica cultura de exclusão das mulheres negras na política da Paraíba.

Quando Jô relata que ouviu algumas pessoas dizerem que ela falava bem, fazendo menção a sua oratória, entendo que isso é resultado desse processo de classificação dos indivíduos, onde falar em público não foi algo que tinha a mulher como personagem: “A gente ter que estar provando também a nossa capacidade o tempo inteiro. Então eu já fiquei assim, será que dou conta, será que consigo?” (Ibidem). Assim, ela narra, quando perguntei se estava em seus planos tornar-se política. Ressalta que “não fazia e nunca fez parte do meu projeto de vida” (Ibidem), mas que abraçou e hoje segue na jornada de luta pela ampliação da representatividade feminina.

Retomando sobre a questão do papel das redes sociais, a parlamentar diz costumar semanalmente soltar boletins sobre suas demandas políticas daquela

semana. Esses boletins vão em forma de áudio em grupos de *WhatsApp*, o objetivo é proporcionar uma política com transparência. “É um caminho, inclusive, de prestação de contas” (Jô Oliveira, entrevista 20.04.23), afirma.

É perceptível na narrativa de Jô que esse processo de gravação de áudios para prestar conta à comunidade também funciona como estratégia política, já vislumbrando momentos posteriores da vida pública. Ela comenta que:

[...] numa conversa que está querendo convencer o vizinho a votar, que não conhece, ó, mas sabe esse problema em algum momento a nossa candidata. E claro né, elas [redes sociais] têm um papel fundamental quando a gente pode [...] fazer esse caminho todo aí que a gente precisa para garantir o voto (Jô Oliveira, entrevista 20.04.23).

Apesar dos inúmeros episódios de violência política pelo qual muitas mulheres passam no espaço das redes sociais, não podemos negar que o mundo virtual, quando bem utilizado é capaz de alavancar imagens, pessoas, empresas. O ciberespaço é também espaço de sociabilidade e relações sociais, como já frisei. Então a rede social pode agregar valor, porém pode destruir a vida de uma pessoa. Segundo Jô, elas são importantes, mas é preciso cuidado ao manuseá-las. “Tem muita coisa aí que a gente tem que ter o cuidado, mas elas são importantes” (Jô Oliveira, entrevista 20.04.23).

O assassinato de Marielle Franco, em março de 2018, foi um acontecimento que marcou a trajetória política de muitas mulheres negras, o ápice da violência política de gênero e raça expresso na sua forma física. Todas as interlocutoras desta pesquisa de alguma forma citam esse acontecimento e com Jô Oliveira não foi diferente. Ela relata que estava suplente para vereadora e que recebeu mensagens e telefonemas de familiares preocupados com sua integridade física: “[...] todo mundo ligando, olhe, pelo amor de Deus, tenha cuidado. Ainda não tinha sido eleita vereadora, estava suplente, né? E eles, tenha cuidado!” (Jô Oliveira, 20.04.2023). Ela reflete que há essa insegurança:

Aí tem um efeito muito ruim disso também, né? Porque ao mesmo tempo que a gente diz ser semente de Marielle, até pelo resultado da luta e tal, mas também gera essa insegurança. Inclusive é o que eles esperam, né? Que é exatamente esse afastamento. (Jô Oliveira, 20.04.2023).

Jô Oliveira salienta que as mulheres negras precisam sempre está dizendo o óbvio, reiterando a importância desse segmento da população estar presente nos espaços de poder, mas que isso também é muito cansativo, dada a lentidão e o sentimento de desânimo ao reconhecer que pouco tem mudado nessa realidade de profunda desigualdade, em função da omissão do poder público às demandas da população negra, principalmente das mulheres.

Mulheres negras tiveram sua história e lutas silenciadas e apagadas (Costa, 2021), recuperar esse lado da história abrindo espaço para o grito e a voz de mulheres que estiveram em posição de subalternidades durante longo tempo é caminhar para uma sociedade mais justa e menos desigual, onde a democracia possa ser exercida em sua forma mais pura: “[...] a nossa chegada [no campo político] não é no ritmo, na necessidade que a gente tem na sociedade” (Jô Oliveira, entrevista 20.04.2023).

Realmente estamos longe de atingirmos uma democracia plena, até porque ainda é evidente que a política institucional não é inclusiva, ou seja, não representa a sociedade, como em tese deveria ser. E que mulheres negras foram destinadas historicamente a compor uma estrutura de serviços que produzem e reproduzem aspectos da colonização e do racismo e que:

[...] o acúmulo de desvantagens estruturais faz com que a prioridade para a maioria das mulheres negras brasileiras seja garantir a sobrevivência imediata de si e dos seus, em uma sociedade que persiste no classismo, no racismo e no patriarcado. Mas, sobretudo, uma sociedade que impede a emancipação do trabalho feminino negro, mantendo-o vinculado às sólidas relações hierárquicas; [...] (Costa, 2021, p. 15).

Então, adentrar na política como representante, ou seja, como sujeito votável é uma conquista que ainda caminha a passos lentos, embora já tenhamos dados de que o quantitativo de mulheres negras pleiteando um cargo político tenha aumentado, ainda é ínfima a participação dessas mulheres nos espaços de poder. Esse fato é revelador da lenta inserção das mulheres negras na política, como indica Boldrini, em matéria publicada na Folha de São Paulo em 2019:

No Brasil, após as eleições de 2018, as mulheres passaram a ocupar 15% dos espaços for mais de poder. Em relação às mulheres que se declaram pretas ou pardas, na Câmara elas são apenas 2,5%, e, no Senado, 1,2% (Boldrini, 2019, s/p).

Ou seja, números que confirmam os diversos obstáculos enfrentados por mulheres negras, tanto no campo das relações sociais quanto no campo das relações políticas. “Impedindo o alcance de um lugar de poder institucionalizado e a consequente explicitação de suas necessidades” (Almeida; Machado, 2021, p. 397).

Pleitear um cargo na política institucional demanda muito mais de mulheres negras, pois o campo não as naturalizou como pertencentes a ele. E sendo seu oposto, as batalhas são mais hostis, logo, se faz necessário que mais mulheres negras consigam chegar, para que o cansaço que Jô Oliveira diz sentir ao estar sempre reiterando o óbvio, estar abrindo espaço com o cotovelo para que seja vista em um palanque mostrando que as bandeiras que levanta são legítimas, possa ser partilhado e se torne mais leve.

Jô é esperançosa com o futuro da política brasileira, acredita que mais mulheres negras conseguirão um lugar nesse espaço de poder. E que ser a primeira mulher negra eleita vereadora em Campina Grande/PB foi uma forma de abrir novos caminhos: “[...] A gente está causando as fissuras. A gente espera que em algum momento isso. Isso, rache” (Ibidem).

Uma mulher em movimento e que está abrindo passagem para outras tantas mulheres negras que almejem este lugar, é assim que Jô se percebe e se coloca. Em suas palavras:

Eu sei que a nossa atuação, a depender de como a gente se portar, do que a gente produzir, de como a gente se colocar, pode ser um estímulo, né? Para que outras mulheres almejem [...] nós somos essa passagem. Eu costumo muito me colocar nesse lugar, né, de movimento e passagem, [...]. É contribuindo com a história [...] e a gente vai alargando a passagem [para outras mulheres negra] (Jô Oliveira, entrevista 20.04.2023).

Ela comenta, por fim, que é importante arriscar e que se quisermos uma sociedade e, consequentemente uma política mais equânime no debate democrático, será preciso questionar e se colocar neste lugar de ousar buscar seu espaço com a energia propulsora da mudança na histórica estrutura de

inacessibilidade do poder às mulheres negras. Que ela não seja a única mulher negra a ocupar uma cadeira na câmara municipal de Campina Grande/PB, que muitas outras mulheres negras venham requerer seu lugar a partir dessas fissuras na estrutura. E sobretudo, que a sociedade brasileira possa ter um parlamento que reflita a heterogeneidade que a compõe, onde sexo e cor não sejam condições de impedimento para isso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desafio desta tese girou em torno de explicar como a sub-representação das mulheres negras na política brasileira está assentada em bases patriarcais/machistas e racistas, que tem na violência política de gênero e raça, uma de suas principais razões de ser. Além disso, essa sub-representação é, na verdade, a constatação de que falar de mulheres negras na política é, como bem frisou Sueli Carneiro (2019) refletir sobre a ausência.

No decorrer da escrita deste trabalho apresentei que ser mulher no campo político significa, dentre outras questões, estar num espaço que sempre as tratou como intrusas, já que a política, mesmo sendo uma palavra feminina, representa um espaço institucional que é dominado pelo masculino. O homem aqui é entendido como o referente, aquele que controla os espaços de poder. Na esteira desta questão, refleti que a exclusão das mulheres dos espaços políticos foi algo legitimado teoricamente; por exemplo, estudiosos da teoria política moderna não as viam como indivíduos detentores de direitos políticos, alijando-as do contrato formador do Estado moderno. E, como Jessé Souza já disse:

A realidade social não é visível a olho nu, o que significa que o mundo social não é transparente aos nossos olhos. Afinal, não são apenas os músculos dos olhos que nos permitem ver, existem ideias dominantes, compartilhadas e repetidas por quase todos, que, na verdade, “selecionam” e “distorcem” o que os olhos veem, e “escondem” o que não deve ser visto (Souza, 2015, p. 09).

Logo, quando me refiro ao fato de haver uma legitimação teórica para as mulheres terem sido excluídas dos espaços de poder político, meu argumento alicerça-se na tese de Jessé Souza. As ideias dominantes quase sempre são frutos de teorias que foram difundidas socialmente e, enquanto capilarizadas no tecido social tornaram-se naturalizadas nas consciências individuais. Só algo assim para explicar por que o patriarcado que já deveria ter sido superado ainda prevalece tão enraizado, que mesmo que a realidade social tenha mudado, mulheres conquistado direitos que antes tinham sido lhes negado, ainda é palpável na estrutura social uma desigualdade acentuada entre homens e mulheres em muitos espaços.

Ao passo que fui analisando como essas mulheres foram relegadas da arena política, trouxe ao debate a posição e situação das mulheres negras nesse campo. Raça e política no Brasil não são sinônimos, pelo contrário, estão longe de dialogar como deveriam, já que vivemos numa democracia semidireta e participativa, onde o Estado deveria espelhar o seu povo, acontece o contrário na política, esta, é composta em sua maioria por homens brancos. As mulheres negras, por conseguinte, são a antítese do que estamos habituados a ver nos espaços de poder.

Como falar de uma democracia plena, se não temos uma democracia de gênero e raça? No intuito de alcançar respostas para essa questão, comecei a reflexão acerca de como os partidos políticos – representantes da política institucional – absorvem esses sujeitos políticos em seus espaços. A constatação que chego é de que mesmo existindo uma lei que obrigue as agremiações partidárias a abrirem espaço para a entrada das mulheres negras, ainda assim, é evidente a desigualdade de acesso a este campo.

E, quando elas conseguem adentrar, precisam batalhar por se afirmar naquele lugar. Elas precisam adquirir financiamento de campanha, recursos que possibilitem que sejam candidatas capazes de enfrentar uma disputa eleitoral digna. Todavia, se deparam com um espaço sexista e racista. É preciso frisar que a análise recaiu, sobretudo, sobre os partidos de esquerda, pois estes partidos de agenda mais progressistas tendem a “abrir” espaços para a entrada das mulheres negras. Todavia, mesmo sendo agremiações com esse tipo de agenda política, observamos que há desigualdade, racismo e sexismo, que, muitas vezes, não oportunizam que mulheres negras pleiteiem cargos mais elevados, colocando-as em nichos dentro do partido, e até promovendo disputas entre mulheres negras e brancas.

Chego ao capítulo dois discorrendo sobre o movimento negro no Brasil, para tanto, procuro fazer um apanhado histórico do movimento e como as mulheres negras foram se colocando dentro do mesmo até chegarem a construir um movimento próprio, onde suas demandas fossem alcançadas, isto é, colocadas na pauta. Destaco a importância de movimentos tais como: o Conselho Nacional das Mulheres Negras, fundado em 1950, no Rio de Janeiro. Este Conselho é importante para refletirmos sobre o movimento feminista negro aqui no Brasil. Dentre outras pautas defendidas pelo conselho está a de pleitear

condições dignas de trabalho para trabalhadoras domésticas, ofício exercido por mulheres negras, na maioria das vezes. Maria de Lourdes Vale Nascimento foi a fundadora do conselho, assistente social, ativista de causas negras e feminista, sua atividade oferece as bases para o posterior movimento feminista negro⁴⁵.

Mas não só Maria de Lourdes, Laudelina de Campos Melo é considerada uma figura importante para o surgimento do movimento feminista negro no Brasil. Sua luta também girou em torno da defesa dos direitos das trabalhadoras domésticas. Ela militou pela Frente Negra Brasileira e viveu na pele os desmandos de uma sociedade alicerçada no racismo e no sexismo. Logo, podemos concluir que o movimento de trabalhadoras domésticas e o movimento negro estariam interligados, este último teria alicerçado a origem do primeiro. Então,

Foi fundada em 1936 a Associação Profissional dos Empregados Domésticos de Santos pela doméstica Laudelina de Campos Melo, uma militante do movimento negro. A associação tinha pretensão de conseguir se tornar um sindicato, já que este direito era negado às domésticas, que nem tinham todos os direitos trabalhistas assim como os demais trabalhadores e muito menos a regulamentação de sua profissão, o que foi confirmado pela CLT de 1943 (Nogueira, 2017, p. 50).

Vemos, portanto, que o Conselho Nacional das Mulheres Negras (1950) surge, podemos dizer, como uma extensão da Associação criada por Laudelina Melo. As mulheres negras depois da abolição da escravidão já não eram mais escravas domésticas, passaram a ser empregadas domésticas (Souza; Chaguri, 2022), a mudança de termo não mudou a natureza do trabalho e do abuso que sofriam no exercício do ofício. Deixaram a senzala para ocupar o quatinho dos fundos (Souza; Chaguri, 2022).

A discussão acima nos ajuda a pensar que no tecido social brasileiro encontra-se uma ordem cuja base é o racismo. Por outras palavras, é o racismo que estrutura as relações sociais que se processam no interior deste tecido e rege as posições de poder dentro dessa ordem social. Silvio Almeida (2019) nos ajudou a organizar este argumento. Para Almeida, reside no racismo a forma como a sociedade estrutura sua economia, sua política e acrescentaria a cultura.

⁴⁵https://pt.wikipedia.org/wiki/Maria_de_Lourdes_Vale_Nascimento acesso: 15.04.2023. e <https://www.terra.com.br/nos/50-anos-do-conselho-nacional-de-mulheres-negras-e-a-luta-pelos-direitos-das-domesticas>. Acesso: 15.04.2023.

Ele afirma: “o racismo fornece o sentido, a lógica e a tecnologia para a reprodução das formas de desigualdades e violência que moldam a vida social contemporânea” (Almeida, 2019, p. 153). A raça, portanto, é o fundamento da sistemática discriminação propagada pelo racismo.

Segundo Almeida, as instituições sociais são racistas “porque a sociedade é racista” (Almeida, 2019, p. 430). É preciso práticas antirracistas que sejam efetivas para que o racismo possa ser combatido. Porque o racismo deriva da estrutura social e se apresenta de forma concreta nas desigualdades econômicas, jurídicas e políticas (Almeida, 2019).

Quero ainda destacar, no que se refere a análise do racismo e sua relação com o poder que ele está na base de construção dos Estados modernos (Almeida, 2019), move as engrenagens das estruturas estatais e como mencionei acima que o contrato social excluiu as mulheres do pacto formador do Estado, assim também aconteceu com os negros.

[...] o contrato social estabelece o pressuposto moral e epistemológico de uma civilização que, na verdade, se unifica em torno da raça – branca – como critério de pertencimento e normalidade e, ao mesmo tempo, como forma de exclusão de outros povos e culturas (Mills, 1977 *apud* Almeida, 2019, p. 839).

A análise em pauta subsidia o argumento de que se fez necessário um movimento que contestasse a ordem social vigente e o racismo que a alicerça, o movimento feminista negro surge com essa demanda, a saber: impulsionar as mulheres negras para serem protagonistas de sua própria história, ampliando o potencial de debate objetivando provocar mudanças e reconstruir a própria história.

Ao longo deste texto é possível perceber que há uma crescente necessidade das mulheres negras se colocarem e se posicionarem na organização da sociedade, como sujeitos detentores de direitos e, que, portanto, precisam ocupar os espaços sociais e políticos. Essas questões foram postas pelo feminismo negro. Uma discussão que trouxe à baila como a mulher negra se construiu, enquanto outridade, nas palavras de Kilomba (2019).

Ou seja, numa sociedade que tem na sua ordem social a supremacia branca, ser uma mulher negra é ser considerada a outra da outra, porque só o fato de ser mulher já é ocupar a posição de outro em relação ao masculino.

Quando a raça é colocada, formando uma interseccionalidade de opressões, este sujeito passa a ocupar um lugar de outridade. Kilomba (2019) argumenta que a outridade é a forma primária em relação a construção da branquitude.

Então, fez-se necessário que as mulheres negras se autodefinissem, reconhecessem o papel que desempenham na ordem social e se organizassem enquanto movimento social, levantando bandeiras que até o momento tinham sido negligenciadas. Como bem informou Gonzalez, tanto o racismo como o sexismo partem de uma mesma base ideológica de dominação, construído e legitimado, dentre outras questões, pelo processo de colonialismo e hierarquização pelo qual passaram as sociedades ocidentais.

É neste contexto que desenvolvo a reflexão sobre a violência política de gênero e raça no campo político brasileiro. O argumento da sub-representação das mulheres negras tem nas manifestações de violência política um dos principais dispositivos de afastamento dessas mulheres das arenas decisórias. Não é à toa que muitas desistem de atuar nesse campo porque não devem se obrigar a estar em um lugar que, em muitos casos, causam-lhes adoecimento mental.

A análise da violência política de gênero e de raça recai sobre os episódios propagados nas redes sociais das parlamentares. Essas mulheres por estarem envolvidas na política, frequentemente encaram discursos de ódio e ataques nas mídias sociais e outros espaços virtuais. Esses ataques, na maioria das vezes, são violentos, difamatórios e visam intimidar e silenciar esses indivíduos.

Todavia, devo ressaltar, que a violência política de gênero e raça também coloca as mulheres negras como alvo de assédio sexual e chantagem, o objetivo é de minar sua credibilidade e imagem pública. Isso pode ocorrer tanto dentro dos círculos políticos quanto na esfera pública em geral. Ameaças e intimidações fazem parte do repertório de violência política pela qual passam mulheres em contexto de política institucional, mais uma vez quero destacar a forma covarde como foi assassinada a vereadora carioca, Marielle Franco, que se tornou um símbolo da violência política de gênero e raça, manifesta de forma física.

Somados a essas formas de manifestação da violência política de gênero e raça, quero acrescentar a esteriotipação, mulheres negras são, frequentemente, agredidas com comentários vinculados à beleza, à aparência,

à sexualidade e etc. o intuito é desacreditá-las ou marginalizá-las no cenário político. Assim, ancorada na netnografia, procurei organizar em tipos e/ou categorias, conforme ia analisando os comentários na rede social *Twitter*.

Saliento que no processo de análise nas redes sociais também pude ter acesso a relatos das interlocutoras em textos que as mesmas escreveram e relataram o que já sofreram no terreno da violência política. No *Twitter*, rede social utilizada, sobretudo, para discussão on-line dos mais variados assuntos, observei que a vinculação partidária e ideológica de esquerda rendeu as interlocutoras o xingamento de “esquerdopata”, aludindo a algo patológico; a competência e capacidade de atuação política também é algo constantemente atacado na rede social, elas são chamadas de “burras”, “jumentas militantes”, “incompetentes”, “vagabundas”, “barraqueiras”, “dissimuladas”, etc.; no que se refere aos aspectos direcionados a beleza e aparência é o unânime os xingamentos de que são “feias”, alguns comentários eminentemente racistas acrescentam, chamando, por exemplo, Talíria Petrone de “gorila” e “escrava fedorenta”. E, não posso deixar de mencionar as ameaças de morte que algumas delas sofreram.

Essas questões nos levam a refletir que a violência política de gênero e raça objetiva coibir e amedrontar mulheres negras em espaços de poder, perpetuando as desigualdades políticas e os estereótipos construídos socialmente. Por isso, a política institucional ainda é hostil a esses sujeitos sociais que precisam demandar bem mais esforço para adentrarem e se afirmarem no espaço. Considero que a violência política de gênero é, na verdade, uma extensão da violência de gênero perpetrada nas outras esferas sociais e que se ampliaram para o campo político. Uma vez abrigada neste campo ela se manifesta de inúmeras maneiras.

Sendo assim, avalio que as redes sociais desempenham um papel ambíguo no que se refere ao ambiente político. Apesar de terem o potencial de majorar a participação civil, promover a difusão de informações e gerar o debate público, também têm sido arena para a propagação da violência política e da polarização.

Penso que a violência política de gênero e raça no ambiente virtual só poderá ser mitigada quando as plataformas digitais adotarem medidas capazes de combater o discurso de ódio, o racismo, o assédio e as *Fake News*.

Entretanto, nesse processo também devemos levar em consideração a participação do usuário, cujo papel deveria ser o de promover um ambiente mais agradável no ciberespaço, para tanto, precisaria checar as informações que fossem compartilhadas na rede não permitindo que a desinformação fosse perpetuada.

Faz-se urgente uma alfabetização digital no intuito de capacitar os cidadãos usuários responsáveis e com senso crítico tanto no ambiente virtual como no contexto da política. Logo, quando observamos a enxurrada de comentários agressivos/violentos dirigidos as mulheres desta pesquisa no ciberespaço, notamos que a resistência à participação dessas mulheres na vida pública, além de enraizada no racismo estrutural é elemento de um Estado que seleciona e classifica os indivíduos de acordo com as elites dominantes. Infelizmente, “a sociedade parece ter o papel de negar a legitimidade de qualquer tentativa de “crescimento” social por parte [das mulheres negras] sempre enfatizando o “verdadeiro lugar” destas mulheres [...]” (Nogueira, 2017, p. 55).

A trajetória política de Jô Oliveira foi essencial no processo de análise sobre a sub-representação das mulheres negras nos espaços decisórios. Sua fala retratou o que muitas mulheres negras enfrentam em corridas eleitorais. Primeiro, precisam se colocar como um nome votável e, em muitos casos, elas necessitam também acreditar que isso é possível, nem precisamos dizer que é um sistema que não as incluiu e que, portanto, projetou imagens que não são as delas. Fazendo-as crer que o espaço não lhes pertence.

Uma segunda questão a ser levantada é que, quando as mulheres negras derrubam as barreiras que as impedem de caminhar nos espaços de poder, elas ainda têm outros desafios a enfrentar. Por exemplo, ser reconhecida naquele espaço como um sujeito detentor dos mesmos direitos que os demais integrantes e nesse enfrentamento, precisam, algumas vezes, aumentar o tom da voz para que possam ser ouvidas. Friso que sempre há quem queira silenciá-las, impedi-las de expressar o que pensam, num claro exemplo de violência política nos espaços institucionais.

Por ser algo recente, as discussões sobre a violência política de gênero e raça durante muito tempo não eram detectadas dessa forma. A própria Jô Oliveira coloca em dado momento, que era preciso se impor para pleitear espaços nos palanques e/ou nos lugares de discussão política que participou. A

violência política estava nas entrelinhas do machismo e racismo que dificultavam mulheres negras de discursarem e se colocarem como candidatas.

Diante disso, é urgente que tenhamos mais campanhas de conscientização sobre a violência política de gênero e raça, mesmo que já tenhamos dado um passo à frente com a aprovação da Lei 14.192/2021, ainda são necessários debates capazes de fortalecer mulheres negras antes, durante e depois do período eleitoral.

Outrossim, a democracia que vivenciamos foi construída a partir do masculino branco, então para que mulheres negras consigam alcançar uma democracia de gênero e raça o caminho passa por profundas reformas no sistema político. Enquanto persistirem na política as desigualdades de gênero e raça, o patriarcado e o racismo tenderão a ser reforçados e legitimarão o alijamento proposital das mulheres negras desse campo de poder. É necessário, portanto, desnaturalizar, através de debates e pesquisas, a expressiva participação política dos homens, criando um ambiente capaz de absorver os interesses e pautas das mulheres negras. Pois, como explicou Silva (2018),

[...] a própria democracia, enquanto sistema de governo ou enquanto princípio reitor das relações sociais, ainda é algo que somente os homens podem definir e cujas experiências, necessidades e/ou dificuldades são as únicas (ou as mais legítimas) a se considerar, especialmente em anos eleitorais. Afinal, nenhum movimento social levantou a voz para afirmar que “eleições sem mulher [negra] é fraude” (SILVA, 2018, p. 115).

É preciso que a sociedade questione a desigualdade contundente entre homens e mulheres na política, impulsionando o caminho para a democracia progredir e os sujeitos sub-representados politicamente possam conquistar seu lugar. As agremiações partidárias devem ser investigadas objetivando desnudar o racismo e sexismo político existente, proporcionando maior transparência no que se refere as distribuições de recursos financeiros e de cargos políticos. Mulheres negras necessitam deixar os nichos que lhes foram impostos social e politicamente e assumir os lugares que há tanto tempo lhes foram negados, rompendo assim, o sistema de privilégios masculino branco e abastado.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Polén, 2019.

ALMEIDA, J. T. de; MACHADO, R. C. R. Gênero, Raça e Participação Política da Mulher Negra: da Visibilização à Inclusão. **RDP**, Brasília, Volume 18, n. 98, 397-421, abr./jun. 2021, DOI: <https://doi.org/10.11117/rdp.v18i98.5324>

ARRUDA, Ângela [et al]. **Pensamento Feminista Brasileiro** [recurso eletrônico]: formação e contexto. Organização Heloísa Buarque de Hollanda. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

ASSIS, Maria Isabel. Mulheres negras: lembranças do vivido e sentido. In: CARVALHO, Marília Pinto; PINTO, Regina Pahim (Orgs.). **Mulheres e desigualdades de gênero**. São Paulo: Contexto, 2008. pp. 97-113.

AZEREDO, Sandra. Teorizando sobre gênero e relações raciais. **Estudos Feministas**, Florianópolis, ano 2, 2º semestre, pp. 202-216, 1994.

BARBOSA, Diana Teixeira. **Uma análise sobre a construção da imagem pública de Severino Cavalcanti**. Universidade de Brasília. Dissertação de Mestrado, agosto de 2006, 136f.

BARBOSA, Erivaldo Moreira. MACHADO, Charliton José dos Santos. Gênese do direito do voto feminino no Brasil: uma análise jurídica, política e educacional. In: Revista **HISTEDBR On-line**, Campinas, n.45, p. 89-100, mar. 2012.

BRASIL, Presidência da República. **Lei nº 14.192, de 4 de agosto de 2021**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14192.htm. Acesso em: 20 nov. 2021.

BRAGA, Lúcia Navarro. **Tempo de Viver, Tempo de Contar**. João Pessoa: A União, 1996.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo** [recurso eletrônico]. Tradução Sérgio Milliet. – 2. Ed. – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BELTRAME, Greyce Rocha; DONELLI, Tagma Marina Schneider. Maternidade e Carreira: desafios frente à conciliação de papéis. **Aletheia**, 38- 39, Mai./Dez., 2012, pp. 206-217. Disponível: [Aletheia 38-39.pdf \(bvsalud.org\)](#). Acesso: 20 jan. 23.

BENEDITO, Alessandra. A condição da mulher negra no mercado de trabalho brasileiro – uma síntese do processo de exclusão continuada. In: BERTOLIN, P.T.M; ANDREUCCI, A. C. P.T. (Orgs.). **Mulher, sociedade e direitos humanos**. São Paulo: Editora RIDEEL, 2010. p.p 531-545.

BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. **Dicionário didático de Português**. São Paulo, Ática, 1998, p. 952.

BOLDRINI, Ângela. Bancada negra no Congresso é sub-representada em postos de comando. Folha de São Paulo, 16 nov. 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/11/bancada-negra-no-congresso-e-sub-representada-em-postos-de-comando.shtml>>. Acesso em: 2 jan. 20.

BRITO, Maria Noemi Castilhos. Gênero e cidadania: referenciais analíticos. **Revista Estudos Feministas** vol. 9 nº 1 Florianópolis 2001.

CAREIRO, Sueli. **Escritos de uma vida**. Organização Djamila Ribeiro. 1. Ed. São Paulo, Polén Livros, 2019.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: ASHOKA EMPREENDIMIENTOS SOCIAIS; TAKANO CIDADANIA (Org.). **Racismos contemporâneos**. Rio de Janeiro: Takano, 2003. p. 49-58.

CASTELLS, Manuel. Sociedade em Rede. Tradução de Roneide Venâncio Majer. 8. Ed., São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CHANTLER, Khatidja; BURNS, Diane. Metodologias feministas. In: SOMEKH, Bridget & LEWIN, Cathy (Orgs.). **Teoria e métodos de pesquisa social**. Tradução de Ricardo A. Rosenbusch. Petrópolis: Vozes, 2015. pp. 111-120.

CAMURÇA, Sílvia. O feminismo e a situação das mulheres na política. **Revista Articulação de Mulheres brasileiras**. 24 de julho de 2008.

COLLINS, Patrícia Hill. O poder da autodefinição. In.: **Pensamento Feminista Negro**: conhecimento, consciência e a política do emponderamento. Tradução: Jamille Pinheiro Dias. – 1º. Ed. – São Paulo: Boitempo, 2019, pp. 179-216.

COSTA, Andréa Lopes da. Sobre ancestralidades, memórias e resistências: Antonieta de Barros, a primeira mulher negra eleita no Brasil- **A radical imaginação política das mulheres negras**. Ana Carolina LOUREIRO; Anielle FRANCO (Org.). São Paulo, Oralituras, 2021, Fundação Rosa Luxemburgo (Livro em PDF), pp. 11-18.

D'ÁVILA, Manuela. **Sempre foi sobre nós: relatos da violência política de gênero no Brasil**. Rosa dos Tempos, 2022.

DAVIS, Angela. **Mulheres, Raça e Classe** [recurso eletrônico]. Tradução Heci Regina Candiani. 1.ed. – São Paulo: Boitempo, 2016.

DAVIS, Angela. **A democracia da abolição**: para além do império, das prisões e da tortura. Tradução Artur Neves Teixeira. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Difel, 2019.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Revista Tempo**, 2007.

FERNANDES, Florestan. **Significado do Protesto Negro**, 1.ed. – São Paulo: Expressão Popular coedição Editora da Fundação Perseu Abramo, 2017.

FERREIRA, Gonçalo Costa. Redes sociais de informação: uma história e um estudo de caso. **Revista Perspectiva em Ciência da Informação**, v. 16, n. 3, p. 208-231, Jul./Set. 2011.

FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento. **Dilemas da justiça na era pós**, 2001.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos/ organização Flavia Rios, Márcia Lima. – 1º ed. – Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GONZALEZ, Lélia. Racismo por omissão. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 13 de ago. 1983

GOFFMAN, Erving. **Estigma e identidade social**. 1988.

HOOKS, bell. Introdução: aproxime-se do feminismo. In.: **O feminismo é para todo mundo** [recurso eletrônico]: políticas arrebatadoras. Tradução Ana Luiza Libânio. – 1º ed. – Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018, pp. 12-15.

_____. Vendo a Luz: feminismo visionário. In.: **Teoria Feminista** [recurso eletrônico]: da margem ao centro. Tradução Rainer Patriota. – 1. Ed. – São Paulo: Perspectiva, 2019, pp. 19-24.

INSTITUTO MARIELLE FRANCO. **Pesquisa violência política de gênero e raça no Brasil** 2021. Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: [violência política.org](http://violencia.politica.org). Acesso: 05 jan. 2022.

JOHNSON, Allan G. **Dicionário de Sociologia**: guia prático da linguagem sociológica. Tradução: Ruy Jungmann; consultoria, Renato Lessa. – Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

KARAWCZYK, Mônica. **Mulher deve votar?: O Código Eleitoral de 1932 e a Conquista do Sufrágio Feminino Através das Páginas dos Jornais Correio da Manhã e A Noite**. Paco Editorial, 2019.

KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação** [recurso eletrônico]: episódios de racismo cotidiano. Tradução Jess Oliveira. 1º ed. Cobogó, 2019.

NASCIMENTO, Abdias. **O Genocídio do Negro Brasileiro**: processo de um racismo mascarado. 1 ed. – São Paulo: Perspectiva, 2016.

LANKSHEAR, Colin; LEANDER, Kevin; KNOBEL, Michele. Pesquisas de práticas na internet. In: SOMEKH, Bridget & LEWIN, Cathy (Orgs.). **Teoria e métodos de pesquisa social**. Tradução de Ricardo A. Rosenbusch. Petrópolis: Vozes, 2015. pp. 202 – 213.

LEVY, Pierre. **Cibercultura**. Tradução de Carlos Irineu Costa. – São Paulo, Ed. 34, 1999.

LIMA, Andrea Franco; SILVA, Grécia Mara Borges da. “Falando a voz dos nossos desejos”: os sentidos da representatividade e do lugar de fala na ação política das mulheres negras. **REIS**, v.3, n.1, jan./jun. 2019, p. 42-56, Rio Grande.

LIMA, Elizabeth Christina de Andrade. Interseções entre cultura, mídia e política: o uso das redes sociais na campanha de Dilma Rousseff em 2010. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 43, n. 1, jan/jun, 2012, p. 94-111.

LOCKE, J. **Segundo Tratado de Governo**, tradução de Júlio Fischer – São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MACHADO, Lia Zanotta. **Perspectiva em Confronto: Relações de Gênero ou Patriarcado Contemporâneo?** Série Antropologia. Brasília. 2000.

MATOS, Marlise. A violência política sexista, racista e interseccional: mapeando conceitos da violência política contra as mulheres. In.: DAVILA, Manuela (org.) **Sempre foi sobre nós: relatos de violência política de gênero no Brasil.** – 2 ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2022, pp. 2001-220.

MANZINI, E. J. A entrevista na pesquisa social. **Didática**, São Paulo, v. 26/27, p. 149-158, 1990/1991

MARX, karl; ENGELS, Friedrich. **O manifesto do partido comunista**. Tradução de Maria Lúcia Como – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

MIGUEL, Luís Felipe. Democracia e representação: territórios em disputa. São Paulo: Editora Unesp, 2014

NOGUEIRA, Tamis Porfírio Costa Crisóstomo Ramos. Mucama permitida: a identidade negra do trabalho doméstico no Brasil. **Cadernos de gênero e diversidade**. Vol 03, N. 04 - Out. - Dez. 2017., pp. 47-58. DOI: <https://doi.org/10.9771/cgd.v3i4.22482>

NUNES, Cristina. O conceito de movimento social em debate. **Revista Sociologia, problemas e práticas**, n. 75, 2014, pp. 131-147 DOI:10.7458/SPP2014753579.

OBSERVATÓRIO DE VIOLÊNCIA POLÍTICA CONTRA A MULHER. **Cartilha sobre**

Violência Política de Gênero. 2021. Disponível em:

<https://transparenciaeleitoral.com.br/observatorio-de-violencia-politica-contr-a-mulher/>. Acesso: 11 jan. 2023.

PATEMAN, Carole. **O contrato sexual**. Trad. Marta Avancini. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1993.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou o silêncio na história**. Tradução Angela M. S. Corrêa. Bauru: EDUSC, 2005.

PEREIRA, Wescrey Porter; CAMPOS, Luiz Augusto. Tomando partido? A percepção de candidaturas negras sobre os obstáculos e sua ascensão política. In: RIOS, Flavia; CAMPOS, Luiz Augusto; LIMA, Raquel Guilherme de (Orgs.). **Raça e Estado** [Recurso Eletrônico]. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2022, pp. 88-114.

PETRONE, Talíria. Até que todo corpo de mulher, seja livre. In.: **Sempre foi sobre nós**: relatos da violência política de gênero no Brasil. D'Avila, Manuela (org.) 2 ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2022, pp. 187-201.

PINHEIRO, Marina Brito. Sobre a dicotomia público/privado e a exclusão da mulher da esfera pública, artigo apresentado no **Congresso da Associação de Estudos Latino-Americano**. Período de 11 a 14 de junho de 2009, no Rio de Janeiro.

PINHO, Tássia Rabelo. Debaixo do Tapete: a violência política de gênero e o silêncio do Comitê de ética da Câmara dos Deputados. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 28, n. 2 e67271, 2020.

PISCITELLI, Adriana. "Ambivalência sobre os conceitos de sexo e gênero na produção de algumas teóricas feministas", In Neuma Aguiar. **Gênero e Ciências. Humanas, desafio às ciências desde as perspectivas das mulheres**. RJ: Record: Rosa dos Tempos, 1997

PORPINO, Piêtra G. C de Andrade; MACHADO, Charliton J. dos Santos. Gênero e educação na imprensa paraibana (1964-1966). **Research, Society and Development**, v. 9, n. 9, e179997208, 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v9i9.7208>

QUADRADO, Jaqueline Carvalho; FERREIRA, Ewerton da Silva. Ódio e intolerância nas redes sociais digitais. **Revista Katál.**, Florianópolis, v. 23, n. 3, p. 419-428, Set./Dez., 2020.

RECUERO, Raquel. **Redes sociais na internet**. Porto Alegre: Sulinas, 2009.

RISTUM, Marilena. A definição da violência. In: **O conceito de violência de professoras do ensino fundamental**. Tese de Doutorado. Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2001. pp. 06-34.

SAAD, Layla F. **Eu e a Supremacia Branca**: como reconhecer seu privilégio, combater o racismo e mudar o mundo. Tradução Petê Rissatti, - 1 ed. – Rio de Janeiro: Rocco, 2020.

SCOTT, Joan Wallach; LOURO, Guacira Lopes; SILVA, Tomaz Tadeu da. Gênero: uma categoria útil de análise histórica de Joan Scott. **Educação & realidade. Porto Alegre. Vol. 20, n. 2 (jul./dez. 1995), p. 71-99**, 1995.

SANTOS, M. A., SILVA M. T. M. Discurso do Ódio na Sociedade da Informação Preconceito, Discriminação e Racismo em Redes Sociais. In: **CONGRESSO NACIONAL DO CONPEDI/UNINOVE**, 22., 2013, São Paulo, Anais [...].

Florianópolis: Sociedade global e seus impactos sobre o estudo e a efetividade do Direito na contemporaneidade, 2013, p. 82-99.

SILVA, Benedita. Violências estruturais na trajetória de uma mulher negra. In.: **Sempre foi sobre nós: relatos da violência política de gênero no Brasil**. D'Ávila, Manuela (org.) 2 ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2022, pp. 33-45.

SILVA, Suelen de Aguiar. Desvelando a Netnografia: um guia teórico e prático. **Intercon – RBCC**. São Paulo, v. 38, n. 2, p.339-342, Jul./Dez. 2015.

SILVA, Salete Maria da. Eleições 2018: o lugar das mulheres nas chapas majoritárias. **Cadernos de Gênero e Diversidade**, v. 4, n. 4, p. 90-122, 2018.

SILVA, Salete Maria da. Supremacia masculina nos partidos políticos: Violência política simbólica contra as mulheres? **REV. IGAL**, I (1), 2022, 65-79.

SIMÕES, R. B de; AMARAL, I. Pós-feminismo, pós-racialismo: a cobertura da campanha de Joacine Katar Moreira. **Revista ex aequo**, nº 42. 2020. pp. 135-152. DOI: 10.22355/exaequo.2020.42.08.

SEBASTIÃO, Ana Angélica. Feminismo Negro e suas práticas: implicações na construção do simbólico. In: CARVALHO, Marília Pinto; PINTO, Regina Pahim (Orgs.). **Mulheres e desigualdades de gênero**. São Paulo: Contexto, 2008. pp.115-133.

SOUSA, Catharina Rebouças de Araújo; CHAGURI, Mariana M. Da senzala ao quartinho dos fundos: as ativistas do sindicato das trabalhadoras domésticas de campinas – SP. **XXX Congresso de iniciação científica**, UNICAMP, 2022.

SOUZA, Jessé. **A tolíce da inteligência brasileira**: ou como o país se deixa manipulara pela elite. São Paulo: LeYa, 2015.

VASCONCELOS, L Meira de; FIALHO, L M. Fiuza; MACHADO, C. J. Dos S. Educação, gênero e higienismo nos anúncios publicitários da Paraíba durante a Primeira República. **Cadernos de História da Educação**, v.16, n.2, p. 451-473, mai.-ago. 2017. DOI: 10.14393/che-v16n2-2017-8.

WALZER, M. **Esferas da Justiça**: uma defesa do pluralismo e da igualdade. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

WEBER, Max. A “objetividade” do conhecimento nas Ciências Sociais. In: COHN, Gabriel. (Org.). **WEBER, Max**. Sociologia. São Paulo: Ática, 2006.

FONTES:

Rede sociais das Parlamentares:

Andréia de Jesus @andreidadejesuus

Benedita da Silva @dasilvabenedita

Talíria Petrone @taliriapetrone

Sites e blogs visitados:

https://legpv.ufes.br/sites/legpv.ufes.br/files/field/anexo/leandro_a_wanzeler_0.pdf

Brasil tem uma única governadora mulher eleita - greenMe

<https://noticias.uol.com.br/eleicoes/2020/11/30/52-do-eleitorado-mulheres-sao-eleitas-em-apenas-118-municipios.htm>

<https://claudia.abril.com.br/politica-poder/brasil-politica-mulheres/>

“A força do Nordeste é real e precisa ser vista”, por Iraê Lucena - PSDB - Mulher | PSDB – Mulher

Fundo Eleitoral e tempo de rádio e TV devem reservar o mínimo de 30% para candidaturas femininas, afirma TSE — Tribunal Superior Eleitoral

ConJur - TSE rejeita cota, mas garante verba e propaganda a candidatos negros

<https://www.metropoles.com/brasil/douglas-belchior-deixa-o-psol-e-aponta-racismo-institucional>

https://editorarealize.com.br/editora/anais/enlacando/2017/TRABALHO_EV072_MD1_SA10_ID1439_12082017142613.pdf

<https://www.camara.leg.br/noticias/683198-projeto-preve-cota-minima-de-candidatos-negros-nas-eleicoes-para-o-poder-legislativo/>

Laudelina de Campos: Conquista de direitos para domésticas é fruto da luta de mulheres negras (almapreta.com)

<https://aseguirniteroi.com.br/noticias/taliria-petrone-niteroiense-se-reelege-deputada-federal-com-o-dobro-da-votacao-anterior/>

TALIRIA PETRONE — Portal da Câmara dos Deputados (camara.leg.br)

<https://andreidadejesus.com.br/>

Andréia de Jesus – Wikipédia, a enciclopédia livre (wikipedia.org)

<https://pcdob.org.br/candidaturas/jo-oliveira/>

Com votação surpreendente para deputada, Jô Oliveira avalia eleições 2022 - Blog do Max Silva

Eleições 2022 Paraíba: Siga Apuração do 1º Turno e Resultados (uol.com.br)

Veja os 23 vereadores eleitos em 2020 e composição da Câmara Municipal de Campina Grande | Eleições 2020 na Paraíba | G1 (globo.com)

Mais mulheres negras na política: conheça oito vereadoras recém eleitas | Comportamento | iG

Candidatas negras são principal alvo da violência política nas redes sociais | Política | iG

AzMina vai monitorar violência política contra mulheres nas eleições – AzMina

<https://brasilecola.uol.com.br/curiosidades/memes.htm>

subscription-required | O TEMPO

<https://minabemestar.uol.com.br/mulheres-da-politica-saude-mental/>

<https://www.dicionarioinformal.com.br/hater/>

https://www.ebiografia.com/benedita_da_silva/

<https://taliriapetrone.com.br/quem-somos/>

https://pt.wikipedia.org/wiki/Maria_de_Lourdes_Vale_Nascimento

[https://www.terra.com.br/nos/50-anos-do-conselho-nacional-de-mulheres-negras-e-a-luta-pelos-direitos-das-](https://www.terra.com.br/nos/50-anos-do-conselho-nacional-de-mulheres-negras-e-a-luta-pelos-direitos-das-domesticas.cead039ce0c07221564816d4a8d2b3937in0hq42.html#:~:text=H%C3%A1%2072%20anos%2C%20no%20dia%2018%20de%20maio,of%C3%ADcio%20exercido%20-%20principalmente%20-%20por%20mulheres%20negras)

[domesticas.cead039ce0c07221564816d4a8d2b3937in0hq42.html#:~:text=H%C3%A1%2072%20anos%2C%20no%20dia%2018%20de%20maio,of%C3%ADcio%20exercido%20-%20principalmente%20-%20por%20mulheres%20negras](https://www.terra.com.br/nos/50-anos-do-conselho-nacional-de-mulheres-negras-e-a-luta-pelos-direitos-das-domesticas.cead039ce0c07221564816d4a8d2b3937in0hq42.html#:~:text=H%C3%A1%2072%20anos%2C%20no%20dia%2018%20de%20maio,of%C3%ADcio%20exercido%20-%20principalmente%20-%20por%20mulheres%20negras)

APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIENCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
LINHA DE PESQUISA: RELAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADE

IDENTIFICAÇÃO DA PESQUISA

TÍTULO: REFLETINDO SOBRE A AUSÊNCIA: sub-representação de mulheres negras no parlamento brasileiro

OBJETOS DE PESQUISA: Analisar a trajetória política de mulheres negras que encontraram no partido de esquerda um espaço de representação política. Investigar a violência política de gênero e raça como um dos muitos obstáculos à participação das mulheres negras no campo político.

TÉCNICA: Entrevista (semiestruturada)

TIPO DE ENTREVISTA: Individual

PROCEDIMENTO DE REGISTRO: Narrativa-escrita (via roteiro de entrevista)

ORIENTANDA: Maria Janilma Pereira Nogueira (PPGS/UFPB)

ORIENTADOR: Prof. Dr. Charliton José dos Santos Machado (PPGS/UFPB)

ROTEIRO DE ENTREVISTA (tese – com Jô Oliveira /PC do B)

1. Nome:
2. Onde e quando nasceu?
3. Qual a história de sua família, a sua origem?
4. Estado civil:
5. Fale um pouco da sua trajetória educacional.
6. Quais espaços profissionais ocupou?
7. Quais cargos públicos ocupa atualmente?
8. O que te motivou a entrar na vida pública? Conte mais dessa trajetória.
9. Estava dentro de seu projeto de vida tornar-se política?
10. A senhora acha que é política por vocação? Teve um momento em que descobriu
11. E a família o que pensou sobre a sua inserção no espaço da política? Conte-me como foi.
12. O que a política representa para a senhora? Por quê?
13. O que a senhora pensa da política Nacional?

14. Como a senhora ver as militâncias das mulheres em movimentos sociais e partidos políticos? A senhora possui experiência como militante? Fale um pouco sobre.
15. Existe alguma figura pública que tenha servido ou sirva de inspiração na sua atuação política? Quem são suas influências políticas?
16. Na sua campanha, as redes sociais foram importantes na arregimentação de votos?
17. O que a senhora pensa do Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral? Ele privilegia grupos políticos ou candidatos e por quê?
18. Como você descreveria sua campanha para vereadora em 2020?
19. Houve muita diferença concorrer ao cargo de vereadora para o cargo de deputada? Com quantos votos se elegeu em 2020? E o que achou dos votos que obteve em 2022? Fale um pouco de suas disputas políticas
20. O que você entende por violência política? E violência política de gênero e raça?
21. Durante a campanha você sofreu algum tipo de ação que pode ser considerada violência política de gênero e violência racial? E depois de eleita?
22. Já sofreu violência política nas redes sociais? Como foi a forma de manifestação da mesma?
23. O que você pensa sobre a participação de mulheres negras na política brasileira?
24. O que significou ser a primeira mulher negra a se eleger vereadora na cidade de Campina Grande?
25. Como se deu a construção de sua imagem pública? Quais os caminhos que a mulher negra precisa percorrer para construir uma imagem pública passível de ganhar uma eleição?
26. Está no campo político te dá privilégio de fazer algo pela sociedade, quais as maiores barreiras que você vem enfrentando neste espaço? Por quê?
27. Como a senhora gostaria de ser vista por seus eleitores e pela comunidade de eleitores em geral?
28. Quais foram os slogans de sua campanha e quem os criou e por quê?
29. O que mais lhe entusiasma na política? Por quê?
30. Bom político é aquele...
31. A senhora pretende continuar na política? Quais as suas pretensões futuras?
32. Quais os conselhos que daria para as mulheres negras que almejam um espaço no mundo público da política? Por quê?
33. Quem é Jô Oliveira, como você se define?
34. Gostaria de falar mais alguma coisa?